

**KELLY CRISTINA NASCIMENTO**

ENTRE A *MULHER IDEAL* E A *MULHER MODERNA*:  
REPRESENTAÇÕES FEMININAS NA IMPRENSA MINEIRA -  
1873-1932.

**Belo Horizonte  
2006**

KELLY CRISTINA NASCIMENTO

ENTRE A *MULHER IDEAL* E A *MULHER MODERNA*:  
REPRESENTAÇÕES FEMININAS NA IMPRENSA MINEIRA -  
1873-1932.

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof. Dra. Adriana Romeiro.

Belo Horizonte  
2006

KELLY CRISTINA NASCIMENTO

**ENTRE A *MULHER IDEAL* E A *MULHER MODERNA*:**

REPRESENTAÇÕES FEMININAS NA IMPRENSA MINEIRA - 1873-1932.

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof. Dra. Adriana Romeiro.

COMISSÃO EXAMINADORA

---

---

---

Belo Horizonte, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2006.

*Aos meus pais...*

## AGRADECIMENTOS

A Deus, luz e guia dos meus caminhos.

À Profa. Orientadora, Dra. Adriana Romeiro, por acreditar no meu trabalho.

Aos meus pais, únicos financiadores deste trabalho, pela confiança e motivação.

A Prof. Patrícia Vargas, primeira incentivadora, pelas valiosas dicas quando esta dissertação era apenas uma vaga idéia.

À família *Flor-de-Lis* onde toda esta jornada começou, pela amizade, força e vibração durante toda esta trajetória, em especial às minhas irmãs Analú, Glauce, Keli e Renata.

Aos meus amigos, pelo carinho, incentivo e pela compreensão de muitas ausências. Em especial às minhas queridas amigas Gisley, Aline, Lucy e Fernanda.

Aos colegas de curso pelas importantíssimas colaborações ao longo destes anos.

A todos, que com boa intenção, colaboraram para a realização e a finalização deste trabalho. A Carol pela ajuda com o Inglês.

Aos que não impediram a conclusão deste estudo.

*Ser mulher*

*Ser mulher, vir à luz trazendo a alma talhada  
para os gozos da vida, a liberdade e o amor,  
tentar da glória a etérea e altívola escalada,  
na eterna aspiração de um sonho superior...*

*Ser mulher, desejar outra alma pura e alada  
para poder, com ela, o infinito transpor,  
sentir a vida triste, insípida, isolada,  
buscar um companheiro e encontra um Senhor...*

*Ser mulher, calcular todo o infinito curto  
para a larga expansão do desejado surto,  
no ascenso espiritual aos perfeitos ideais...*

*Ser mulher, e oh! Atroz, tantálica tristeza!  
ficar na vida qual uma águia inerte, presa  
nos pesados grilhões dos preceitos sociais.*

Gilka Machado, *Cristais Partidos*, 1915.

## RESUMO

A presente dissertação tem como tema principal analisar algumas questões sobre a emancipação feminina por meio das representações da mulher apresentadas pela imprensa entre os anos de 1873 e 1932 e abrange diversas cidades de Minas Gerais. Entendemos que a imprensa é uma fonte profícua para a análise que nos propusemos a fazer, uma vez que, através da análise dos periódicos pudemos avaliar como alguns setores da sociedade viam o comportamento feminino e criava representações para as mulheres. Para tanto, demos ênfase a três temáticas centrais para a compreensão do discurso transmitido, quais sejam: a educação, conduta social e sufrágio feminino. De modo geral, observamos que a mulher mineira foi representada pela imprensa seguindo normas de conduta consideradas ideais por teorias científicas, por discursos religiosos e de acordo com as conveniências sociais ditadas pelas elites mineiras.

**Palavras-chave:** emancipação feminina; história das mulheres; imprensa; imprensa feminina.

## **ABSTRACT**

The present paper has as main subject to analyze some questions on the feminine emancipation by means of the woman's representations presented by the press between 1873 and 1932, including diverse cities of Minas Gerais. For this work, the press is understood as a convenient source for the analysis, since through the periodicals analysis it could be evaluated how some society sections faced the feminine behavior and created representations for the women. Therefore emphasis was given to three main thematics in order to understand the speech which was passed on: the education, social behavior and feminine suffrage. In a general way, it was observed that the woman from Minas Gerais was represented by the press having followed some norms considered as ideal ones by the scientific theories, religious speeches and social conveniences dictated by the elites of Minas Gerais.

**Key words:** feminine emancipation, women's history, the press, feminine press.



# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
-------------------	-----------

<b>CAPÍTULO I: MULHERES EDUCADAS, MULHERES EMANCIPADAS: EM DEFESA DA INSTRUÇÃO FEMININA.</b>	<b>29</b>
--	-----------

1.1 O <i>SEXO FEMININO</i> : DEFESA ABERTA DA INSTRUÇÃO FEMININA PARA A EMANCIPAÇÃO DA MULHER	45
1.1.1 A IMPRENSA NO BRASIL	45
1.1.2 O <i>SEXO FEMININO</i> : SEMANÁRIO DEDICADO AOS INTERESSES DA MULHER	55

<b>CAPÍTULO II: MUDANÇAS NA FORMA DE AGIR E PENSAR DAS MULHERES E SEUS REFLEXOS NO MEIO SOCIAL</b>	<b>71</b>
--	-----------

1.2 EM DEFESA DA TRADIÇÃO: O <i>LUGAR SOCIAL</i> DAS MULHERES	71
1.1.1- ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE	78
1.3 REPRESENTAÇÕES DA MULHER IDEAL	81
1.3.1 ESPOSA ABNEGADA, DONA-DE-CASA PRIMOROSA E MÃE EXTREMADA: O IDEAL DE MULHER NA SOCIEDADE MINEIRA.	88
1.3.2 NEM TÃO SANTA ASSIM: A MULHER QUE NÃO É DE PAPEL	92
1.3.3 A RELAÇÃO ENTRE A MODA E O FEMININO NA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DA MULHER IDEAL	95

<b>CAPÍTULO III: O MOVIMENTO FEMINISTA E O SUFRÁGIO UNIVERSAL.</b>	<b>108</b>
--	------------

1.1 O FEMINISMO E O MOVIMENTO SUFRAGISTA NO BRASIL	108
1.2 A EMERGÊNCIA DAS IDÉIAS SUFRAGISTAS NA IMPRENSA MINEIRA	124
1.2.1 O JORNAL <i>VOZ FEMININA</i> E AS PRIMEIRAS MANIFESTAÇÕES SUFRAGISTAS	126
1.2.2 A MULHER MINEIRA EM RELAÇÃO AO MOVIMENTO SUFRAGISTA	133
1.2.3 A CONQUISTA DO VOTO FEMININO NO BRASIL E AS REPERCUSSÕES NA IMPRENSA MINEIRA.	148

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>154</b>
-----------------------------	------------

<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>160</b>
-----------------------------------	------------

<b>APÊNDICE</b>	<b>168</b>
-----------------	------------

<b>APÊNDICE A – QUADRO 1: RELAÇÃO DE PERIÓDICOS CONSULTADOS</b>	<b>169</b>
---	------------

## INTRODUÇÃO

Os capítulos que constituem a presente dissertação têm como tema principal analisar algumas questões sobre a emancipação feminina por meio das representações da mulher apresentadas pela imprensa. O interesse por pesquisar o universo das mulheres mineiras, na imprensa foi despertado a partir do momento que, ao examinar a bibliografia referente ao tema, percebemos a ausência do contexto mineiro nas considerações dos autores que estudam o mesmo período aqui analisado. Encontramos apenas destaque para casos pontuais em Minas. Toda a discussão apresentada encontra-se entre os anos de 1873 e 1932 e abrange diversas cidades de Minas Gerais. As delimitações cronológicas foram escolhidas por significarem dois momentos fundamentais para a história da mulher não só em Minas Gerais, mas em todo o Brasil.

O ano de 1873 é a data de fundação do primeiro jornal feminista que se tem notícia em Minas Gerais<sup>1</sup>. O jornal *O sexo feminino* foi fundado em Campanha por uma professora de nome Francisca Senhorinha e suas filhas. É um periódico de relevância indiscutível para as discussões acerca do universo feminino e principalmente no que diz respeito à emancipação feminina. Ao conquistar o direito ao voto – em 1932, o Governo de Getúlio Vargas promulgou o novo Código Eleitoral pelo Decreto n.º 21.076, de 24 de fevereiro, garantindo finalmente o direito de voto às mulheres

---

<sup>1</sup> BUITONI, Dulcília Schroeder. *Imprensa Feminina*. 2ed. São Paulo: Ática, 1990; HAHNER, June E. *A MULHER BRASILEIRA - e suas lutas sociais e políticas: 1850 –1937*. São Paulo: Brasiliense, 1980; ZIRBEL, ILZE. (sd). *AS MULHERES DO BRASIL: tabela ilustrada de suas conquistas (1827-1970)*. Disponível em <[http:// geocities. yahoo. com. br/ izirbel/ tabelamulheres. html](http://geocities.yahoo.com.br/izirbel/tabelamulheres.html)>. Acesso em: 19 ago. 2005.

brasileiras – aquelas que compuseram ligas organizadas em prol da participação efetiva da mulher na esfera pública tiveram sua missão cumprida e sua vitória confirmada<sup>2</sup>.

O Brasil até meados do século XIX apresentava-se sob muitos aspectos em condições precárias. A sociedade era altamente estratificada e a economia dependente do trabalho escravo. Durante a primeira metade do século XIX, a maioria das cidades continuava a ser lugares pacatos com ruas lamacentas, transitadas por mulas de carga, porcos e galinhas, embora servissem como centro social, religioso e de comércio para as áreas vizinhas. Os meios de transporte eram rudimentares e as indústrias de manufatura eram praticamente inexistentes<sup>3</sup>.

A partir da segunda metade do século XIX este quadro sofreria grandes alterações. Podemos atribuir parte destas mudanças à estabilização política apresentada pelo Segundo Reinado. Passado o período conturbado da Regência, a atenção voltou-se para a necessidade de desenvolver economicamente o país. As áreas urbanas ganhavam vida própria, emancipando-se do domínio rural. Devemos nos ater para o fato que as últimas décadas do século XIX representaram não só um período de alterações econômicas. A sociedade e a política também tiveram suas estruturas completamente modificadas<sup>4</sup>.

Conhecido como *Belle Époque*, este período caracterizou-se pela demonstração de grande euforia oriunda do triunfo da sociedade capitalista nas décadas finais do século XIX e primeiras do século XX, ocasião na qual as redes de comercialização foram ampliadas; o que possibilitou a incorporação da economia

---

<sup>2</sup> HAHNER, op. cit.

<sup>3</sup> COSTA, Angela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. 1890-1914: No tempo das certezas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. (Virando Séculos)

<sup>4</sup> Ibidem.

internacional em vastas áreas até então isoladas. Neste contexto, as cidades tornavam-se símbolos destes novos tempos, pois eram espaços privilegiados para se usufruir do conforto material e para se apreciar as inovações introduzidas pela modernidade. Para tanto, fazia-se necessário que estas renovassem sua aparência a fim de se mostrarem modernas, progressistas e civilizadas <sup>5</sup>.

Nas primeiras décadas do século XX – principalmente nos anos de 1920 - era nítida a preocupação de se discutir a identidade e os rumos da nação brasileira. Todos tinham algo a dizer - políticos, militares, empresários, trabalhadores, médicos, educadores, mas também artistas e intelectuais. A década de 1920 foi um período de profundas transformações na sociedade brasileira: manifestava-se uma crise dentro das oligarquias que dominavam o cenário político; uma demanda de maior participação dos setores urbanos; insatisfação dos segmentos militares. O ano de 1922, em especial, marcou uma sucessão de eventos que mudaram de forma significativa o panorama político e cultural do país. Desenvolveram-se também novas formas de pensamento e elaboração cultural. A Semana de Arte Moderna, a criação do Partido Comunista do Brasil, o movimento tenentista, a própria sucessão presidencial de 1922, dentre outros, foram indicadores importantes da insatisfação de diversos setores da sociedade e colocaram em questão os padrões culturais e políticos da Primeira República.

Segundo Marieta de Moraes Ferreira<sup>6</sup>, a sucessão presidencial de 1922 revestiu-se de um caráter peculiar, já que pela primeira vez o confronto entre os grandes estados e os estados intermediários se colocou abertamente numa disputa

---

<sup>5</sup> FOLLIS, Fransergio. *Modernização urbana na Belle Époque paulista*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

<sup>6</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. A Reação Republicana e a crise política dos anos 20. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 9-23.

sucessória, desvendando as tensões regionais entre as oligarquias e desnudando as contradições do federalismo brasileiro. Esse confronto assumiu sua plenitude através da formação da Reação Republicana, em junho de 1921, movimento que lançou a candidatura dissidente de Nilo Peçanha em oposição à candidatura oficial de Artur Bernardes. Enquanto Bernardes contava com o apoio de Minas Gerais, São Paulo e pequenos estados, em torno da Reação Republicana uniram-se Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Distrito Federal, tentando construir um eixo alternativo de poder.

Para a autora, a Reação Republicana permite-nos apreender a cultura política e o comportamento, os anseios e demandas dos diferentes segmentos do sistema político brasileiro na República Velha. A Reação Republicana representou um momento de contestação do sistema estabelecido pela política dos governadores que impedia a competição, neutralizando as oposições e domesticando os conflitos políticos. Conforme a autora, a Reação Republicana não resultou das divergências em torno da política de valorização do café, da disputa pela vice-presidência da República ou da insatisfação das camadas urbanas cariocas e sim, da insatisfação das oligarquias de segunda grandeza ante a dominação do eixo Minas -São Paulo. Depois de um período de intensa crise o pacto oligárquico se restabeleceria e sua cisão só viria a se manifestar anos mais tarde por ocasião da Revolução de 30<sup>7</sup>. Foi neste momento de grande tensão e significativas mudanças na estrutura política, social e econômica do Brasil que as mulheres - cada vez mais presentes no espaço público das cidades - intensificaram a campanha pela sua emancipação social, moral e política. Isoladas ou organizadas em grupos e associações feministas, direcionaram suas ações em defesa

de uma maior participação na vida social e política do país: reivindicarem um maior acesso à educação, ao trabalho qualificado e ao exercício da cidadania por meio do voto.

A historiografia brasileira tem registrado, nos últimos anos, um crescente interesse por uma fonte tradicional para a recuperação do passado: os jornais. O estigma de fonte suspeita ou de repositório da verdade<sup>8</sup> carregado pelos periódicos por um longo período impediu que estes tivessem maiores considerações no debate historiográfico brasileiro. Porém, as mudanças pelas quais passou a historiografia brasileira desde as últimas décadas do século passado, permitiram uma reavaliação do uso da imprensa como fonte documental. Vários são os estudos acadêmicos, seminários, eventos e obras publicadas que discutem os jornais, quer como objeto – sua história, sua atuação política, etc.; quer como fonte para o estudo de temas diversos<sup>9</sup>.

O debate no Brasil sobre a presença dos jornais no trabalho do historiador insere-se num momento de mudanças na compreensão do documento e da própria concepção de História. A supressão de uma pretensa objetividade do documento permitiu que expressões recorrentes como ‘deu no jornal é verdade’ pudessem ser repensadas. A partir do momento em que a construção do conhecimento

---

<sup>7</sup> Ibidem.

<sup>8</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Ed. Contexto/ EDUSP, 1994.

<sup>9</sup> Como exemplos, podemos citar: BORGES, Maria Eliza Linhares. *História & Fotografia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003; CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Ed. Contexto/ EDUSP, 1994; GOODWIN Jr., James William. Jornais como fonte documental para história econômica regional. *Cronos: Revista de História*. Pedro Leopoldo: Faculdade de Ciências Humanas de Pedro Leopoldo, n.º 3, agosto de 2001, p. 7-20; LINHARES, Joaquim Nabuco. *Itinerário da imprensa de Belo Horizonte: 1895-1954*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995; SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999; SCHWARCZ, Lília Moritz. *Retrato em branco e negro: Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras. 1987.

histórico passa a ser compreendida como passível de diferentes interpretações a partir de fontes, abordagens e problemáticas diversas, o argumento da parcialidade dos jornais como impedimento para sua utilização na pesquisa histórica fica comprometido.

É necessário compreendermos o jornal como um documento que não tem o seu valor diminuído pelo grau de veracidade que seu conteúdo expressa. Ele é uma fonte de sua própria história, um meio de expressão de idéias e depósito de cultura. A imprensa é produto de determinadas práticas sociais de uma época e se constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social, dado que o jornal oferece vasto material para o estudo da vida cotidiana. Os costumes e práticas sociais, todos os aspectos do dia-a-dia estão registrados em suas páginas. Entretanto, a imprensa não deve ser vista como espelho da realidade e sim como espaço de representação de momentos particulares de realidade<sup>10</sup>. Segundo James William Goodwin Jr, os jornais proporcionam:

novos enfoques, novos objetos de estudo, encontram em páginas antes esquecidas os elementos para delinear imagens do passado: modas, costumes sociais, discursos, mentalidades. A leitura dos jornais permite perceber quais são os valores hegemônicos em uma determinada época e região e a forma como esse *zeitgeist* vai sendo incorporado e encarnado, até se tornar o parâmetro pelo qual a realidade é medida.<sup>11</sup>

Entendemos que a imprensa é uma fonte profícua para a análise que nos propusemos a fazer. Partimos do pressuposto que a imprensa de fins do século XIX e início do século XX não visava refletir a sociedade, mas sim atuar sobre ela. Por isso, temos condição de avaliar através da análise de periódicos, como alguns setores da sociedade viam o comportamento feminino e criavam representações para as mulheres. De modo geral, observamos que a mulher mineira foi representada pela

---

<sup>10</sup> CAPELATO, op. cit.; SODRÉ, op. cit.

imprensa seguindo normas de conduta consideradas ideais por teorias científicas, por discursos religiosos e de acordo com o momento vivido. Devemos sempre considerar que os periódicos eram formulados tendo como base o interesse particular de vários grupos sociais, além de ser controlado pelas relações de poder nem sempre apresentada de forma clara e direta, mas presente. Deste modo, percebemos que a imprensa foi usada como fio condutor de valores sociais que deveriam ser apreendidos pelos seus leitores. Ao mesmo tempo foi também por meio dela que muitos padrões sociais puderam ser questionados e até mesmo rompidos.

Esta dissertação tem como objetivo principal promover uma discussão sobre a emancipação feminina sob a ótica das representações da mulher na imprensa mineira. A análise compreendeu o contexto de algumas classes sociais mais privilegiadas econômica e socialmente. Não queremos com esta escolha atribuir apenas às mulheres de classe social elevada as reivindicações e conquistas femininas, mas, ao apresentar a discussão pautada na imprensa, não temos condição de realizar uma análise aprofundada sobre o processo de emancipação feminina entre as mais pobres, já que neste contexto histórico a maior parte da imprensa, voltava-se para um público que não abrangia a sociedade como um todo, e sim apenas para alguns grupos pertencentes às classes sociais mais abastadas.

As fontes documentais utilizadas nesta pesquisa pertencem a diversas instituições: Arquivo Público Mineiro (Belo Horizonte), Hemeroteca Assis Chateaubriand (Belo Horizonte), Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, Biblioteca da FAFICH/

---

<sup>11</sup> GOODWIN Jr. James W. Jornal como fontes documentais para a história econômica regional. In: *Cronos Revista de História*. Faculdade de Ciências Humanas de Pedro Leopoldo, nº 3. Pedro Leopoldo/MG, 2001. p. 9.



UFMG e Arquivo da Biblioteca Antônio Tôrres – IPHAN / Diamantina <sup>12</sup>. A escolha dos artigos exigiu um árduo trabalho de pesquisa. A primeira barreira que enfrentamos foi a dificuldade para encontrarmos jornais direcionados exclusivamente para o público feminino mineiro da época. A maioria dos títulos publicados não circulou por muito tempo, ou seja, poucos números foram editados, uma vez que estes periódicos eram semanais ou mensais. Tendo em vista o número reduzido de jornais e revistas femininos que atendessem a nossa demanda, fez-se necessária a busca de artigos alusivos às questões femininas ligadas às discussões sobre a emancipação em outros periódicos de circulação geral. Foram nos periódicos de Belo Horizonte, Campanha e Diamantina que encontramos um maior número de artigos que deram sustento as questões principais apresentadas nesta dissertação.

Dentre os jornais e revistas pesquisados encontramos desde periódicos voltados diretamente para as questões políticas até mesmo alguns essencialmente literários. As publicações O Arrepiado, O Alfinete, O Footing, A Vida de Minas, por exemplo, eram considerados de caráter humorístico, literário, artístico, crítico. Já o Diário da Manhã, Diário de Notícias, O Estado de Minas e A Gazeta eram noticiosos, políticos, sendo este último intitulado como republicano. Os jornais A Estrela Polar, O Pão de Santo Antonio, União dos Moços, eram exemplos de publicações religiosas que defendiam com afinco sua doutrina, fato este refletido diretamente nos artigos de qualquer temática abordada.

Alguns como o Jornal do Povo e O Labor, eram voltados para o povo, sendo o último o órgão de defesa aberta ao trabalhador. Entre os jornais voltados para o público feminino temos, A Bonina, O Leque, A Pérola, A Violeta. Eram escritos por

---

<sup>12</sup> Ver Apêndice A – Quadro I.

homens. Tinham um caráter mais conservador, defendiam a mulher ideal. O jornal Faísca era escrito por alunas da Escola Social Feminina.

Já O Sexo Feminino e A Voz Feminina eram os grandes defensores dos direitos femininos. Editados por mulheres tinham em comum o fato de serem publicados em cidades do interior - Campanha e Diamantina-, tinham um caráter inovador, moderno e lutavam contra a opressão sofrida pelas *companheiras de sexo*. De forma geral podemos afirmar que grande parte da imprensa da época era tradicionalista, defensora dos costumes e dos valores morais estabelecidos. Poucos serão aqueles como o jornal Liberdade e O Estado de Minas que abriram espaços para as idéias defensoras da emancipação feminina, publicando artigos escritos pelas feministas ou por homens defensores da causa.

Em um estudo que se propôs analisar as representações das mulheres através da imprensa, num contexto em que o debate a respeito da emancipação feminina está à frente das discussões, é imprescindível refletirmos sobre o conceito de *feminismo*. O feminismo compreende todos os aspectos da emancipação das mulheres e abrange todas as ações almejadas ou executadas para elevar seu *status* social, político ou econômico. Refere-se também, à forma como ela se vê e também à sua posição na sociedade e não somente ao movimento pelos direitos da mulher (direitos legais)<sup>13</sup>. Com base nos estudos realizados sobre a vida de mulheres como Nísia Floresta, Josefina de Azevedo, Francisca Senhorinha, dentre outras, e por meio da análise das fontes utilizadas em nosso trabalho consideramos como feministas aquelas que se mostraram insatisfeitas com os papéis tradicionais que os homens atribuíram às

---

<sup>13</sup> HAHNER, op.cit.

mulheres, independentemente de participarem de movimentos organizados como a campanha sufragista.<sup>14</sup>

O nosso trabalho insere-se no que se convencionou chamar estudos de gênero. Os estudos de gênero estão presentes em vários campos das Ciências Humanas, com destaque para a Sociologia, Antropologia, Psicologia, Lingüística, Literatura e História. Nesta linha de conhecimento encontramos algumas dificuldades de definição teórico-metodológicas. COSTA<sup>15</sup> considera que os estudos de gênero se constituem de modo empírico, com suas preocupações voltadas mais para o encontro de respostas de suas indagações do que para definições históricas.

A historiadora Joan Scott em seu artigo *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica?*<sup>16</sup>, argumenta que no seu uso descritivo, o gênero é apenas um conceito associado ao estudo de temas relativos à mulher, sem forças para interrogar e mudar os paradigmas históricos existentes. Scott defende a necessidade de se ultrapassar os seus usos descritivos, buscando a utilização de formulações teóricas. Para ela, as análises de gênero, no seu uso descritivo, têm campo profícuo apenas nos trabalhos sobre temas em que a relação entre os sexos é mais evidente e não teria relevância para estudos que trabalham as esferas da política e do poder. Scott afirma a impossibilidade de uma tal conceitualização efetuar-se no domínio da história social e propõe a política como domínio de utilização do gênero para análise histórica.

---

<sup>14</sup> Cf. AUAD, Sylvia M. Von Atzingen Venturoli. *Mulher - Cinco séculos de desenvolvimento na América - capítulo Brasil*. BH: Federação Internacional de Mulheres da Carreira Jurídica, CREZ/MG, Centro universitário Newton Paiva, IA/MG, 1999; DUARTE, Constância Lima. *Nísia Floresta: Vida e Obra*. Natal: UFRN. Ed. Universitária, 1995; MUZART, Zahidé Lupinaci (org.). *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia*. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

<sup>15</sup> COSTA, Albertina de Oliveira. O campo de estudos da mulher no Brasil-período de formação. In: BINGEMER, Maria Clara L. & BRANDÃO, Margarida Luiza Ribeiro (orgs). *Mulher e relações de gênero*. SP: Edições Loyola, 1994.

Louise A. Tilly considera o conceito de gênero formulado por Scott “um potente instrumento metodológico e teórico, e, em particular politicamente útil às feministas no sentido de ultrapassar a simples descrição<sup>17</sup>”, mas, não concorda com a não utilização dos métodos da história social na construção de uma história das mulheres. Segundo TILLY, para que a história das mulheres alcance seus objetivos tanto no domínio do conhecimento quanto no do político, é necessário empregar os métodos da análise da história social, além de usar a descrição e o conceito de gênero.

Percebemos uma preocupação entre os estudiosos de gênero quanto a duas questões fundamentais. Primeiro em relação à dicotomia entre as características biológicas e as sociais. O combate dos pesquisadores de gênero está relacionado ao pensamento que se institucionalizou na esfera social que diferencia homens e mulheres socialmente por questões biológicas. Em segundo lugar está a crítica a universalização de conceitos nos estudos sobre a mulher. Os estudos de gênero permeiam categorias sociais e culturais e isso nos leva a analisar as diferenças dentro da diferença, ou seja, os estudos sobre mulheres devem levar em consideração as características sociais e culturais, de classe, etnia, sexualidade, etc., para construir enfim uma história das mulheres.

As relações de gênero variam de acordo com as culturas, a religião, as classes sociais, raças e momentos históricos; formam redes de significações que se constroem e se relacionam por completo e atuam nos domínios da vida cotidiana. Os estudos de gênero utilizam fontes antes deixadas ao esquecimento reconhecem a

---

<sup>16</sup> SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 16(2): 5-22, jul/dez, 1990.

<sup>17</sup> TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. *Cadernos Pagu*. Campinas, n.03, pp.29-62, 1994.

relevância da vida cotidiana privada e suas interações com o espaço público. As desigualdades de gênero produzem mecanismos discriminatórios que se tornam concretos nos diferentes campos da vida social pública e privada. Por isso, o conceito de gênero não permite que as diferenças sejam vistas apenas sob o aspecto biológico, uma vez que, a adoção do modelo naturalista implica na aceitação da subordinação da mulher ao homem baseada nas estruturas biológicas de cada indivíduo.

As duas últimas décadas viram surgir, no âmbito das ciências sociais, um conjunto de estudos feministas que produziram uma considerável reavaliação das explicações correntes da vida social, apoiadas na experiência de mulheres e na crítica às teorias sociais, geralmente omissas quanto à importância das relações de gênero na explicação da organização social. O conceito central que unifica esse conjunto de estudos e fornece argumento central refere-se à categoria de gênero e envolve, pelo menos duas dimensões. A primeira compreende a idéia que o equipamento biológico sexual inato não dá conta da explicação do comportamento diferenciado masculino e feminino observado na sociedade. Diferentemente do sexo, o gênero é um produto social, aprendido, representado, institucionalizado e transmitido ao longo das gerações. E, segundo, envolve a noção de que o poder é distribuído de maneira desigual entre os sexos, cabendo às mulheres uma posição subalterna na organização da vida social<sup>18</sup>.

O gênero é uma criação cultural contraída e transmitida nas estruturas sociais. O pensamento sexista equivale às diferenças anatômicas e fisiológicas de mulheres e homens, a suas capacidades para o exercício de funções sociais partindo de um prejulgamento que estabelece o que é adequado para cada sexo. Esta conduta leva a existência de uma ditadura de gênero para ambos os sexos e que determina a hierarquização do masculino sobre o feminino. Segundo MATTOS<sup>19</sup>, “o que importa não é o fato de corpos de homens e mulheres portarem diferenças [...], mas sim que foram

---

<sup>18</sup> SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade. In: COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina.(orgs.). *Uma questão de gênero*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 15-16.

<sup>19</sup> MATTOS, Sonia Missagia. Repensando o gênero. In: AUAD, Sylvia M. Von Atzingen Venturoli. *Mulher - Cinco séculos de desenvolvimento na América - capítulo Brasil*. BH: Federação Internacional de Mulheres da Carreira Jurídica, CREZ/MG, Centro universitário Newton Paiva, IA/MG, 1999. p.28.

certas circunstâncias políticas, sociais, econômicas e culturais que criaram o discurso de corpos hierarquicamente construídos, através de redefinirem um fato natural como social”.

Para a história, uma das dificuldades encontradas no campo dos estudos de gênero é justamente a questão da incoerência de se considerarem as categorias homem/mulher universais, isto é, verificáveis em qualquer tempo ou sociedade. Roger Chartier nos chama atenção para esta questão dos limites da oposição universal entre masculino e feminino, alertando para a impossibilidade de remeter todas as clivagens e contrastes a um único princípio de diferenciação. Para Chartier, os historiadores dão mais ênfase às mulheres ativas no processo histórico e esquecem uma maioria “passiva” que, na verdade, ao consentir com as representações dominantes, fazem delas usos e apropriações muito particular, que às vezes, voltam-se contra a ordem. Segundo ele, os historiadores devem compreender os mecanismos, os discursos e as práticas que garantem o consentimento das mulheres quanto às representações dominantes, ao invés de simplesmente construírem uma história da dominação dos homens sobre as mulheres e da resistência destas à dominação. Para tanto sugere uma aproximação entre os conceitos de dominação masculina e os aspectos simbólicos<sup>20</sup>, que supõe a adesão dos dominados às categorias que dão base à sua dominação. Assim, segundo Chartier definir os poderes femininos permitidos por uma situação de sujeição e de inferioridade significa entendê-los como uma

---

<sup>20</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1989, pp.7-15. O poder simbólico é, segundo Bourdieu, uma dissimulação/transfiguração das outras formas de poder, da qual inclusive participam aqueles que estão sujeitos a tais formas de poder, tornando-as legítimas e ocultando sua arbitrariedade aos olhos dos grupos sobre os quais são exercidas.

reapropriação e um desvio dos instrumentos simbólicos que instituem a dominação masculina, contra seu próprio dominador.<sup>21</sup>

A utilização do gênero nas pesquisas sobre mulheres no meio acadêmico deu-se a partir da década de 70. A introdução deste conceito na Academia foi possível devido à crise dos paradigmas clássicos, que não conseguiam elaborar modelos mais flexíveis para analisar a situação específica da mulher enquanto sujeito social e histórico. Abriu-se, pois, um campo historiográfico favorável aos estudos feministas, que procuram enfatizar a experiência histórica e social das mulheres enquanto seres concretos, à margem de sujeitos abstratos, de sistemas teóricos, de conceitos intelectuais, que sempre se constituíram como um sistema de dominação e de exclusão da história racional e finalista que conceituavam<sup>22</sup>. Para SOIHET, “um objeto maior da história das mulheres consiste no estudo dos discursos e práticas, manifestos em registros múltiplos, que buscariam garantir o consentimento feminino às representações dominantes da diferença entre os sexos: a divisão das atribuições e espaços, a inferioridade jurídica, a inculcação escolar dos papéis sociais, a exclusão da esfera pública<sup>23</sup>”.

A chamada “crise dos paradigmas” promoveu o surgimento de uma nova corrente historiográfica chamada História Cultural ou Nova História Cultural. É considerada *Nova* porque traz uma nova forma da História trabalhar a cultura. Diferencia-se da antiga “história da cultura” que se preocupava apenas com as

---

<sup>21</sup> CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). In: *Cadernos Pagu*, 4. IFCH/Unicamp, 1995.

<sup>22</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina.(orgs.). *Uma questão de gênero*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p.45

<sup>23</sup> SOIHET, Rachel. Formas de violência, relações de gênero e feminismo. *Gênero Revista Transdisciplinar de Estudos de Gênero*. Nuteg, Niterói – EDUFF, v.2, p. 7-25, 2002.

manifestações oficiais de cultura, determinadas pela sociedade. A Nova História Cultural volta seu olhar para o informal, para a composição social, o cotidiano das classes trabalhadoras, das mulheres, negros, crianças, etc; uma história erigida de baixo para cima, trazendo os excluídos para o cenário da História. Preocupa-se em resgatar o papel das classes sociais, sua atuação na sociedade. Tem como uma das suas principais características a interdisciplinaridade, o que permite aos historiadores buscarem diversos caminhos para a investigação histórica<sup>24</sup>.

A partir da segunda metade do século XX os historiadores, juntamente com os debates e as pesquisas sobre as noções de cultura procedentes principalmente da Antropologia construíram novos conceitos por meio da leitura e da releitura dos trabalhos de alguns estudiosos de outras áreas das Ciências Humanas, tais como a Crítica Literária, a Sociologia e a Filosofia. Na área de História, essas novas noções sobre o conceito de cultura atravessaram o contexto do desenvolvimento dos *Annales* – corrente historiográfica francesa que elaborou estudos a partir das perspectivas da Antropologia Histórica, da História das Mentalidades e da Micro-História<sup>25</sup>. Os estudiosos da História Social e da Nova História Cultural, influenciados por autores como Mikhail Bakhtin, Michel Foucault e Pierre Bourdieu retomaram idéias fundadoras presentes nos trabalhos de Norbert Elias<sup>26</sup> desde o final da década de 1930, sobre civilização e processo civilizador, gerando novos interesses e novas perspectivas nos estudos dos costumes e da vida cotidiana dos mais diferentes grupos sociais. Essas principais influências teóricas trouxeram contribuições interdisciplinares que renovaram

---

<sup>24</sup> HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. Trad. Jefferson Luís Camargo. SP: Martins Fontes, 1995.

<sup>25</sup> BURKE, Peter. (org.) *A escrita da história*. Novas perspectivas. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.

<sup>26</sup> ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.



a área de História, colocando os campos da História Social e da Nova História Cultural como alguns dos mais proeminentes no final do século XX e início do século XXI <sup>27</sup>.

A introdução destas novas idéias e problematizações levou os historiadores a enriquecer o campo teórico e metodológico de sua área, construindo novos conceitos, dentre os quais destacamos os de práticas e representações consagrados nos estudos de Roger Chartier <sup>28</sup>. Para Chartier a história cultural deve ser pensada como uma análise do trabalho de representação, ou seja, das classificações e das exclusões que constituem as configurações sociais e conceituais próprias de um tempo ou de um espaço.

Ainda segundo o autor, o conceito de representação é superior ao de mentalidade uma vez que permite articular três modalidades da relação com o mundo social: a) o trabalho de delimitação e classificação das múltiplas configurações intelectuais, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; b) As práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; c) as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns 'representantes' de instâncias coletivas ou pessoas singulares marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade.<sup>29</sup> Segundo este autor:

A história cultural tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.[...]. Variáveis consoante as classes sociais ou os meios intelectuais, são produzidas pelas disposições estáveis e

---

<sup>27</sup>Cf. BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: Ed. Unesp, 2002. Do mesmo autor: *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

<sup>28</sup> Cf: CHARTIER, Roger. *A história cultural*. Entre práticas e representações. Lisboa, Difel/Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

<sup>29</sup> Ibidem, p.123.

partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado. As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelo interesse do grupo que as forjam [...]. As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas [...] que tendem a impor uma autoridade à custa de outros [...]. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação<sup>30</sup>.

No que se refere particularmente aos estudos de gênero, podemos dizer que o conceito de imaginário tem grande relevância, haja vista as relações de gênero estarem inseridas num imaginário social criado para fazer das diferenças naturais entre homens e mulheres, uma diferença social. Melhor dizendo, a dicotomia homem X mulher e mais, a subordinação social da mulher, sustentou-se devido ao imaginário social criado ao longo dos séculos que, por meio de conceitos e valores “morais”, construiu uma sociedade hierarquizada e excludente.

O estudo dos ‘imaginários sociais’ está na ‘ordem do dia’, na oficina da história. Definidos como ‘representações sociais’ ou – bem raramente – como ‘ideologias’, eles simplesmente ‘existem’. [...]. No entanto, definir os ‘imaginários sociais’ como ‘representações sociais’ ou coletivas não chega a ser propriamente uma definição. [...] é justamente esta imprecisão que conduz, na prática, a dois tipos de abordagens dos ‘imaginários sociais’: as abordagens ‘pré-textuais’, reducionistas, e as de cunho propriamente textual (ou intertextual), simbólico. As primeiras fiéis à concepção clássica e racionalista de ‘representação’, tomam os imaginários como criações que ocultam, manipulam ou expressam aspectos de uma realidade social que é também sua fonte originária. [...] nessa perspectiva, os imaginários sociais em pouco ou nada se distinguem das ‘ideologias’ em geral. No caso das abordagens textuais, os imaginários sociais constituem ‘representações’ cujos sentidos devem ser apreendidos nos textos dos próprios imaginários. Nesse caso, explicá-los e compreendê-los já não é mais uma operação destinada a reduzi-los às suas determinações ‘não-imaginárias’, mas pelo contrário, é a tentativa de perceber de que modo tais imaginários ‘constituem a própria realidade, incluindo o social’<sup>31</sup>.

As diversas representações que encontramos para categorizar as mulheres formulavam imagens de tipos femininos defendidos como ideais e como tal

---

<sup>30</sup> Ibidem., p.17.

não necessariamente eram os que se encontravam na sociedade. As constantes críticas às mais variadas posturas e atitudes que começam a ser tomadas pelas mulheres mostram que as representações femininas nos jornais revelam imagens próximas antes do que se gostaria de ver do que o realmente era visto na sociedade. As constantes críticas à mudança do comportamento feminino geraram um debate sobre os valores sociais e evidenciavam que as estruturas sociais passavam por transformações, e que estas promoveriam uma divisão social entre aqueles que as viam como salutareis e os que as consideravam uma corrupção dos costumes.

Para sistematizar o estudo aqui proposto, este trabalho foi organizado em três capítulos. No primeiro capítulo: *Mulheres educadas, mulheres emancipadas: em defesa da instrução feminina*, promovemos uma discussão sobre como a questão da educação feminina foi vista pela imprensa mineira e qual a sua importância nos discursos em defesa da emancipação e na formação de representações femininas.

Discutimos no capítulo II, *Mudanças na forma de agir e pensar das mulheres e seus reflexos no meio social*, as divisões sociais e de gênero em relação à esfera pública e à esfera privada na sociedade brasileira, assim como analisamos o(s) comportamento(s) das mulheres neste momento. Priorizamos as críticas referentes às questões ligadas à moda, à maternidade e às convivências sociais.

Encerramos a dissertação com o capítulo *O movimento feminista e o sufrágio universal: contradições em relação ao debate pelo voto feminino* que se propôs avaliar o movimento sufragista em Minas Gerais, através da análise da postura na imprensa e na sociedade de algumas mineiras diante do impedimento de participar do

---

<sup>31</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion & MALERBA, Jurandir. (ORGS.). *Representações: Contribuição par um debate transdisciplinar*. Campinas, SP: Papirus, 2000. p.52.

processo eleitoral. Pudemos compreender como as mineiras e a sociedade letrada se posicionaram em relação ao voto feminino e também ao movimento feminista em formação.

A imprensa no período analisado neste trabalho era um veículo através do qual as pessoas transmitiam suas opiniões, valores, conceitos de assuntos variados e com posturas geralmente bem definidas. Por isso, a imprensa era o reflexo do pensamento difundido pela parcela da sociedade que tinha acesso a ela, ou seja, ela era a responsável por construir, consolidar ou reformular as representações sociais e dar-lhes legitimidade. A imprensa é fonte propícia para a formação de imaginários sociais. As abordagens textuais estabelecem representações destes imaginários sociais de forma a levar-nos a pensar de que modo os mesmos acabam por consolidar a própria realidade.

## **CAPÍTULO I: MULHERES EDUCADAS, MULHERES EMANCIPADAS: EM DEFESA DA INSTRUÇÃO FEMININA.**

Para os grupos sociais que se estabeleceram em decorrência da colonização portuguesa em terras brasileiras, cuja economia era baseada na exploração predatória em busca do lucro, a educação não era vista como um valor social<sup>32</sup>. As primeiras atividades de ensino na colônia ficaram a cargo dos padres da Companhia de Jesus em quase a sua totalidade. A Companhia de Jesus foi fundada por Inácio de Loyola em 1534, com objetivos catequéticos, em função da Reforma Protestante e a expansão do Luteranismo pela Europa. Esta ordem religiosa estruturava-se de forma rígida e seus integrantes eram indivíduos letrados e bem preparados para desempenhar sua função de missionários, difundindo o catolicismo nos domínios de ultramar.<sup>33</sup>

Os primeiros jesuítas chegaram ao território brasileiro em 1549. Tiveram papel relevante no processo de colonização do Brasil, dedicaram-se as pregações da fé católicas e ao trabalho educativo. Contudo, segundo HILSDORF<sup>34</sup>, esta explicação não ilustra satisfatoriamente o papel dos jesuítas no Brasil. Ela propõe uma análise que distingue o período jesuítico em fases<sup>35</sup>: num primeiro momento os jesuítas viveram nas aldeias com os índios, adotaram seus costumes, universalizaram as diferentes tribos, e fizeram a catequese por meio do contato direto e do convencimento.

---

<sup>32</sup> SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classe mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1979.

<sup>33</sup> HILSDORF, Maria Lucia Spedo. *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: PioneiraThomson Learning, 2003.

<sup>34</sup> Ibidem.

<sup>35</sup> Cf. ALVES DE MATTOS, Luis. *Primórdios da educação no Brasil: o período heróico*. Rio de Janeiro: Aurora, 1958; CUSTODIO, M.AP. & HILSDORF, M.L. O colégio dos Jesuítas de São Paulo: que não era colégio e nem se chamava São Paulo. IN: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros - USP*, 39 (1996): 169-180.

Como havia uma considerável resistência dos nativos, a estratégia foi modificada e foram criados os aldeamentos de adultos e recolhimentos de crianças com o objetivo de decompor ou abolir a cultura nativa e em seguida ensinar a doutrina cristã católica, ou seja, as missões começavam a se estabelecer de forma institucional <sup>36</sup>. Entretanto, as missões tornaram-se alvos das disputas dos colonos que, na escassez de escravos negros, viram nos nativos o meio de dar continuidade ao processo de colonização/exploração. Além disso, as práticas de homogeneização das diferentes tribos geravam um processo de aculturação nem sempre aceito pelos indígenas. Para HILSDORF<sup>37</sup>, estes fatores, aliados a nova metodologia estabelecida pela própria Companhia de Jesus na Europa que optava pelo trabalho em instituições escolares, rearticulou o trabalho missionário no Brasil para outra atividade: os colégios para os filhos de colonos.

Todas as escolas jesuítas eram regulamentadas por um documento, o *Ratio at que Instituto Studiorum*, chamado abreviadamente de *Ratio Studiorum* ou Plano de Estudos da Companhia de Jesus que reunia a pedagogia dos jesuítas que era baseada nos padrões humanísticos tridentinos dos séculos XVI e XVII. Os jesuítas não se limitavam ao ensino das primeiras letras: além do curso elementar eles mantiveram os cursos de Letras e Filosofia, considerados secundários, e o curso de Teologia e Ciências Sagradas, de nível superior, para formação de sacerdotes. No curso de Letras estudava-se Gramática Latina; Humanidades e Retórica; e no curso de Filosofia estudava-se Lógica, Metafísica, Moral, Matemática e Ciências Físicas e Naturais. Os que pretendiam seguir as profissões liberais iam estudar na Europa, na Universidade de

---

<sup>36</sup> Cf. HAUBERT, M. *Índios e jesuítas nos tempos das missões*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

<sup>37</sup> HILSDORF, op. cit.

Coimbra, em Portugal, a mais célebre no campo das ciências jurídicas e teológicas, e na Universidade de Montpellier, na França; a mais procurada na área da medicina<sup>38</sup>.

Os jesuítas permaneceram como mentores da educação brasileira durante duzentos e dez anos, até 1759. Com a ascensão do ilustrado Marquês de Pombal a primeiro ministro da monarquia portuguesa, a identidade de propósitos e interesses entre a Coroa e a Companhia de Jesus deixava de existir e ocorreram a expulsão dos jesuítas e uma reformulação no sistema de ensino da metrópole e das colônias. Iniciou-se um processo de laicização do ensino. No lugar dos colégios da Companhia de Jesus foram criadas as aulas régias de Latim, Grego e Retórica, cada uma delas constituindo uma unidade, autônoma e isolada, pois uma não se articulava com outra nem pertenciam a qualquer escola. As aulas eram dadas por professores escolhidos em concurso público e pagos pelo Erário Régio, ou seja, eram contratados como funcionários do Estado<sup>39</sup>.

Não havia currículo no sentido de um conjunto de estudos ordenados e hierarquizados nem a duração prefixada se condicionava ao desenvolvimento de qualquer matéria. O aluno se matriculava em tantas aulas fossem as disciplinas que desejasse. Para intensificar este quadro, os professores eram geralmente despreparados e mal pagos. Além disso, agravava a situação educacional o fato de que não havia, propositalmente, escolas técnicas nem superiores no Brasil, a imprensa era

---

<sup>38</sup> Ibidem.

<sup>39</sup> Cf. CARVALHO, L.R. de. *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo: Saraiva/EDUSP, 1978.

proibida e, o que impossibilitava a impressão de livros no Brasil e poucos conseguiam adquirir os que aqui chegavam clandestinamente<sup>40</sup>.

Formas diversificadas de ensino iriam coexistir por muito tempo, mas foi no início do século XIX, sob o reinado de D.João VI, que se iniciou um controle progressivo do Estado sobre a educação formal e as primeiras iniciativas para organizar um sistema de instrução primária. Segundo VILELA<sup>41</sup>, com a instalação da Corte Portuguesa no Brasil o ensino recebeu incentivo do Estado, que apoiou principalmente aquele voltado às elites, ou seja, o de nível superior. Foram fundadas várias escolas e academias: Academia Real da Marinha; Academia Real Militar; Academia de Belas Artes, Cirurgia e Anatomia do Rio de Janeiro e Cirurgia da Bahia. Foram criados também cursos de Química, Agricultura e Desenho Técnico. Não houve neste período preocupação com o ensino nos demais níveis.

Após a Proclamação da Independência e a fundação do Império do Brasil em 1822, deu-se início a uma série de debates, projetos, reformas de ensino primário, secundário e superior com o objetivo de estruturar a educação nacional. A Constituição Brasileira de 1824 estabeleceu que a instrução primária seria gratuita a todos os cidadãos, mas sem definir a maneira de garantir esta gratuidade. Em 1826, foi criado o Projeto de Lei sobre Instrução Pública no Império do Brasil - que se concretizou com a Lei Geral do Ensino de 1827- e consistia em estabelecer uma lei que organizasse o ensino público em todo o país, em todos os níveis; fato até então inédito na história da educação brasileira. O objetivo desse projeto de Lei seria o de

---

<sup>40</sup> VILELA, Heloisa de O. S. *O mestre-escola e a professora*. IN: LOPES, Eliane M. Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia G.; (orgs). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

<sup>41</sup> *Ibidem*.



estruturar o conjunto dos vários graus de ensino no país, e os estabelecimentos por eles responsáveis estariam divididos em quatro níveis e seriam denominados: Pedagogias, destinados ao primeiro grau; Liceus, utilizados para o segundo grau; Ginásios encarregados de transmitir conhecimentos relativos ao terceiro grau; e, por fim as Academias, responsabilizadas pelo ensino superior<sup>42</sup>.

O Ato Adicional à Constituição, promulgado em 1834 estabelecia que cada província do Brasil se tornava autônoma para organizar o ensino primário e secundário. O ensino superior, porém, ficaria sob a responsabilidade do governo central. Somente no Município Neutro do Rio de Janeiro, sede do Governo Imperial, o ensino primário e secundário também estaria sob a responsabilidade do governo central. Segundo SALES<sup>43</sup>, a descentralização do ensino, efetivada pelo Ato Adicional de 1834 foi um marco para a intensa ação legislativa que se processaria até o final do Império. Esta descentralização, que visava atender as necessidades locais, teve como conseqüência, a multiplicação da instrução primária e secundária, embora ainda mal organizada e diferenciada conforme a região. Esta nova situação gerou a necessidade da formação de professores primários.

De acordo com o previsto pela Lei nº 13 de 1835 – a pioneira a propor uma organização para a instrução pública no Império e se manteve por muito tempo – foi criada a primeira escola normal na província de Minas Gerais, em 1839 em Ouro Preto. Esta iniciativa mostrava o interesse governamental de profissionalizar o corpo docente e regulamentar a prática pedagógica. Com as escolas normais, o governo

---

<sup>42</sup> SANTOS, Jailson Alves dos. *A trajetória da educação profissional*. IN: LOPES, Eliane M. Teixeira; FÁRIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia G.; (orgs). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

<sup>43</sup> SALES, Zeli Efigênia Santos de. *Intelectuais e educação no século XIX*. IN: LOPES, Ana Amélia Borges de Magalhães(org.) *História da educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FUMEC/FCH, 2002.

pretendia uma organização educacional que rompesse com os mestres-escolas e os preceptores além de estatizar o ensino. Essa necessidade de estatização relacionava-se a um âmbito mais geral, de emergência dos Estados - Nação, no decorrer dos séculos XIX e XX, onde predominava a mentalidade de que a nação e o cidadão se forjavam na escola. Nesse contexto, as escolas normais se fortaleciam como espaços privilegiados para a formação docente, trazendo em si a idéia de normatização e regulamentação, incorporando os docentes como principais agentes do projeto social e político do Estado moderno <sup>44</sup>.

Em abril de 1871 foi criada a escola normal na cidade de Campanha. A partir de então, outras foram criadas nas principais cidades da província tais como Ouro Preto, Campanha, Diamantina, Montes Claros e Sabará. Os anos de 1870 irão redimensionar a formação docente calcando-a na aquisição de conteúdos científicos. Um número significativo de disciplinas foi acrescido ao currículo da escola normal, tornando-o muito mais complexo, se comparado à formação dos anos de 1830, onde se ensinava o fundamento básico da leitura, da escrita e do cálculo. A ampliação do tempo de formação foi significativa, passando de dois meses para dois anos <sup>45</sup>.

Nas últimas décadas do Império a sociedade brasileira passava por significativas mudanças que colocariam o país no rumo da modernização. A monarquia depois de grande crise chegava ao fim e o regime republicano se instaurava. As transformações vivenciadas pelo Brasil, principalmente no que tange ao processo de urbanização e modernização do país criaram novas expectativas e necessidades para a

---

<sup>44</sup> Sobre esta questão ver: HAHNER, June E. *A MULHER BRASILEIRA - e suas lutas sociais e políticas: 1850 –1937*. São Paulo: Brasiliense, 1980; NASCIMENTO, C. V. *Do mestre à professora: saberes e práticas docentes em seu processo de profissionalização – 1872/1906*. IN: *II Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais*, 2004. Uberlândia. *Anais do II Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em MG*. Uberlândia/ MG. 2003; SALES, op. cit. ; VILELA, op. cit.

população. O clima de euforia gerado por esta conjuntura levou vários intelectuais a participarem da instalação do novo regime e a discutirem algumas questões consideradas essenciais pelas elites para a efetiva modernização do Brasil, tais como: a democracia, a implantação da federação, o incentivo à industrialização e a educação popular -desanalfabetização da população<sup>46</sup>.

Foi dentro deste clima de discussão que, segundo GHIRALDELLI JR<sup>47</sup>, “emergiu o entusiasmo pela educação, insistindo na idéia de que os problemas do país só poderiam ser resolvidos com a extensão da escola elementar ao povo”. Ainda segundo o autor, este entusiasmo pela educação teve um caráter essencialmente qualitativo, pois se resumia na idéia de expandir a rede escolar e na missão de desanalfabetização do povo. Tendo início no período de transição, sofreu uma queda com a ascensão das oligarquias cafeeiras ao poder e atingiu seu ápice nos anos 10 e 20; quando as questões voltadas para o desenvolvimento do país são retomadas e as discussões sobre a escolarização são reforçadas.

O entusiasmo pela educação foi substituído pelo otimismo pedagógico que surge nos anos 20 e consiste de políticas de melhoria das condições didáticas e pedagógicas da rede escolar, dando ênfase aos aspectos qualitativos do processo educacional. Foi veiculado principalmente pelas reformas educacionais estaduais e baseou-se principalmente no ideário pedagógico do Movimento da Escola Nova, principalmente na versão norte-americana de John Dewey William Kilpatrick. Grandes temas e grandes figuras ficaram associados a esse movimento. A defesa de uma escola pública, universal e gratuita se tornou sua grande bandeira. A educação deveria

---

<sup>45</sup> NASCIEMNTO, op. cit.

<sup>46</sup> GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. *História da educação*. São Paulo: Cortez, 1994.

ser proporcionada a todos, e todos deveriam receber o mesmo tipo de educação. Pretendia-se com o movimento criar uma igualdade de oportunidades. A partir daí, floresceriam as diferenças naturais segundo os talentos e as características de cada um. O ensino deveria ser leigo, ou seja, sem a influência e a orientação religiosa que tinham marcado os processos educacionais até então. A função da educação era formar um cidadão livre e consciente que pudesse incorporar-se ao grande Estado Nacional em que o Brasil estava se transformando <sup>48</sup>.

A educação da mulher visava prepará-la para o desempenho de suas funções sociais de esposa e mãe, ou seja, os cuidados com a casa, com o marido e filhos. Não havia nem por parte do governo, nem mesmo dos familiares, interesse em se educar as meninas para além dos conhecimentos básicos de prendas domésticas; aprender a cozinhar, a costurar, bordar, cuidar dos filhos, era o bastante. As opções de educação feminina disponível na Colônia eram semelhantes às existentes em Portugal. As meninas podiam aprender as primeiras letras em casa junto com seus irmãos e receber ensinamentos religiosos para acompanharem as celebrações. Outra opção era o estudo institucional nos conventos e recolhimentos.

Até o século XVII, apenas dois conventos existiam na Colônia, um na Bahia, criado em 1678 e outro em São Paulo, criado em 1685 e, somente após o século XVIII, surgiram outros. Até esta época poucas mulheres tiveram acesso ao estudo, sendo a maioria absoluta analfabeta <sup>49</sup>. Já no século XIX, outro meio muito utilizado para educar as meninas – neste caso apenas as pertencentes às elites – foi a

---

<sup>47</sup> Ibidem.

<sup>48</sup> Ibidem.

<sup>49</sup> ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas mulheres da Colônia: condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822*. Rio de Janeiro; José Olympio; Brasília: EDUNUB, 1993; SAFFIOTI, op. cit.

contratação de professoras particulares, mais conhecidas como preceptoras. Este hábito muito comum na Europa estendeu-se para outras regiões como o Brasil. Eram em sua maioria, alemãs inglesas e francesas e tinham como função dar um ar mais refinado às meninas ricas brasileiras por meio de aulas de línguas estrangeiras, música e artes.

O artigo *“Construindo diferenças: a escolarização de meninos e meninas nas minas oitocentistas (1834-1889)”* de Diva do Couto Gontijo Muniz<sup>50</sup>, revela-nos que até 1814, as meninas estiveram excluídas das 22 escolas públicas de primeiras letras da Capitania. Somente de 1815 a 1825 é que se tem o primeiro registro oficial de presença feminina nas escolas. A resistência em se educar as meninas, segundo a autora estava relacionado tanto com valores moralmente instituídos como a questões financeiras. Tanto entre a elite quanto nas classes mais pobres, havia a resistência paterna de educar suas filhas. Somente nas últimas décadas do século XIX, houve um aumento das escolas públicas masculinas e principalmente femininas e a regulamentação das escolas mistas. Este novo quadro escolar associava-se diretamente à conjuntura política e econômica do período de transição do Império para a República que por sua vez inseria-se no contexto da expansão capitalista mundial que exigia trabalhadores melhores preparados. Acrescente-se a isso o sucesso das idéias positivistas que cada vez mais influenciavam a intelectualidade brasileira.

De acordo com a doutrina positivista os homens e as mulheres seriam seres complementares: biológica, mental e socialmente. Para o positivismo não havia superioridade para o sexo masculino. A superioridade afetiva da mulher corresponderia

a uma superioridade sobre o caráter do homem. Enquanto nestes predominaria o instinto sexual, nelas o instinto materno seria preponderante. Para os positivistas a mulher era considerada um ser por natureza moral e socialmente superior ao homem. Ela seria capaz de abrir mão de seus interesses pessoais em favor da família – instituição fundamental para o progresso da sociedade para esta corrente de pensamento. Por isso, os positivistas defendiam a instrução similar para os dois sexos porque a mulher (mãe) seria a encarregada da educação que teria como base a família. Por defender a instrução das mulheres, e “negar” a sua inferioridade diante dos homens, a teoria positivista foi muito difundida entre as pioneiras femininas do século XIX e usada como pano de fundo para as discussões acerca do acesso à escolarização das mulheres e posteriormente da feminização do magistério.<sup>51</sup>

Além dos teóricos positivistas, destacamos a importância da obra do médico Tito Lívio de Castro: *A mulher e a sociogenia* para o debate sobre a educação feminina que se travava neste período<sup>52</sup>. Para este autor, a mulher era mentalmente inferior, porque era impedida pelas normas sociais de desenvolver-se, pois sua evolução intelectual dependeria apenas de uma educação adequada, como a que era dada aos homens, ou seja, para ele o que gerava a diferença intelectual entre os sexos não era a natureza e sim o nível de instrução concedido a cada um. Considerava a educação feminina alienante, repleta de futilidades que mantinham a mulher

---

<sup>50</sup> Cf. MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. Construindo diferenças: a escolarização de meninos e meninas nas minas oitocentistas (1834-1889).IN: LOPES, Ana Amélia Borges de Magalhães(org.) *História da educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FUMEC/FCH, 2002.

<sup>51</sup> Cf. MENDES, 1908 apud SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência - mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920*. Rio de Janeiro, 1989.

<sup>52</sup> Cf. SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência - mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920*. Rio de Janeiro, 1989. P. 132-137.

despreparada para as funções que deveria assumir. Em face da precariedade da instrução feminina, não defendia que fosse confiada a mulher a educação das crianças.

Era contrário àqueles que se contrapunham à elevação da condição feminina em nome da preservação da família, pois segundo ele, se a educação feminina era ruim para a família, esta seria incompatível com a civilização e deveria ser extinta. Para Tito Lívio, a educação da mulher era necessária e não acarretava prejuízos. Contrapunha-se à divisão espacial de domínios que designava o lugar da mulher na família e o lugar do homem na sociedade, pois para ele ambos participavam nos dois espaços (público e privado). SOIHET considera esta obra uma das contribuições mais avançadas sobre a mulher, pois se contestava a posição corrente na época que determinava a mulher como naturalmente inferior e limitada em seu desenvolvimento<sup>53</sup>.

Em relação aos poderes públicos, a reduzida criação e sustentação de vagas e o descaso com a instrução das meninas era justificado em sua maioria por argumentos tais como: número pequeno de candidatas, resistência e descaso dos pais, oposição à co-educação, falta de professoras. A Lei nº 13 de 1835 estabelecia condições diferentes de ingresso às escolas segundo o sexo. Esta diferenciação em escolas públicas masculinas e femininas atravessou praticamente todo o século XIX na província de Minas Gerais. As escolas femininas só poderiam ser criadas em vilas e cidades, com número mínimo de 24 alunas e dependiam da existência de professoras, o que impossibilitava meninas de povoados e arraiais de terem acesso às aulas na

---

<sup>53</sup> Ibidem.

escola pública. Estas considerações restringiam-se apenas às meninas <sup>54</sup>. Havia uma constante preocupação entre as autoridades no sentido de se regulamentar o ensino principalmente no que dizia respeito à separação dos alunos conforme o sexo e o que deveriam ser ensinados a cada um. Os currículos diferenciados segundo o sexo limitavam o acesso das meninas ao ensino de nível primário, dado que a formação oferecida estava diretamente focada para o desempenho de funções restritas ao espaço doméstico. A diferenciação curricular conforme o sexo também influenciava o salário dos professores, pois embora a igualdade salarial entre professores e professoras fosse prevista por lei, o ensino de geometria – dado apenas aos meninos – constituía critério para o estabelecimento do piso salarial, o que ocasionava menor remuneração às professoras <sup>55</sup>.

Ao negar as mulheres os mesmos conhecimentos dados aos homens, ao substituir conhecimentos científicos por prendas domésticas, notamos que os princípios que regia as leis educacionais do país estavam diretamente vinculados a valores morais que estabeleciam a hierarquização dos sexos e a conseqüente inferioridade das mulheres. A finalidade da educação feminina era preparar as mulheres para atuar no espaço doméstico e ser uma companhia agradável ao homem ao transitar pelo espaço público<sup>56</sup>. Mesmo quando em fins do século XIX, a legislação regulamentou o ensino de meninas e meninos com currículo comum, foi acrescentado ao sexo feminino o ensino de costura e economia doméstica. A liberação econômica da

---

<sup>54</sup> DURÃES, Sarah Jane Alves. Meninos e meninas nas escolas públicas mineiras no último quartel do século XIX: considerações em torno de uma construção espacial das diferenças de gênero. IN: LOPES, Ana Amélia Borges de Magalhães(org.) *História da educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FUMEC/FCH, 2002; MUNIZ, op. cit.

<sup>55</sup> Cf. ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulheres e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Fund. Ed. UNESP, 1998, DURÃES, op. cit. ; MUNIZ, op. cit.; SAFFIOTI, op. cit.

<sup>56</sup> Ibidem.



mulher por meio do trabalho remunerado e sua autonomia intelectual, representada por uma educação não diferenciada da do homem, significava romper com a ordem já estabelecida que designava à mulher uma situação de subordinação. Por isso, a instrução feminina deveria ser mantida dentro de certos limites para não ser uma ameaça ao lar, à família e ao homem. Esta educação, que por muito tempo foi negada sob o pretexto de que o conhecimento e a sabedoria eram desnecessários e prejudiciais à constituição física e intelectual da mulher, tornou-se desejável a partir do momento em que ela passou a ser vista como mantenedora da família e da pátria, conforme o discurso positivista<sup>57</sup>.

Como percebemos no trecho abaixo, Francisca Senhorinha fazia-se valer dessas proposições para reforçar a necessidade de se instruir as mulheres. A partir do momento em que, como mães, eram responsáveis pela formação moral dos futuros cidadãos, deveriam ter acesso a um conhecimento vasto e diversificado que as tornariam aptas para exercer esta função.

A mulher forma o cidadão, a pátria exige della o seu concurso individual na prosperidade commum. Mas para que a mulher saiba formar o coração, é preciso primeiramente que o seu espírito esteja esclarecido a ponto de comprehender o alcance da sagrada missão que a Providência e a sociedade lhe confiarão.<sup>58</sup>

A feminização do magistério primário no Brasil aconteceu num momento em que o campo educacional se expandira em termos quantitativos; aumentou-se o número de escolas masculinas femininas e mistas, ou seja, houve maior necessidade de mão-de-obra, devido aos impedimentos morais dos professores educarem meninas e a preferência de ter professoras nas escolas mistas. Houve assim uma demanda pela

---

<sup>57</sup> ALMEIDA, op. cit.

profissão de professora. Abriu-se então caminho para campanhas em favor da feminização do magistério. Muitos intelectuais foram partidários desta iniciativa. No exemplo abaixo, seguem-se excertos do discurso do Dr. Alberto Brandão proferidos na assembléia provincial do Rio de Janeiro em defesa da causa:

Temos necessidade de crear para cada freguezia ou lugarejo uma escola para o sexo masculino e outra para o feminino; com a coeducação dos sexos conseguiremos o mesmo resultado e outros ainda mais vantajosos, com menos despeza, preferindo-se principalmente para este gênero de escolas as professoras. É sabido quanto a mulher é carinhosa, quanto ella gosta de cumprir seus deveres e a moderação com que sabe ensinar.[...] Mas há um mau preconceito em nosso paiz contra a coeducação dos sexos. Teme-se que haja perigo na reunião dos dous sexos, na mesma escola durante certas e determinadas horas do dia. Para a escola mixta eu prefiro, em vez do professor, a professora, por motivos muito importantes. Em primeiro lugar por que as professoras garantem mais os princípios de moralidade. Em segundo lugar por que a mulher pobre no Brazil deixara de ser escrava ou criada para como nos Estados Unidos, seguir a profissão do magistério.<sup>59</sup>

Segundo DURÃES<sup>60</sup>, as primeiras tentativas de regulamentação das escolas mistas datam da década de 1870 – momento no qual o texto citado é escrito – embora muitas já existissem antes da sua legalização. Ainda conforme a autora, foi a partir da década de 1880 que os representantes do poder público intensificaram um discurso significativo em defesa da implantação deste tipo de escola. A defesa da escola mista era determinada antes pela diminuição dos gastos públicos do que pela necessidade de reduzir as diferenças sociais entre os sexos. Alberto Brandão, assim como outros parlamentares, defendiam que as escolas mistas deveriam ficar a cargo de professoras porque elas possuíam uma influência maternal sobre as crianças e lhes introduziriam princípios morais de forma mais eficiente. Vale ressaltar que num primeiro momento, as mulheres que se tornaram professoras não pertenciam às elites. A

---

<sup>58</sup> (O) Sexo Feminino – Campanha, 13/06/1874.

<sup>59</sup> (O) Sexo Feminino – Campanha, 02/05/1874.

<sup>60</sup> DURÃES, op. cit.

determinação de conceder somente às mulheres a docência em escolas mistas aumentou as possibilidades de emprego para as mulheres mais pobres. Entretanto, após a proclamação da República e a Reforma Caetano de Campos, a escola normal estabeleceu-se mais seriamente e passou a ter um pouco de prestígio. A partir de então, as meninas das classes mais abastadas começaram a freqüentá-las e tornaram-se também professoras.

O magistério foi um campo de trabalho muito profícuo para as mulheres neste momento, pois representava um prolongamento das funções maternas. Alicerçada ainda nas últimas décadas do século XIX, foi na primeira metade do século XX que a feminização do magistério concretizou-se tanto na freqüência das escolas normais quanto pela ocupação do magistério. A preferência pela mulher na educação será incorporada, de forma incisiva, pelo discurso oficial, pela reforma João Pinheiro, em 1906 - Lei n.439 - que criou a Escola Normal da capital, destinada exclusivamente ao sexo feminino. A reforma, que propunha a reestruturação curricular, a ampliação dos anos de formação, passando para três anos, buscou oferecer uma educação intelectual, moral e prática, que pudesse satisfazer as necessidades da instrução pública, regenerando-a de forma a combater suas precariedades.

Foram diversas as causas que levaram a inserção e dominação do exercício do magistério primário pelas mulheres. Dentre elas devemos destacar em primeiro lugar o aumento do número de vagas em razão da criação de mais escolas e do abandono dos homens desta profissão. Atribuiu-se a saída dos homens do magistério à crescente urbanização e industrialização que ampliara o mercado de trabalho masculino, oferecendo maior remuneração e vagas vedadas às mulheres, assim como ao discurso dominante que considerava as mesmas mais aptas à

profissão. Além da atenção do poder público e das políticas educacionais que pretendiam reservar a elas este campo profissional, a emergência do movimento feminista e suas reivindicações por direitos educacionais, profissionais e políticos levaram as mulheres a enxergar no magistério um espaço profissional que se adequasse ao que delas se esperava em termos sociais e àquilo de que realmente precisavam para conquistar um futuro com mais independência e menos opressão.

O magistério primário trazia em si dois determinantes: dava espaço para a inserção no mundo público e no trabalho assalariado, e, como mulheres, não precisavam renunciar ao poder da reprodução da espécie que, por sua vez, só era viável socialmente com o sacramento do matrimônio. Dessa forma, viabilizavam um cruzamento entre o público e o privado dentro das condições concretas apresentadas na época. Nesse plano simbólico, talvez possa ter-se a explicação da grande popularidade do magistério entre as mulheres e, no plano objetivo, a sua condição representada pela única opção possível para elas dentro do contexto social do período.<sup>61</sup>

Mesmo com estes avanços, a educação das meninas permaneceria atrasada em relação à dos meninos. As mulheres ganharam o direito absoluto de atuarem no magistério, mas continuaram impedidas de aperfeiçoar seus estudos, pois o ingresso ao ensino superior lhes era proibido. O ponto máximo que uma mulher poderia atingir nos estudos era a conclusão da escola normal. Quanto aos homens, estes poderiam dar prosseguimento dos estudos nos cursos secundários e superiores que os preparariam para carreiras de *status* na vida pública. A manutenção das atividades voltadas para o trabalho doméstico no currículo das meninas – inclusive nas escolas normais –, que ainda perduraria por décadas, refletia no contexto escolar, o caráter diferenciador e hierarquizante da sociedade.

Foi apenas em 1879 que o governo brasileiro permitiu o acesso das mulheres às instituições de ensino superior do país. Contudo apenas um número

---

<sup>61</sup> ALMEIDA, op. cit., p. 69.

reduzido pôde freqüentá-las e seguir carreiras de prestígio, pois, além de superar a desaprovação social, era necessário, segundo a legislação vigente, passar pelo ensino secundário para se ter acesso ao ensino superior. Escolas secundárias femininas, somente particulares, em geral, caras e de qualidade duvidosa. No colégio Dom Pedro II no Rio de Janeiro, que era a melhor escola secundária pública do Brasil, as mulheres chegaram a ser admitidas num curto período em meados da década de 1880, mas em seguida as portas do renomado colégio se fecharam para elas. Apenas no século XX - várias décadas após o acesso das mulheres ao ensino superior ser conquistado - foi permitida a co-educação no colégio Dom Pedro II, o que nos revela o desinteresse que as elites brasileiras tinham pelo aperfeiçoamento da educação feminina<sup>62</sup>.

## 1.1 O SEXO FEMININO: DEFESA ABERTA DA INSTRUÇÃO FEMININA PARA A EMANCIPAÇÃO DA MULHER

### 1.1.1 A imprensa no Brasil

A imprensa surge tardiamente no Brasil. A Coroa portuguesa sempre criou obstáculos para o seu desenvolvimento com o objetivo de impedir que as críticas ao governo português se propagassem. Os livros eram vistos com desconfiança no Brasil. Bibliotecas só existiam em mosteiros e colégios. Só em fins do século XVII, começaram a aparecer bibliotecas particulares; a maior parte era composta por poucos livros e em sua maioria de origem religiosa. Os livros chegavam ao Brasil de forma clandestina - salvos os permitidos pela censura. Muitas vezes obras consideradas

---

<sup>62</sup> HAHNER, op. cit.

“deturpadoras da ordem” ou “imorais” foram usadas para acusar pessoas, como foi o caso dos inconfidentes de Minas Gerais, por exemplo.<sup>63</sup>

Com a vinda da Família Real em 1808, muitas foram as modificações ocorridas no Brasil e dentre elas podemos destacar a criação da Imprensa Régia. Esta era administrada por uma junta que dentre outras funções tinha o objetivo de fiscalizar o que seria impresso, a fim de impedir a publicação de papéis e livros que fossem contra os bons costumes, a religião e o governo. A imprensa das primeiras décadas do século XIX era artesanal; pequenos jornais com poucas tiragens. Era uma imprensa combativa, com objetivo de discutir idéias e não de dar informações. Predominavam os artigos assinados; críticas políticas, textos literários, charges. Os jornais eram em sua maioria de circulação semanal e distribuídos por meio de assinaturas<sup>64</sup>.

O primeiro jornal a ser publicado foi a *Gazeta do Rio de Janeiro* em 1808. Era de cunho oficial com informativos de interesse apenas do governo. O primeiro jornal de Minas Gerais foi criado em Ouro Preto em 1823 com o nome de *Compilador Mineiro*. A partir de então, outros vão surgir como *O Universal* em 1824, *Astro de Minas* em 1827 e a *Sentinela do Serro* em 1830. Este último, fundado por Teófilo Otoni no norte da província foi o maior representante das idéias liberais em Minas Gerais<sup>65</sup>. Não nos compete aqui uma explanação detalhada de cada jornal e a sua relevância, mas apenas atentar para o fato de que muitas publicações deste período tiveram grande relevância nos momentos mais conturbados como, por exemplo, no processo que culminaria na independência política do Brasil. Nestas

---

<sup>63</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Ed. Contexto/ EDUSP, 1994; SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

<sup>64</sup> BUITONI, Dulcília Schroeder. *Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira*. Edições Loyola: São Paulo, 1981.

<sup>65</sup> SODRÉ, op. cit.

ocasiões era comum o aumento da tiragem de periódicos; contudo, alguns ficavam apenas na primeira edição e muitos editores eram perseguidos, presos e até mesmo deportados por se oporem ao governo.

Nas últimas décadas do século XIX, a agitação política em decorrência da crise do Império após a guerra do Paraguai, movimentou a imprensa brasileira. A influência dos acontecimentos multiplica os órgãos da imprensa por toda parte. Os movimentos abolicionistas e republicanos incentivaram a criação de jornais específicos para a defesa destas causas. A exaltação política da época estava inteiramente retratada na imprensa. Em 3 de dezembro de 1870 começa a circular o jornal *A República* do partido Republicano Brasileiro. De 1870 a 1872, mais de vinte jornais republicanos foram fundados no Brasil. As idéias republicanas conquistaram boa parte da imprensa brasileira. O surgimento da gravura em 1852 e, conseqüentemente da caricatura, criou novas condições para a crítica da vida política: a gravura e a caricatura tiveram um papel importante na imprensa brasileira. Este recurso foi muito utilizado pelos jornais do fim do século XIX, para satirizar o governo imperial, nas campanhas abolicionista e republicana. E será marca registrada das publicações do século XX<sup>66</sup>.

A passagem do século XIX para o XX assinalou a transição da pequena à grande imprensa. Surgiram as empresas jornalísticas, os jornais de empreendimento individual desaparecem. Na primeira década do século XX a imprensa brasileira teve significativo crescimento em razão do aumento de títulos de revistas ilustradas; humorísticas, femininas, literárias e críticas como, por exemplo, a *Revista da Semana*, *Kosmos*, *Fon-fon*, etc. Em Minas Gerais temos como exemplo a revista *Vida de Minas*. As revistas apresentavam belas ilustrações utilizando recursos como a litografia e a

xilografura e também a fotografia que é uma inovação do início do século XX. Em busca de uma feição particular, as novas publicações procuravam se afastar da literatura para se tornarem revistas mundanas, de variedades, ou femininas<sup>67</sup>.

No caso de Minas Gerais especificamente, não é possível registrar com exatidão o marco inicial da imprensa em razão da falta de registros. Sabe-se que a primeira tipografia foi instalada em Ouro Preto, por volta de 1822<sup>68</sup>. Há estudos, porém, que afirmam que a imprensa surge em Minas em 1807, antes mesmo da instauração da imprensa régia no Rio de Janeiro em 1808<sup>69</sup>. O primeiro periódico publicado foi o *Compilador Mineiro*; pertencia à imprensa política, como grande parte dos primeiros jornais que serão publicados em Minas Gerais. Como em todo o país, a imprensa mineira era palco de discussões políticas acirradas, espaço para a manifestação de opiniões favoráveis ou não ao governo imperial. Muitos jornais vão surgir pela então província de Minas Gerais, principalmente nas cidades de maior expressão na época.

A imprensa de Belo Horizonte surge em 1895, antes mesmo da fundação da cidade em 1897 com o jornal *Bello Horizonte*, publicado pelo padre Francisco Martins Dias. Era um órgão religioso, literário e noticioso. Logo surgiram novos títulos abrangendo em suas páginas da política à literatura. Tanto FRIEIRO como LINHARES<sup>70</sup> analisam a imprensa de Belo Horizonte dividida em duas fases: a primeira caracteriza-se por publicações pouco elaboradas e com pequenas tiragens, de formato

---

<sup>66</sup> BUITONI, op. cit.

<sup>67</sup> Ibidem.

<sup>68</sup> FRIEIRO, E. Notas sobre a imprensa em Minas. *Revista da UFMG*, Belo Horizonte, n. 12, p.64-83, jan. 1962; LINHARES, Joaquim Nabuco. *Itinerário da imprensa de Belo Horizonte: 1895-1954*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

<sup>69</sup> Esta informação foi nos apresentada pelo texto de FRIEIRO, op. cit. ao citar as obras de José Pedro Xavier da Veiga: *A imprensa em Minas Gerais (1807-1897)*, Revista do Arquivo Público Mineiro, Ano III, 1898 e *O fundador da imprensa mineira* (Padre Jose Joaquim Viegas de Meneses) na mesma publicação.



pequeno, quase sempre com quatro páginas. A segunda fase seria bem aparelhada, com jornais de grande expressão, a maioria diária, composta de muita informação, publicidade e elevadas tiragens.

Contudo, há discordância entre os autores sobre o marco que divide as duas fases. Para FRIEIRO<sup>71</sup>, o jornal *Correio Mineiro (1926-1936)*, foi o precursor da imprensa moderna. Já para LINHARES<sup>72</sup> este posto pertence ao *Estado de Minas (1919-1922)*. Entretanto, mesmo havendo divergência entre os autores, ambos concordam que a virada dos anos 20/30 foi o momento da modernização e da expansão da imprensa mineira, principalmente belo-horizontina. É necessário ressaltar que a imprensa feminina não será alvo de discussão destes autores. O jornal *O Sexo Feminino*, por exemplo, publicação de grande relevância para o nosso trabalho, não é sequer citado. Esta omissão está presente nas mais importantes obras sobre a imprensa no Brasil, como é o caso de SODRÉ<sup>73</sup> que faz um estudo muito detalhado sobre o tema, mas se omite em relação à imprensa feminina. Isto se deve ao fato de as publicações voltadas para o público feminino serem consideradas inexpressivas, destituídas de importância histórica.

Como dissemos anteriormente, as transformações pelas quais passou a historiografia brasileira nos últimos anos, permitiram uma reavaliação do uso da imprensa como fonte documental. Destacamos o aspecto assumido pela história cultural que, ao se preocupar com identidades coletivas dos mais diversos grupos sociais, promoveu o interesse por novas temáticas e por grupos sociais até então

---

<sup>70</sup> FRIEIRO, op. cit.; LINHARES, op. cit.

<sup>71</sup> FRIEIRO, op. cit.

<sup>72</sup> LINHARES, op. cit.

<sup>73</sup> SODRÉ, op. cit, 1999.

excluídos da pesquisa histórica contribuindo assim para o desenvolvimento de estudos sobre as mulheres<sup>74</sup>.

O desenvolvimento de novos campos como a história social, a história das mentalidades e a história cultural, por exemplo, ampliou as possibilidades de pesquisa através da utilização de documentos até então menosprezados enquanto fonte histórica como é o caso da imprensa. A imprensa é um produto de determinadas práticas sociais de uma época que se constitui enquanto instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. A imprensa feminina por sua vez torna-se importante material para o estudo dos hábitos e costumes, das reivindicações das práticas sociais vivenciadas pelas mulheres, assim como permite-nos vislumbrar a postura feminina diante dos acontecimentos, das normas sociais e identificar as representações criadas para elas diante da realidade vivida<sup>75</sup>.

Ao fazermos uma comparação entre a data dos primeiros periódicos surgidos no Brasil<sup>76</sup> e as primeiras iniciativas das mulheres em busca de uma maior

---

<sup>74</sup> Cf.: BURKE, Peter. *A escrita da história. Novas perspectivas*. SP: Ed. UNESP, 1992; CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Ed. Contexto/ EDUSP, 1994, CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia*. RJ: Campus, 1997; DUBY & PERROT (ORG). *História das mulheres no ocidente*. Porto: Afrontamento, 1995; PERROT, Michele. *Os excluídos da história: operários mulheres e prisioneiros*. RJ: Paz e Terra, 2001.

<sup>75</sup> Vale a pena conferir: ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulheres e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Fund. Ed. UNESP, 1998; BUITONI, Dulcília Schroeder. *Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira*. Edições Loyola: São Paulo, 1981 e *Imprensa Feminina*. 2ed. São Paulo: Ática, 1990; DEL PRIORE, Mary (org). *História das mulheres no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1997; DUARTE, Constância Lima. *Nísia Floresta: Vida e Obra*. Natal: UFRN. Ed. Universitária, 1995; HAHNER, June E. *A MULHER BRASILEIRA - e suas lutas sociais e políticas: 1850 –1937*. São Paulo: Brasiliense, 1980. RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar – a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

<sup>76</sup> “O Ceará conheceu a imprensa em 1824, quando, a 1º de abril começou a circular, em Fortaleza, o *Diário de Governo do Ceará*; já aparecera em Minas em 1823, o *Compilador Mineiro*, apareceria em Niterói só em 1829, com o *Eco na Vila Real da Prata Grande*; só em 1831 em Santa Catarina, 11 de agosto, com o *Catarinense*; só neste mesmo ano em Alagoas, a 17 de agosto, com o *Irts Alagoense*; só em 1832 no Rio Grande do Norte, com o *Natalense*; só neste mesmo ano em Sergipe, com o *Recompilador Sergipano*; só em 1840 no Espírito Santo com o *Estafeta*; só na segunda metade do século em províncias como o Paraná, com o *Dezenove de Dezembro*, de 1853; ou o Amazonas com a *Estrela*

participação na esfera pública<sup>77</sup>, notamos que estes eventos são quase simultâneos. Daí a importância da imprensa para o processo de emancipação feminina no Brasil. Entendemos como imprensa feminina o conjunto de publicações voltadas para as mulheres, ou seja, o que caracteriza um periódico como imprensa feminina é o seu público leitor, e não necessariamente o fato de ser redigido por mulheres ou de tratar de assuntos voltados para o ambiente doméstico.

O primeiro periódico feminino conhecido é do século XVII, 1693, na Inglaterra. Na Itália surgiu em 1770 e na Alemanha em 1774. Na França o primeiro veículo conhecido foi o *Courrier de la Nouveauté* em 1758. Foi neste país que a imprensa feminina atingiu grande expressão social. As publicações francesas apresentam um caráter revolucionário e acalorado, com discursos em defesa do maior acesso feminino à educação, à proteção e organização do trabalho feminino e ao sufrágio. BUITONI<sup>78</sup> define como características mais importantes da imprensa feminina a separação entre qualidades ideais e realidade, o desprezo pela atualidade, focalização em temas como moda, beleza, culinária, etc. e a transformação da mulher

---

do Amazonas de 1854".SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

<sup>77</sup> Em 1832, a nordestina Nísia Floresta Augusta (aboliconista, defensora dos direitos da mulher à educação, à profissionalização e ao exercício de seus direitos civis e políticos) traduz para o português a obra de Mary Wollstonecraft *Direito das mulheres e injustiça dos homens (A vindication of the Rights of Women)*. Em 1833 Maria Josefa Barreto passa a editar no Rio Grande do Sul o jornal *Belona Irada Contra os Partidários de Momo* sendo citada por Pedro Maia Soares como a primeira jornalista brasileira. Em 1837, a gaúcha Ana Eurídice Eufrosina de Barandas escreve *O ramalhete ou flores escolhidas no jardim da imaginação*, defendendo a participação das mulheres nos debates políticos e passa a lutar pela igualdade entre os sexos. Em 1845 Ana de Barandas edita o primeiro livro de ficção de Porto Alegre, conhecido como *A filósofa por amor*. Em 1850, O jornal carioca *O Liberal* publica uma série de artigos de Nísia Floresta Augusta Brasileira, intitulados "A emancipação da mulher". Em 1851 Joana Paula Mansos Noronha torna-se redatora do jornal *A Imprensa* de Pelotas (RS). Surge no Rio de Janeiro em 1852 o *Jornal das Senhoras* editado por Joana Paula Manso de Noronha e em 1862, o jornal feminista *O belo sexo*, dirigido por Júlia Albuquerque Sandy Aguiar, entra em circulação em Campanha da Princesa (MG) e no Rio de Janeiro, com um amplo conselho editorial que reunia diversas mulheres uma vez por semana para a discussão de temas a serem publicados". ZIRBEL, ILZE. (sd).AS MULHERES DO BRASIL: tabela ilustrada de suas conquistas(1827-1970).Disponível em [http:// geocities.yahoo.com.br/izirbel/tabelamulheres.html](http://geocities.yahoo.com.br/izirbel/tabelamulheres.html). Acesso em: 19 ago. 2005.

em mito. Segundo a autora “a imprensa feminina é duplamente mítica. Primeiro, porque apresenta diversos conteúdos, senão todos, de forma mítica. Segundo, porque o conteúdo que a identifica mais perto do seu público – isto é, a representação subjacente do feminino – aparece sempre como mito”<sup>79</sup>. Não concordamos que esta categorização seja válida para a imprensa feminina como um todo. Publicações como *O Sexo Feminino* e a *Voz Feminina* conforme mostraremos adiante, foram periódicos que buscaram fugir desta padronização e mereceram destaque em nossa pesquisa justamente por apresentarem tais características.

A imprensa feminina surgiu em meados do século XIX no Brasil, já contando com importantíssimas contribuições femininas tanto na escrita de artigos como na produção editorial. A maior parte, porém, dos periódicos destinados ao público feminino era escrito por homens. Muitos destes periódicos durariam décadas e outros, apenas algumas semanas. Os jornais escritos por homens seguiam uma linha mais conservadora. Segundo BUITONI<sup>80</sup>, algumas leitoras achavam esses jornais menos desafiadores ou embaraçosos e mais agradáveis que os jornais feministas uma vez que os mesmos não as comprometiam socialmente. As primeiras mulheres que organizaram jornais femininos no Brasil inspiraram-se no modelo francês. Os jornais considerados feministas eram redigidos por mulheres e reservavam grande parte de seu espaço para viabilizar suas reivindicações. No século XIX, a grande bandeira levantada por estes jornais foi o direito a um maior e melhor acesso à educação. Neste momento, a educação era considerada o passaporte para a emancipação feminina. Já no século

---

<sup>78</sup> BUITONI, op.cit.

<sup>79</sup> Ibidem, p.06.

<sup>80</sup> Ibidem.

XX, as atenções se voltam para o movimento sufragista. As mulheres consideravam agora que, sem participação política de fato, elas não seriam emancipadas.

Em Minas Gerais temos exemplos das duas categorias de jornais femininos. O jornal A PÉROLA da cidade de Oliveira é um exemplo do primeiro caso. Publicado no final do século XIX, trazia em suas páginas artigos que valorizavam a mulher dentro do espaço doméstico, junto da família. Exaltava as qualidades femininas sempre relacionadas com a beleza, delicadeza e meiguice esperada das representantes do chamado *sexo frágil*.

Nas últimas décadas do século XIX, surgiram novos jornais fundados por mulheres em cidades com maior desenvolvimento nas quais elas tinham mais oportunidades para se instruírem. Apesar de muitas estarem agora publicando jornais feministas, elas estavam de certa forma isoladas. Não havia até então um movimento coeso entre elas. Havia jornais feministas em várias regiões do Brasil, mas poucos se articulavam entre si <sup>81</sup>. Os jornais feministas publicavam também artigos informativos e de entretenimento. Como na imprensa brasileira de forma geral, publicavam contos e romances literários. Era nestes jornais também que muitas escritoras tinham espaço para mostrar suas produções literárias seja em forma de poesias, contos, ensaio, etc.

Em Minas Gerais, o maior exemplo deste grupo no período era Francisca Senhorinha da Motta Diniz que, juntamente de suas filhas, funda, em 1873 na cidade de Campanha, o jornal *O Sexo Feminino*. Este periódico feminista defendia a emancipação feminina principalmente através da educação e contestava os papéis legados a mulher pela sociedade. Outro periódico que seguia a mesma linha era o

---

<sup>81</sup> HAHNER, op. cit.

jornal *Voz Feminina*, criado em 1900 por três moças da alta sociedade da cidade de Diamantina.

Não foram poucas as dificuldades enfrentadas pelos jornais. O isolamento geográfico dificultava o conhecimento dos jornais existentes e impossibilitava a troca de idéias entre editoras e escritoras das diversas regiões do país. Além disso, sofriam a desaprovação não somente de muitos homens, como também de mulheres, pois nem todas reagiam bem às idéias de emancipação. Muitas não estavam dispostas a perder privilégios e as conveniências que encontravam na situação de subordinação aos homens, e outras se viam encurraladas frente às pressões sociais. Não era por menos que muitos artigos eram publicados sob anonimato ou com uso de pseudônimos, dado o receio de críticas. Poucas assinavam seus artigos e se expunham à opinião pública.

O analfabetismo também era uma restrição ao acesso a esses jornais. O aumento da alfabetização feminina nas primeiras décadas do século XX, principalmente nas grandes cidades, proporcionou uma ampliação do público, mesmo assim ainda restrito às mulheres de classe média e alta. Mas o principal obstáculo desses jornais era a sobrevivência econômica. Muitas publicações chegaram a ser suspensas por falta de dinheiro. Algumas editoras contaram com o apoio financeiro do marido. Outras, como dona Francisca Senhorinha também trabalhavam como professoras, escreviam contos para sustentar a divulgação de seus ideais.

Não obstante tantos desafios, as idéias defendidas por esses jornais, ajudaram muitas mulheres na melhoria de suas condições sociais. Não podemos desconsiderar a sua importância no que tange à influência do comportamento e no cotidiano das pessoas. Desempenharam, cada um a seu tempo, relevante papel na

formação de consciências e como testemunhas das transformações ocorridas na vida das brasileiras.

### **1.1.2 O Sexo Feminino: semanário dedicado aos interesses da mulher**

Segundo nos consta, o jornal *O Sexo Feminino* foi o primeiro periódico da imprensa brasileira a abraçar como causa a defesa da emancipação feminina<sup>82</sup>. Foi criado na cidade mineira de Campanha por Francisca Senhorinha da Motta Diniz com apoio de suas filhas. Francisca Senhorinha nasceu em São João d'El Rei. Casou-se com o advogado José Joaquim da Silva e teve duas filhas, Albertina Diniz e Elisa Diniz Machado Coelho, que como a mãe, tornaram-se escritoras. Dedicou-se ao magistério – era professora da Escola Normal de Campanha – e ao jornalismo. Além de *O Sexo Feminino*, redigiu os semanários *A Primavera* e *A Voz da Verdade* no Rio de Janeiro. Em parceria com a sua filha Albertina, escreveu o romance *A judia Rachel* editado em 1886. Francisca Diniz, além de redatora do jornal, era também professora da Escola Normal de Campanha, onde eram alunas suas duas filhas, colaboradoras do jornal. Seu marido era o redator de um outro jornal da cidade: *Monarquista*, onde *O Sexo Feminino* era tipografado<sup>83</sup>.

O jornal *O Sexo Feminino* apresentava-se em quatro páginas; publicava-se uma vez por semana. Era vendido por meio de assinaturas semestrais e anuais, através de representantes em algumas cidades das províncias de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Em seu primeiro ano, alcançou a tiragem de 800 exemplares. Em 07 de setembro de 1874, ao comemorar o primeiro ano de publicação, um artigo

---

<sup>82</sup> BUITONI, op. cit.; HAHNER, op. cit.

<sup>83</sup> SCHUMAHER, Schuma e Brasil, Érico Vital. (org.) *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. p.246

comunicava aos leitores o sucesso alcançado pelo periódico e anunciava a mudança de endereço do jornal que, a partir daquele número, seria publicado no Rio de Janeiro.

O dia de hoje em feliz coincidência com o aniversário da independência nacional perfaz um anno indicador do grito de independência da mulher. O Sexo Feminino tocou o fim de seu anno de existência, quem o diria? [...] a tiragem deste hebdomadario era de 800 exemplares, e cousa singular, esta folha não contou com 10 numeros devolvidos! [...]. Desde o Amazonas até os confins do Rio Grande do Sul é esta folha conhecida, e ainda agora choviam os pedidos de números editados e novas assignaturas. [...] É este pois o ultimo numero do Sexo Feminino que com chave de ouro, em um dia de entusiasmo e de jubilo nacional vem encerrar o seu primeiro anno. D'ora em diante será esta folha editada na corte, d'onde opportunamente me dirigirei aos leitores, e aos meos illustrados colegas com quem permutu este semanário.<sup>84</sup>

Em 1876, a publicação foi interrompida por causa de uma epidemia de febre amarela: “A redactora desta folha, achando-se doente e toda a sua família, e ainda mais, aterrada pela epidemia actual, a febre amarela, retira-se por algum tempo para fora da Corte [...]”<sup>85</sup>. Em 1889, *O Sexo Feminino* ressurgiu e alcançou uma circulação de 2400 exemplares. Após a proclamação da República o jornal passou a se chamar *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*. Contava com artigos escritos por Francisca Senhorinha e suas filhas e também com a contribuição de outras mulheres e homens, desde que fossem simpáticos à causa defendida pelo jornal. Grande parte dos artigos tinha como assunto principal a discussão de questões sobre a importância de se educar e instruir as mulheres, assim como a defesa de seu acesso a profissões de maior prestígio social e a cargos públicos.

Havia uma constante preocupação, em diversos artigos deste periódico, em diferenciar a educação e a instrução. Em síntese, educar seria a correção dos vícios, dos maus costumes; instruir seria a aquisição e a ampliação de conhecimentos. Contudo, apresentava em suas páginas artigos variados, contendo desde entretenimento como jogos de adivinhações, romances folhetins, artigos sobre religiosidade, notícias publicadas em outros jornais. Dava menos ênfase à moda;

<sup>84</sup> (O) *Sexo Feminino* - Campanha, 07/09/1874.

<sup>85</sup> (O) *Sexo Feminino* - Campanha, 02/04/1876.



quando se referia a este assunto geralmente era para alertar e criticar a valorização das aparências em detrimento da inteligência feminina.

Seu primeiro número surgiu no dia 07 de setembro de 1873 na cidade de Campanha no interior de Minas Gerais e deixava bem claro a que veio em sua primeira página. Já no título notamos o seu diferencial em relação aos outros periódicos femininos. A maioria dos jornais femininos tinha algo de infantil na maneira de exporem seus conteúdos e principalmente de se referirem às mulheres. O jornal de Francisca Senhorinha por sua vez tinha um título mais ousado e apresentava-se como um semanário não mais dedicado às damas e senhoras e sim, aos interesses da mulher. Interesses estes bem distantes dos assuntos considerados pela imprensa da época como femininos, tais como a beleza e a moda.

Ao designarmos este periódico como uma publicação feminista, devemos ter sempre o cuidado de usar este termo inserido no contexto tratado. Neste momento, Francisca Senhorinha e suas colaboradoras, assim como outras que editavam e escreviam em jornais por todo o país, tinham o objetivo de despertar as mulheres para seu potencial de aperfeiçoamento e para aumentar seu nível de aspirações<sup>86</sup>. Consideramos *O Sexo Feminino* um jornal feminista, pois ele apresentava proposições que visavam transformar significativamente a vida da mulher. Defendia, por exemplo, a idéia essencial de que a dependência econômica determinava a subjugação feminina e de que uma educação melhor poderia ajudá-la a elevar o *status*. O que Francisca Senhorinha desejava era alertar as mulheres quanto às suas condições,

---

<sup>86</sup> Mais informações sobre periódicos feministas: BUITONI, Dulcília Schroeder. *Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira*. Edições Loyola: São Paulo, 1981; HAHNER, June E. *A MULHER BRASILEIRA - e suas lutas sociais e políticas: 1850 –1937*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

necessidades e potencialidades. Para isso, procurou chamar a atenção delas e da sociedade para a sua situação, pois segundo ela, “so há um jeito de regenerar a sociedade, de mudar moralmente a face da terra, de *emancipar a mulher, de salvar-lhe um futuro - é pela educação e instrução*”.<sup>87</sup> (grifos do original).

Nas páginas de *O Sexo Feminino* a mulher era vista como fundamental para o progresso da sociedade. Por isso ela deveria ser encarada como algo a mais do que um simples *traste de casa* - como dizia Francisca Senhorinha em muitos artigos. Para ela, “a mulher é a única capaz de salvar a humanidade do perigoso chaos do erro e de todas ás más paixões que estão sujeitos os homens”.<sup>88</sup> Nesta conjuntura, as feministas entendiam que emancipar as mulheres significava dar-lhes condição de ter vida intelectual própria através do acesso amplo à instrução, o que lhes proporcionaria maior desenvolvimento individual e melhor desempenho de suas funções:

A mulher, pertencente ao *sexo frágil*, como é denominado pela *omnipotencia* do homem, é um móvel, um joguete que o capricho de qualquer estóico colloca no canto da casa ou atirar barbaramente a ultima escala social! Vedada da instrução, que a *prespicacia* masculina tem julgado *incompatível* com o sexo, inconsciente de seus direitos ella, qual cordeiro humilde, deixa subjugar-se e esmagar-se pela manopla de ferro de qualquer bárbaro. É tempo de olharmos attentamente para a nossa situação. Que papel representa a mulher na sociedade? [...]. A mulher, dotada com as mesmas faculdades do homem, com a inteligência e a razão, abertas a receber o cultivo das letras, das artes e das sciencias, para ser útil á pátria e desempenhar sua missão na sociedade, a maior e a mais sanar missão da humanidade que toda depende da – mãe de família– deve chamar-se a si os foros que não pode negar-lhe uma sociedade culta. Instrucção para o sexo feminino! Com a instrucção conseguiremos tudo, e quebraremos ainda as cadeas que desde séculos de remoto obscurantismo nos roxeão os pulsos e aviltao a própria dignidade.<sup>89</sup>

Em muitos artigos, encontramos críticas à supervalorização da beleza e da vaidade como os atributos femininos mais importantes. A virtude era considerada a

<sup>87</sup> (O) Sexo Feminino - Campanha, 14/09/1873.

<sup>88</sup> (O) Sexo Feminino - Campanha, 02/05/1874.

<sup>89</sup> Idem, 14/09/1873.

maior qualidade da mulher, pois somente esta lhe acompanharia até a morte. A preocupação apenas com as modas e modismos, segundo o jornal, tornava-a frívola e alvo certo daqueles que insistiam em considerá-la inferior:

A mulher mais bella é aquella que mais virtudes conta: as bellesa as graças, os encantos desaparecem pela enfermidade ou pela rapidez do tempo mas nem as enfermidades nem o tempo tem poder sobre as bellas que se abrigão n'alma da mulher virtuosa.<sup>90</sup>

Aqui percebemos a importante diferença entre a maioria dos jornais voltados para as mulheres e *O Sexo Feminino*. Os assuntos que eram vistos como mais relevantes para os primeiros – moda e beleza – eram considerados banais, de pouco significados para Francisca Senhorinha, pois para esta nada valia a beleza se não estivesse acompanhada de uma boa formação moral e intelectual. Para elas, os homens usavam um discurso que exaltava a mulher sempre privilegiando suas qualidades externas mantendo-nas assim afastadas da intelectualidade. Para Francisca Senhorinha e seus colaboradores, diferentemente do que era defendido por muitos cientistas, intelectuais e religiosos, o homem mantinha-se superior à mulher não por questões biológicas, próprias da natureza dos sexos e sim pela falta de conhecimento por parte das mulheres.

Há um reducto onde traçoero reside o inimigo que procuramos combater: este reducto chama-se – *a ignorância da mulher*: Este forte que urge metralhar é defendido pela sciencia dos homens. A quem se deve a nenhuma instrução da mulher – a sua descarada educação – a sua nenhuma importância social – o grau de aviltamento a que tem sido reduzido o *sexo frágil* – [...] deve-se ao *sexo masculino* – esses maos conselheiros que na sociedade estudão todos os *ardis* para mentirem à mulher lisonjeando-lhe seu orgulho – alimentando seus *caprichos* e louvando sua *vaidade* [...].<sup>91</sup>

---

<sup>90</sup> Idem, 07/01/1874.

<sup>91</sup> Idem, 20/09/1873.

A imprensa foi um espaço utilizado por muitas que como Francisca Senhorinha, queriam denunciar e transformar a forma como a mulher era vista e tratada pela sociedade. O jornal *O Sexo Feminino* contava com diversas colaboradoras, de assinantes a importantes escritoras como Narciza Amália<sup>92</sup>. No exemplar do dia 01 de novembro de 1873 Francisca Senhorinha escreveu um artigo sobre a referida escritora e poetisa. Nele, citava sua obra chamada *Nebulosas* e dava-lhe a designação de heroína brasileira por não se curvar diante das dificuldades enfrentadas pelas mulheres mostrando sua capacidade intelectual. Como Narciza, ressaltava Senhorinha, muitas despontavam como escritoras e redatoras de jornais fazendo de seus escritos um meio para reivindicar a emancipação feminina.

A tiragem de 800 exemplares revela-nos um público leitor considerável para a época, principalmente por ser um periódico destinado exclusivamente às mulheres, como tantas vezes frisou sua redatora. Em alguns números, foram publicadas cartas de assinantes que elogiavam a postura do jornal e as suas causas. Desde modo, podemos concluir que as questões defendidas, denunciadas e criticadas atingiram muitas mulheres das principais cidades mineiras. Talvez a exigência de Francisca Senhorinha de só publicar artigos assinados tenha inibido muitas de manifestar suas opiniões, mas não faltaram aquelas que defendiam o propósito de reestruturar a condição social feminina.

---

<sup>92</sup> Narciza Amália de Campos nasceu em São João da Barra, RJ, a 03 de abril de 1852, foi casada duas vezes e em ambas separou-se do marido. Escreveu várias obras; a primeira foi um livro de poesias com o título de *Nebulosas*. Foi a primeira mulher a se profissionalizar como artista no Brasil. Na imprensa, publicou artigos em defesa da abolição dos escravos, da mulher e dos oprimidos em geral. Fundou em 1884 um jornal na cidade de Resende de nome *Gazetinha* como suplemento do *Tymburitá*, que era voltado para o público feminino. Faleceu em 24 de junho de 1924. Cf. PAIXÃO, Sylvia Perlingeiro. Narciza Amália. IN: MUZART, Zahidé Lupinacci. *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia*. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul:EDUNISC,1999. pp. 534-539.

Fazeis muito bem em pugnar para restituir ao nosso sexo o que o outro tem tirado. É este o século do ideal, e é pelo ideal da emancipação que devemos trabalhar. E vós que primeiro tomastes essa sublime iniciativa: que primeiro levantastes o brado da liberdade fernenil nestas plagas sul mineiras, de certo colhereis os louros de que sois digna, porque a vossa voz echoou em nossos corações e assim como a nós, echoará em outros que, flamejantes de entusiasmo sahirão do genyceu ao Panteon da Gloria. Foi assim que apoz as Saphos de Mytelene, vieram as Aspazias, as Corinas e Hypathias. O Céu de Lesbos, da Jonia e de Alexandria não é mais bello de que o nosso. A flamona do gênio brilha nos olhos de nossas patrícias bellas, que um dia farão guerra, da eleusis da intelligencia ao Olympo dos pessimistas. Prossegui no vosso glorioso apostolado, e recebei a oblação rude, mas sincera de vossas admiradoras.

*D. Maria Carolina do Carmo Gouvêa.*

*D. Maria Ermelinda Ferreira.*

Machadinho, Maio 5- de 1874.<sup>93</sup>

\*\*\*

[...] quando nos paizes mais adiantados do mundo, votão a emancipação da mulher, era de se esperar que no Brasil, especialmente neste terrão mineiro, patria dos Tiradentes e Ottonis de saudoza memoria, surgissimos em prol dessas idéias, para não mentir assim o passado, corrêssemos a defender os nossos direitos; mas faltava a iniciativa, e essa tivestes vós, fundando O Sexo *Feminino*, chamando vossas patrícias a postos e marchando na vanguarda: a vós pois pertence todas as glorias, assim como aos nossos patrícios que derão a vida pela liberdade, passando assim seus nomes as gerações futuras.

*D. Ignez Flavia d'Aguiar Mourão*

São Miguel e Almas (Serro), 28 de Julho de 1874.<sup>94</sup>

Embora não seja possível traçarmos um perfil do público leitor por meio apenas destes exemplos, podemos perceber que entre as admiradoras do jornal havia mulheres cultas que viam nesse jornal um importante meio de incitar nas mineiras a coragem de lutar pela sua emancipação. Pois, assim como elas foram convencidas pelas palavras de Senhorinha, muitas outras também seriam. Chama-nos a atenção no segundo artigo o fato de D. Ignez comparar a iniciativa de Francisca Senhorinha à de outros mineiros, como Tiradentes, que segundo ela lutaram pela liberdade e se

<sup>93</sup> (O) Sexo Feminino - Campanha, 08/08/1874.

<sup>94</sup> (O) Sexo Feminino - Campanha, 30/08/1874.

tornaram heróis. Para ela, assim como para as leitoras do primeiro exemplo, Francisca Senhorinha ao fundar *O Sexo Feminino* tornava-se a líder de um movimento que “libertaria” às mulheres do domínio masculino.

Em 28 de março de 1874, Amélia Augusta Diniz publicava um artigo intitulado *Primazia da mulher em relação ao homem*. Nele a autora afirmava serem as mulheres superiores aos homens, baseando-se no trecho do livro de Gênesis<sup>95</sup> que aborda a criação do homem e da mulher.

Deos creou o homem e deu-lhe a sua imagem e similhaça. Taes palavras são os mais fortes argumentos contra o orgulho e prepotência do homem com referencia a mulher. A palavra crear significa tirar do nada para depois dar-lhe forma e vida.[...] Deos teve pena do homem por ver que estava triste apezar de nada lhe faltar no paraizo terrestre; deu-lhe um profundo somno e tirando uma de suas costellas formou com ella a mulher, isso fazendo para que o homem a considerasse sua metade, ou outro delle próprio.[...] Fez mais deu-lhe o nome de Eva, que significa vida e ao homem Adão que quer dizer homem de barro, da argila, do pó, do nada! Homens, nada sois sem a mulher! A mulher é em tudo superior ao homem. Homens, debalde tentareis por mais tempo conserva-la na escravidão.[...] Tempo virá em que a vossa violencia será repellida e vosso predominio derrubado pelo poder da instrução dada a mulher. [...] acordai do somno em que há mais de seis mil annos tendes jazido, e ergues a mulher á altura em que o proprio Deos a collocou, si não quereis vossa própria ruína, o completo desanimo e a estacionariedade do gênero humano.

Três meses depois foi publicado um artigo chamado *A guerra dos homens* que, guiando-se pelos mesmos argumentos do artigo anterior, considerava que o “Divino Creador quis acabar a sua obra pela forma mais perfeita e completa – a mulher<sup>96</sup>”. Continuava o artigo afirmando que a mulher era superior ao homem e se o último estava em maior número entre os mais célebres era porque primeiramente, a mulher tinha a missão de ser mãe, e, embora seja a mais bela, era a sua mais árdua tarefa, tomando-lhe a maior parte do tempo. Em segundo lugar, os homens por ciúmes e inveja da superioridade feminina, sufocavam-lhe os talentos.

<sup>95</sup> BÍBLIA SAGRADA. 91ª edição. São Paulo: Ed. Ave-Maria, 1994.

<sup>96</sup> (O) Sexo Feminino - Campanha, 19/06/1873.

A dominação masculina era uma questão recorrente nas críticas dos artigos feministas. Em geral, o tema era tratado de forma ponderada. Contudo, os artigos selecionados de *O Sexo Feminino* eram bem objetivos e iam direto aos fatos. Além de chamar a atenção dos homens para a importância de se tratar às mulheres de forma igualitária, afirmavam que na verdade elas eram superiores ao homem e, se diferenças existiam entre os sexos, elas favoreciam ao sexo feminino. Mais uma vez chamamos a atenção para o fato de que mesmo acreditando na igualdade dos sexos e até mesmo na superioridade feminina em certos aspectos, as feministas de fins do século XIX, entendiam a emancipação feminina como um processo de conscientização das mulheres quanto às suas necessidades e potencialidades que se estendiam para além da esfera doméstica sem, no entanto abandoná-la.

Em contrapartida, o jornal *A Gazeta* de Belo Horizonte publicava em 15 de janeiro de 1905 um artigo que a partir da mesma alegação tentava validar a supremacia masculina. Nele, o autor ou autora – que assina apenas Gil – dizia que o feminismo não teria lugar em Minas Gerais, pois a religião e a educação eram as forças principais que regem a humanidade e na Bíblia encontravam-se os subsídios para confirmar a preponderância masculina. Ao usar do artifício que seria o próprio Deus que havia determinado a inferioridade feminina, este artigo procurava corroborar com as ideologias predominantes naquele momento. Aqui a mulher era considerada naturalmente inferior, porque foi gerada a partir de uma costela do homem. Ao criá-la Deus deu-lhe ao homem e com isso legitimou seu direito de dominá-la. Sob este ponto de vista, aquela que não aceitasse a sua condição de submissão estaria contrariando a vontade de Deus o que seria inadmissível para Igreja.

Diz o velho Moyses, na sua gênese, que tendo Deus, Creador de todas as coisas, feito o homem de barro, tirou d'elle uma costella, da qual fes a mulher e deu-lhe por companheira. Ora sendo o todo da mulher apenas o conteúdo da costella do homem, é claro que materialmente ella é inferior a este. Tendo Deus dado a mulher ao homem e não o homem á mulher, quis que elle exercesse direitos sobre ella e não delegasse, ora, quem exerce direitos logicamente exerce preponderância. Assim pois, a preponderância sobre a mulher foi estabelecida pelo próprio Deus. Verdadeiros crentes que somos, só nos resta submeter humildes e contritos á vontade da providencia Divina que, por irrisão, decretou que a mais bella de suas creações - a mulher, ficasse eternamente sob a despótica tutela que delhude (?).

Numa sociedade fortemente envolvida com a religiosidade como era a mineira, argumentos como este dificultavam as reivindicações destas feministas. Não acreditamos que mulheres como Amélia Augusta Diniz buscavam desafiar a Deus e a Igreja, pois eram pessoas religiosas. No entanto, cientes das suas potencialidades procuravam reformular alguns pressupostos que as impediam de ser tratadas com equidade. A divergência entre a Igreja e as feministas vai variar com a época. Neste primeiro momento, embora as concepções feministas confrontassem com alguns argumentos religiosos, a importância da fé e da religiosidade na vida da mulher, na sua instrução e na educação dos filhos eram defendidas com veemência nestes periódicos. Os discursos proferidos em *O Sexo Feminino* apresentavam uma presença marcante de conceitos baseados na conservadora moral cristã católica. Isto mostra que em algumas situações o peso da tradição fazia-se presente e determinava limites na emancipação feminina.

Para as feministas do final do século XIX, a família era uma instituição intocável. E dentro da família cabia a mulher desempenhar o principal papel: o de mãe e única responsável pela educação dos filhos, pela sua formação inicial. Havia uma grande preocupação com a educação das filhas, uma vez que elas seriam as responsáveis pela continuidade e pela consolidação da emancipação feminina. As



mães deveriam sempre educar suas filhas com este propósito, pois só assim não seriam tratadas *como escravas ou como móvel de casa*. Era de fundamental importância que as mães fossem preparadas para melhor educar os seus filhos porque sua influência sobre eles era maior. *Só as boas mães fazem homens virtuosos*, dizia Francisca Senhorinha. A mãe era a responsável pela formação do caráter dos filhos. Ela seria a mais adequada para os ensinarem os preceitos cristãos de moral e virtude.

Prepare-se o futuro pela educação e instrução do sexo frágil. Formem-se as mãis de família, que por seu turno vão erguer escolas e collegios, nos campos, nas villas e nas cidades: que ensinem á mocidade de ambos os sexos os aos princípios de uma *instrucção moral e religiosa*, e a face da sociedade se há de mudar. Mães de família assim formadas prepararão a mocidade que *futuramente* possa ornar as diversas carreiras a que póde aspirar *um moço ou uma moça* desde a mais alta escala social até o mais modesto emprego official.<sup>97</sup>

\*\*\*

É preciso que os homens se desenganem de uma vez para sempre; e se convenção de que – a verdadeira educação é aquella que é dada pela mãe de família no lar domestico. É só a mãe de família quem pode inocular no coração do filho os verdadeiros princípios de uma pura religião que nos ensina o amor de Deos e do próximo. Enquanto as mães de família não podem ser institutrizes de seus filhos - sejam ao menos suas educadoras. O futuro de um menino na sociedade quando se tornar homem será tal qual houver sido a educação que sua mãe lhe tiver implantado no coração.<sup>98</sup>

A confiança de Francisca Senhorinha na força da educação estava estreitamente relacionada com a sua crença no progresso. Constantemente afirmava que o seu século era o das luzes e que para a sociedade brasileira sair do obscurantismo rumo ao progresso era necessário se instruir as mulheres. Ela demonstrava satisfação em ver a mudança de comportamento dos pais que já não proibiam suas filhas de freqüentarem as escolas nem mesmo de atuarem no magistério. A intenção em transformar o magistério em trabalho de mulher era uma constante, seja

<sup>97</sup> (O) Sexo Feminino - Campanha, 14/09/1873.

<sup>98</sup> Idem, 15/11/1873.

pelo discurso médico - higienista, seja pelo aparato jurídico ou pela imprensa. Aliás, a legalização por parte do governo da atuação feminina no magistério em escolas para meninas e mistas foi comemorada com entusiasmo, uma vez que, a ocupação dos cargos de professor pelas mulheres era uma grande conquista. Afinal Senhorinha defendia que somente elas deveriam exercer o magistério, pois além de terem maior vocação, o mercado de trabalho se ampliaria e encontrariam mais incentivo para dar continuidade aos estudos.

Graças às luzes deste século – aos passos gigantescos do progresso – [...] já não se depara com o pai de família que ouse impunemente dizer – *não é preciso, não quero que me minha filha aprenda a lêr*, como outr’ora diziao nossos antepassados, que não compreendião para que poderia servir a *educação e a instrução*. [...] Vemos hoje *professoras* leccionando em suas cadeiras publicas e particulares suas alumnas, a quem distribuem *instrução e educação*, e, o que é mais, leccionando já a *meninos!* [...] . Já que ninguém ousa pôr em duvida a capacidade da mulher para *educar* – e visto que o próprio governo também por seu turno a considera apta para *professora* não somente de meninas, mas até mesmo de meninos, confiando-lhe a regência de taes escolas, fazendo – a dest’arte depositaria de sua confiança official, é occasião, é tempo opportuno para do alto da *imprensa* clamar e convencer taes professoras de que não se contentem com a instrução sufficiente para ensinar o – A B C –; é necessário, é urgente que possuão a maior somma possível de conhecimentos, o que só conseguirão com estudo profundo methodisado.<sup>99</sup>

A partir do momento em que as mulheres tornavam-se professoras, a preocupação voltava-se para a forma mais adequada de comportamento que estas deveriam apresentar. A sua reputação não poderia em nenhuma hipótese ser maculada. A elas caberia a missão de dar continuidade ao processo educacional dado pela mãe no seio da família e por isso a instrução não deveria se desvincular dos preceitos morais adquiridos em casa.

Si a pureza de costumes é tão importante no professor, o pudor é dos indispensáveis requisitos n’uma professora. A missão do professor é difícil; mas a da professora é sempre muito mais árdua. A mulher foi predestinada para o sacrário dos affectos mais intensos do lar, a sua educação requer por

<sup>99</sup> (O) Sexo Feminino - Campanha, 27/09/1873.

conseqüência cuidados especiaes.[...] e si da educação da mulher pendem tantos e tão valiosos interesses; a professora que tem entre suas mãos as mães do futuro cabe a mais árdua, a mais difficil e a mais importante das missões. Como pregar a moral, senão quando deveras se sente como edificar a esperança de um povo inteiro sinão com o exemplo? O mais recato pudor e a mais rígida moral devem ser os principaes adornos das professoras.<sup>100</sup>

A presença cada vez maior das mulheres no magistério incentivou Francisca Senhorinha, suas colaboradoras e tantas outras feministas espalhadas pelas principais cidades do Brasil, a reivindicar com mais veemência o direito de ingressarem no mercado de trabalho, principalmente no serviço público e no magistério. Francisca Senhorinha insistia em defender a necessidade das mulheres assumirem o seu lugar de fato na sociedade e em demonstrar os benefícios morais e econômicos que ocorriam a um país no qual tornavam-se participantes de fato da vida nacional. Todavia, havia algumas reservas em seu discurso. Considerava que nem todas as profissões deveriam ser exercidas por elas: “não é nosso fim querer que a mulher seja juiz municipal, juiz de direito, deputado, marinheiro, etc.”. O ato de votar e ser votada também eram neste momento uma “utopia”.

É tempo de darmos o grito de nossa independência, de nossa emancipação do jugo ferrenho em que temos até agora vivido, proclamando alto e bem alto a nossa capacidade para certos empregos públicos, e muito principalmente para o magistério onde daremos à mocidade de ambos os sexos *educação e instrução*; e quando sentadas em nossas cadeiras, mostraremos ao governo, ao povo e a sociedade que ensinaremos a juventude se não com mais proficiência que os preceptores, ao menos com mais consciencia, paciência, resignação, bondade e ternura maternal, sentimento este que Deos não confiou ao sexo masculino.<sup>101</sup>

Por meio de seus jornais, mulheres como Violante A. de Bivar e Velasco em *O Domingo*, Amélia Carolina da Silva Couto no *Echo das Damas*<sup>102</sup>, Francisca

<sup>100</sup> Idem, 12/03/1874.

<sup>101</sup> (O) Sexo Feminino - Campanha, 29/11/1873.

<sup>102</sup> HAHNER, op. cit.

Senhorinha, protestavam na década de 1870 contra o fato de as instituições de ensino superior impedirem o ingresso de mulheres. As decisões tomadas em países como a Alemanha, Suíça, Estados Unidos, Finlândia e Inglaterra tinham destaque quando a questão era o ensino superior para mulheres. Francisca Senhorinha argumentava que, se as mulheres em outros países podiam freqüentar instituições de ensino superior, o mesmo deveria acontecer no Brasil, pois já que era comum aos brasileiros imitarem os europeus nos hábitos e costumes que também nesta questão o exemplo fosse seguido. Ao noticiar estes fatos, o jornal incentivava as brasileiras a acreditarem e a lutarem para que também elas tivessem acesso ao ensino superior e assim pudessem ingressar em carreiras de maior prestígio social.

O *Morning Post*, discutindo o ensino superior das mulheres na Inglaterra, que diz achar-se hoje em condições de poder competir com o dos Estados Unidos, acrescenta que no Reino Unido sobe hoje a 27 o numero das mulheres que se achão em condições de poderem desempenhar com grande vantagem elevadas posições sociaes, por se acharem formadas e com documento de sua capacidade.[...] O nosso império do Brasil, que faz timbre em ser submisso imitador da Europa e dos Estados Unidos em todos os progressos, porque não legisla a fim de que as mulheres em nossa terra possam ter graduadas nas sciencias naus indispensáveis aos uzos da vida? Será que o governo se arreceie de alguma revolução resultante da sciencia feminina?<sup>103</sup>

A câmara dos commons discutiu favoravelmente uma proposta para que se fossem franqueadas as universidades inglezas ao bello sexo, principalmente em relação às faculdades de medicina, e neste sentido tomar-se-há algumas providencia, logo que se obtiver os meios necessários para o desenvolvimento da instrucção universal.<sup>104</sup>

Entretanto, é necessário ressaltarmos que a relação entre mulheres e trabalho remunerado no Brasil diferia significativamente de acordo com a classe social na que estivesse inserida. A mulher pobre brasileira sempre esteve presente no

<sup>103</sup> (O) Sexo Feminino - Campanha, 28/01/1874.

<sup>104</sup> (O) Sexo Feminino - Campanha, 30/08/1874.

mercado de trabalho como mão de obra não qualificada<sup>105</sup>. Eram comerciantes, lavadeiras, quitandeiras, etc. Desempenhavam as tarefas domésticas que não cabiam as mulheres ricas realizar, como limpar a casa, lavar, cozinhar.

Ao analisar o universo operário e suas manifestações de resistência cotidiana em fins do século XIX e início do século XX, Margareth Rago<sup>106</sup>, nos mostra que as mulheres eram a maioria nas fábricas e estavam presentes também nos escritórios, nas lojas, na Companhia Telefônica e nas casas elegantes, pois estas eram as poucas possibilidades de trabalho que lhes era oferecida. Ainda segundo a autora o campo de atuação da mulher fora do lar restringia-se a funções de subordinação a um chefe masculino e sempre distante das posições de comando.

A reivindicação dos jornais feministas dirigia-se para a conquista de espaços considerados masculinos que exigiam conhecimento técnico e/ou científico adquiridos em cursos de nível superior. As mulheres da elite queriam trabalhar como seus pais, irmãos e maridos, em empregos de destaque social. Queriam tornar-se médicas, advogadas, engenheiras, funcionárias públicas bem posicionadas. E, para provar para a sociedade que elas não eram inferiores aos homens, elas precisariam exercer cargos compatíveis com os mesmos.

O jornal *O Sexo Feminino* representado fundamentalmente na figura de Francisca Senhorinha, trouxe para a imprensa de Minas Gerais uma nova

---

<sup>105</sup> Dentre obras de grande importância para o estudo sobre o trabalho feminino destacamos: FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas Famílias*. São Paulo: Hucitec, 1997; do mesmo autor: *O avesso da memória: cotidiano e Trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. 2ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999; ALGRANTI, Leila Mezan. *Famílias e vida doméstica*. In: NOVAIS, Fernando (dir) e SOUZA, Laura de Mello e (org). *História da vida privada no Brasil*. V.1, São Paulo: Cia das Letras, 1997.

<sup>106</sup> RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil: 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. Ver também: PENA, Maria Valeria. *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na Constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

representação da mulher brasileira. Ainda que defendessem a manutenção dos modelos tradicionais de estrutura da família e da sociedade, as feministas do século XIX construíram uma imagem feminina que estava além da representação que predominaria na imprensa mineira nas décadas seguintes.

A mulher representada pelo jornal era dotada de capacidade intelectual e por isso deveria desenvolvê-la instruindo-se sempre mais; era apta a desenvolver diversos tipos de atividades e poderia trabalhar sem ter prejudicado a nenhuma das suas funções de esposa e mãe. Mais do que isto, Francisca Senhorinha e suas colaboradoras contribuíram para estabelecer uma imagem de mulher que deveria pensar por si mesma e transformar a sua condição pelas suas próprias capacidades sem necessariamente depender do aval masculino. Entretanto, ao analisarmos a continuidade das reivindicações feministas, notamos que muitas das proposições defendidas por estas pioneiras foram esquecidas de certa forma nas primeiras décadas do século XX.

## CAPÍTULO II: MUDANÇAS NA FORMA DE AGIR E PENSAR DAS MULHERES E SEUS REFLEXOS NO MEIO SOCIAL

### 1.2 EM DEFESA DA TRADIÇÃO: O *LUGAR SOCIAL* DAS MULHERES

Para melhor compreendermos o *lugar social* das mulheres, é imprescindível nos atermos à discussão que define, ou melhor, delimita o que consideramos aqui como espaço público e espaço privado dentro da sociedade ocidental contemporânea. Antes, porém, é necessário discutirmos o conceito de patriarcado e a teoria do contrato social, pois eles nos auxiliam na compreensão das relações de gênero na interação entre estas esferas. Para tanto, usaremos as concepções de PATEMAN.<sup>107</sup> Conforme a autora, as teorias do contrato social relatam de forma hipotética ou real como foi a transição do estado natural para a sociedade civil, o estabelecimento da autoridade legal do Estado e a instituição do direito político. No estado natural os homens viviam em total liberdade sem o comando de leis. No entanto, esta liberdade gerava uma situação de grande insegurança e instabilidade, o que incentivou os mesmos a trocarem este estado natural pela liberdade civil, protegida pelo Estado. Na sociedade civil a liberdade é universal; todos desfrutam da mesma condição civil.

O contrato original, segundo Pateman, é um pacto sexual-social, no entanto, o contrato sexual foi suprimido das análises teóricas. O contrato sexual trata da origem do direito político enquanto direito patriarcal (poder que os homens exercem sobre o sexo feminino) e explica como ele é legitimado. O contrato original cria a liberdade dada pelo contrato social, e a dominação criada pelo contrato sexual;

---

<sup>107</sup> PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

liberdade do homem e sujeição da mulher. O contrato institui o direito político e sexual dos masculino sobre o feminino, ou seja, é por meio do contrato que o patriarcado moderno é constituído.

O conceito de patriarcado é usado em muitos sentidos, tanto no meio popular como no acadêmico, e gera polêmica, pois na maioria das vezes este termo ainda está preso as interpretações patriarcais de seu significado. Patriarcado é muitas vezes compreendido no seu sentido literal de direito paterno, e associado diretamente às relações familiares. Não obstante, este é o “único conceito que se refere especificamente à sujeição da mulher, e que singulariza a forma de direito político que todos os homens exercem pelo fato de serem homens”<sup>108</sup>.

Pateman distingue três formas de pensar o patriarcado. A primeira denominada por ela como *patriarcado tradicional*, tem como argumentação que todas relações de poderes estão incorporadas ao regime paterno. A família patriarcal seria a origem da sociedade civil. A segunda forma, o *patriarcalismo clássico*, estabelecia que os filhos nasciam submetidos aos pais e estariam submetidos politicamente a eles. O direito político era naturalmente paternal. A terceira forma é o *patriarcalismo moderno* estabelecido de forma fraternal, contratual e que dá estrutura a sociedade civil capitalista. Esta última forma de paternalismo é criada por meio do contrato original. Nela, a sociedade não está estruturada no poder dos pais nem nas relações de parentesco; as mulheres são subordinadas aos homens, enquanto homem, e não à figura do pai.

A sociedade civil patriarcal é formada pela esfera pública e pela esfera privada. As teorias do contrato social dão ênfase apenas à primeira. A esfera privada é



considerada inexpressiva politicamente; deste modo o contrato sexual é visto como irrelevante para a política. Esta forma de estruturar a sociedade leva em consideração a concepção patriarcal da diferença sexual; a esfera privada é feminina e relacionada ao estado natural, a esfera pública é masculina e civil.

Porém, devemos apontar para o fato que o contrato social não está associado somente à esfera privada. A lei do direito sexual masculino está nos dois espaços; o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres era considerado natural e por isso legítimo, embora isto não implicasse na simples aceitação das mesmas desta condição. Como podemos observar nos estudos sobre mulheres, elas sempre reagiram de alguma forma à dominação masculina. “Contar a história do contrato sexual é mostrar como a diferença sexual, o que é ser ‘homem’ ou ‘mulher’, e a construção da diferença sexual enquanto diferença política é essencial para a sociedade civil <sup>109</sup>”.

Apreendermos o que define estes dois espaços sociais (público e privado) nos permite enxergar melhor os diferentes lugares sociais a partir das relações de gênero. Usaremos como apoio nesta discussão as definições de ARENDT<sup>110</sup> e HABERMAS<sup>111</sup>. Segundo a primeira, desde o surgimento das antigas cidades-estado podemos entender a distinção entre uma esfera da vida privada e uma esfera da vida pública fazendo uma correlação entre os espaços da família e da política enquanto grupos diferentes e separados.

Para HABERMAS a esfera pública burguesa poderia ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em público. Com o advento

---

<sup>108</sup> Ibidem, pp.39.

<sup>109</sup> Ibidem, pp.34

<sup>110</sup> ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

<sup>111</sup> HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro 1984.

do capitalismo, segundo o autor surgiu um novo tipo de esfera pública, graças à diferenciação entre Estado e sociedade. O estado em si mesmo seria uma primeira esfera pública, no sentido moderno do termo, mas a classe burguesa teria constituído uma outra área de atuação pública para evitar a intervenção do Estado nos seus negócios privados.

A partir do século XVIII, com a revolução industrial, consolidou-se a separação entre as atividades que garantiriam o sustento familiar e a esfera doméstica. Este processo gerava uma definição dos papéis do homem e da mulher. As funções eram categoricamente determinadas: ao homem caberia a responsabilidade do trabalho nas fábricas, escritórios, lojas. Sua identidade social ligava-se diretamente ao papel de chefe da família. A ela competia a função de organizar o lar: cuidar dos filhos, do marido, dar ordens à criadagem. Sua posição dentro da família era principalmente a de procriar, de ser mãe. A mulher ganhava em definitivo o título de *rainha do lar*<sup>112</sup>.

No momento que Estado e sociedade se interpenetravam, a família entendida como espaço íntimo, separava-se cada vez mais do espaço público, das relações de trabalho e de lazer. Com isto o espaço familiar, ou seja, o local de convívio permanente para o homem, a mulher, as crianças e empregados tornavam-se cada vez menor. O maior espaço das casas ficava destinado ao salão; espaço de interação social, diga-se de passagem, interação social restrita a amigos da família. Nestes salões eram freqüentes os saraus literários, momento em que as pessoas se reuniam para debater diferentes leituras.

---

<sup>112</sup> QUINTANEIRO, T. Retratos de mulher: o cotidiano feminino no Brasil sob o olhar dos viajantes do século XIX. Petrópolis: Vozes, 1996.

Para HABERMAS, a esfera pública política e a esfera pública literária se relacionavam de forma peculiar. Para o autor a esfera íntima da família encontra-se no interior da esfera privada e está profundamente ligada ao mercado. Neste contexto vale ressaltar que havia uma diferença primordial entre o público destes espaços. Na esfera pública literária a participação feminina tinha uma freqüência bem maior do que a de proprietários privados e homens adultos, mas, na esfera pública política as mesmas eram excluídas tanto de fato como de direito. Esta exclusão das mulheres burguesas da vida política poderia ser entendida neste contexto pelo fato das mesmas não participarem de forma efetiva das relações econômicas de mercado por meio do trabalho fora do espaço doméstico.

Segundo QUINTANEIRO<sup>113</sup>, a mulher foi excluída do mercado e fixada ao lar, uma vez que se firmou desde o princípio que ao homem caberia o exercício das funções intelectuais e atividades remuneradas enquanto ela ficaria restrita ao ambiente doméstico, pois é neste espaço que ela encontraria sua mais completa realização. Uma outra explicação para esta questão pode ser apresentada por meio da apropriação do conceito de “dominação simbólica” de Pierre Bourdieu, como fez Roger Chartier<sup>114</sup>. O conceito sugere que a dominação não é simplesmente um processo de violência explícita do dominador sobre o dominado, mas um sistema sutil, que constrói todo um aparato ideológico em torno de si e que, de certa forma, mantém “brechas” de negociação com os dominados.

Percebemos uma divisão nítida das funções sociais entre homens e mulheres: os primeiros eram agentes ativos no espaço público, ambiente das decisões

---

<sup>113</sup> Ibidem.

e confrontações políticas e econômicas. Elas exerceriam suas funções no lado oposto, no espaço privado, doméstico, voltadas para o lar e para a família. É importante, no entanto, ressaltarmos que este domínio do homem no espaço público e da mulher na esfera doméstica não é cara a todas as camadas sociais. Esta nossa discussão enquadra-se perfeitamente entre os membros da elite, mas não se ajustaria à realidade das camadas mais pobres. Homens e mulheres; pobres, livres, forros ou escravos viviam outra realidade dentro do sistema patriarcal<sup>115</sup>.

Durante a primeira metade do século XIX, pouco registro se tem sobre atividades feministas entre as brasileiras. Exceção seria o caso de Nísia Floresta Brasileira Augusta<sup>116</sup> que reivindicava já nas primeiras décadas do século o direito à educação e a posições sociais mais elevadas para as mulheres. Defendeu a abolição da escravidão e a liberdade de religião. Realizou a tradução livre da obra *A vindication of the Rights of Women* de Mary Wollstonecraft adaptando a obra inglesa à realidade brasileira. Nesta obra, a autora apresentava a difícil situação na qual as brasileiras se encontravam e reivindicava a modificação dos costumes em defesa destas mulheres.

Seria um equívoco afirmarmos que antes do século XIX, as mulheres viviam em concordância com o padrão de submissão imposto a elas. Sabemos que o modelo estabelecido de uma mulher pura, protegida e frágil não imperava de forma universal. A forma de conduta feminina variava de acordo com sua classe social. A mulher das classes populares, como já afirmamos, gozava de maior liberdade pessoal, chefiava famílias, tinham renda própria e circulavam pelo espaço público da mesma

---

<sup>114</sup> CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). In: *Cadernos Pagu*, IFCH/Unicamp, 1995.

<sup>115</sup> Cf. FIGUEREDO, Luciano. *Barrocas Famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

<sup>116</sup> Cf. DUARTE, Constância Lima. *Nísia Floresta: Vida e Obra*. Natal: UFRN. Ed. Universitária, 1995.

forma que os homens da sua classe social. Mesmo entre as elites, havia mulheres que não se restringiam ao espaço doméstico, administravam fazendas e estabelecimentos comerciais. O que nos parece novo neste momento é que no século XIX, mais precisamente em sua segunda metade, as mulheres ganham maior visibilidade no espaço público, e com isso as suas insatisfações e desejos tornam-se mais evidentes.

Em concordância com a bibliografia pesquisada e por meio da análise documental, podemos relacionar algumas mudanças no comportamento da brasileira com a nova conjuntura internacional permeada em torno das idéias de progresso e modernidade. Elas buscaram inspiração nas realizações de mulheres em outros países como os EUA, França e Inglaterra. Outra significativa mudança na sociedade brasileira da segunda metade do século XIX que podemos associar à mudança de comportamento feminino seria o aumento das oportunidades de estudo para as mesmas. As meninas não recebiam a mesma educação que os meninos, mas, embora a educação das meninas se desse de forma limitada, algumas puderam ser alfabetizadas neste período. Francisca Senhorinha, editora do jornal *O Sexo Feminino* afirmava que este era o século das Luzes, do esclarecimento, e que não seria possível o progresso da humanidade se as mulheres permanecessem na escuridão da ignorância<sup>117</sup>.

De forma geral, poderíamos dizer que elas encontraram em fins do século XIX, uma conjuntura favorável para modificar as estruturas sociais baseadas na repressão e na inferiorização feminina, vigentes até então. Os ares da modernidade não poderiam se ajustar com os da opressão. Contudo, o discurso dessas mulheres

---

<sup>117</sup> Esta questão foi amplamente discutida no primeiro capítulo desta dissertação.

entrava em choque com muitas teorias e ideologias que vigoravam na sociedade. É o caso, por exemplo, das teorias médicas que procuravam justificar a inferioridade feminina na própria natureza. Todas as características femininas eram analisadas sem levar em consideração o meio social ao qual estariam confinadas. Embora grande parte da sociedade tenha se apoiado nestas teorias para confirmar o lugar destinado às mulheres nos meios sociais, elas conseguiram avanços muito relevantes na busca pela sua emancipação política, social e econômica, e a imprensa será fundamental para estas conquistas.

### **1.1.1- Espaços de Sociabilidade**

Como nos diz QUITANEIRO<sup>118</sup>, segundo os viajantes “os brasileiros eram apontados como grandes defensores de suas modas e etiquetas”. Roupas, jóias, sapatos, chapéus, penteados, sempre foram valorizados pelos brasileiros de todas as classes sociais, mas a elite era a mais preocupada em seguir as modas de Paris. Esta preocupação com a elegância fora intensificada com a vinda da corte portuguesa para o Rio de Janeiro. A partir de então esta cidade tornava-se o centro da moda *chic* no Brasil. As novidades vindas sobretudo de Paris chegavam primeiro nesta cidade e aos poucos se espalhavam pelas principais cidades do Brasil.

A exposição dos artigos de luxo destinados à gente elegante dava-se por meio das chamadas casas de moda, estabelecimentos requintados nos quais se encontrava o essencial para se apresentar de forma apurada na sociedade. As casas de moda eram locais muito freqüentados pelas mulheres. Estes estabelecimentos eram geralmente propriedades de modistas francesas que fabricavam roupas e acessórios

seguindo as modas parisienses. Ao sair em busca de novos tecidos, chapéus e sapatos, as mulheres acabavam por construir um local de encontro quase que exclusivo. Nestes locais elas podiam conversar, ver e serem vistas. Havia anúncios destes ateliês de moda em quase todos os jornais e revistas. Observando o exemplo a seguir, percebemos a importância das alusões francesas - o nome da loja e a formação da modista. Notamos também neste anúncio a informação sobre a origem das compras: a cidade do Rio de Janeiro. Era nesta cidade que chegavam as grandes novidades da moda parisiense tão esperadas pelas damas da elite brasileira.

Maison Rose  
 Fábrica de chapéus para senhoras e meninas  
 GRANDE PREMIO NA EXPOSIÇÃO DE TURIM  
 Pieriuccetti &Comp.  
 Grande atelier de costura, chapéus e colletes para senhoras e meninas sob a direcção de Mme. PENELOPE, modista diplomada em Paris, e membro do jury superior da Exposição de Turim.  
 Convidam as exmas. familias a visitarem o novo sortimento, em que figuram as excellentes compras feitas pelo actual proprietário Pericles Pieriuccetti, no Rio.  
 Rua da Bahia, 1398 Teleph. 47 Bello Horizonte<sup>119</sup>

Nas primeiras décadas do século XX, Belo Horizonte, como toda cidade que quisesse receber o título de civilizada, moderna, cosmopolita, contava com diversos estabelecimentos como cafés, confeitarias, clubes, teatros, cinemas, onde era possível exercer a sociabilidade e a civilidade. Com exceção dos cafés, redutos exclusivamente masculinos, nesses lugares encontravam-se freqüentemente damas da sociedade. De acordo com SILVEIRA<sup>120</sup>, um dos espaços mais importantes na capital mineira neste período era o Café e Confeitaria Estrela que “atraía as representantes das melhores famílias da sociedade mineira”.

---

<sup>118</sup> QUINTANEIRO, op. cit, p.185.

<sup>119</sup> (A) Vida de Minas – Belo Horizonte, 01/08/1925.

<sup>120</sup> SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. *A capital e o sonho de uma petit Paris: Os cafés de Belo Horizonte: 1897-1954*. Belo Horizonte: Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais.

Os teatros de Belo Horizonte não mantinham espetáculos de companhias vindas de outras cidades durante todo o ano, mas havia sempre outros tipos de espetáculos artísticos. Assistir a um espetáculo teatral era um passeio para os membros da elite da cidade. Muito mais que um espaço para manifestações artísticas, o teatro era palco para as representações sociais, ou seja, um espaço para a construção de uma imagem sobre como a elite mineira queria ser vista pelos outros e também por si mesma. Do mesmo modo, os cinemas e clubes eram locais de notar e ser notado. Também eram freqüentados pelos elegantes da cidade, que, estavam mais preocupados em se fazer notados dentro deste universo cultural *chic* como pessoas finas, de comportamento elegante e quase majestoso do que com o divertimento em si, não obstante se divertir fosse também essencial. Nestes espaços de sociabilidade a presença feminina era marcante. A ida ao teatro, ao cinema, ao clube era ao momento propício para desfilas as novidades da moda, de desfilas charme e elegância, de ser notado.

Conhecidos como *footing*, os passeios a pé pelas ruas da cidade eram uma diversão muito apreciada principalmente pelos mais jovens, segundo nos relata as notas sociais dos jornais de todo Brasil. As mulheres realizavam o passeio sempre em pequenos grupos, que podiam ser formados por amigas de idade próxima como filhas, sobrinhas, tias, mães. O *footing* era um acontecimento com muito glamour, charme e elegância. A imprensa noticiava os acontecimentos do *footing* com grande entusiasmo. O destaque maior era dado a elas que eram sempre muito elogiadas pela elegância e charme e tinham seus nomes citados nos artigos. Estes eventos aconteciam tanto na capital como em algumas cidades do interior, geralmente nas mais desenvolvidas. Os mais famosos aconteciam nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. No caso de



Minas Gerais os *footings* mais noticiados eram os que aconteciam em Belo Horizonte - na Praça da Liberdade ou na Avenida Afonso Pena - que buscava o título de cidade cosmopolita desde a sua fundação.

Esta nova forma de viver em sociedade de finais do século XIX e início do XX que valoriza as relações pessoais nos espaços públicos, firmou a presença da mulher da elite nos ambientes além da esfera doméstica. A presença feminina nas ruas representava uma mudança relevante no comportamento social das mulheres da elite brasileira uma vez que aquelas das classes populares já há muito estavam nas ruas e havia rompido com os padrões de comportamento recatado que as mais ricas começavam a rever.

### 1.3 REPRESENTAÇÕES DA MULHER IDEAL

O momento do Iluminismo, das lutas pelo fim do Antigo Regime com a Revolução Francesa foi segundo SOIHET<sup>121</sup> ponto de partida para uma reflexão sobre as limitações que impediram as mulheres por um longo tempo de desenvolver suas potencialidades. Nesta conjuntura, as novas verdades defendidas por estes intelectuais: igualdade, liberdade e razão, ao mesmo tempo em que contrapunham à Igreja Católica – considerada por eles como conservadora, dogmática e intolerante – assumiam posição similar à mesma, uma vez que proclamavam a igualdade de direitos entre os homens, mas excluía todas as mulheres dos mesmos. Para a maioria dos iluministas, a inferioridade da razão nas mulheres era fato incontestável: elas não eram capazes de abstrair e generalizar, ou seja, de pensar e a sua beleza era incompatível com as faculdades mais nobres. Eram vistas por estes intelectuais como crianças eternas,

incapazes de ir além do espaço doméstico que lhes fora legado pela natureza. Estas conclusões são, no entanto contraditórias, pois, existiam naquele momento, mulheres que organizavam saraus e difundiam o espírito filosófico, a literatura e as ciências.<sup>122</sup>

Estes argumentos ganharam força ao longo do século XIX, adquirindo respaldo científico. Segundo a medicina social, a fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, a subordinação da sexualidade à vocação maternal, constituía-se em características biologicamente femininas. Em contraposição, os homens eram vistos como portadores de uma natureza autoritária e racional. Apoiados nesta corrente, Lombroso e Ferrero promoveram um estudo sobre a mulher criminosa e a prostituta<sup>123</sup> no qual buscaram analisá-las partindo das características consideradas biologicamente normais para as mulheres sem levar em consideração quaisquer razões sócio-culturais. Segundo estes médicos criminologistas a mulher *normal* era infantilizada, de fraca inteligência, possuía menor sensibilidade sexual, era mais frígida e passiva no ato sexual, adaptava-se facilmente à poligamia masculina. Eram mais resistentes ao sofrimento, mais piedosas e religiosas, mas eram mais irascíveis. Por serem muito frágeis tinham maior senso de justiça, porém o ciúme, a inveja, o sentimento de vingança eram maiores nelas do que nos homens. Entre as mulheres inexistia a lealdade e a amizade, não eram perseverantes e sim pacientes, eram dependentes e tinha na maternidade sua função preponderante. Aquelas dotadas de erotismo intenso e forte inteligência, eram despidas do sentimento de maternidade,

---

<sup>121</sup> SOIHET, Rachel. *VIOLÊNCIA SIMBÓLICA: Saberes masculinos e representações femininas*. In: Revista Estudos Feministas. Vol 5 n. 1/97: IFCS/UFRJ, 1997.

<sup>122</sup> Ibidem, p.9.

<sup>123</sup> LOMBROSO & FERRERO, *La femme criminelle et a prostituée* (Traduction de l'italien) 1896 apud SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência - mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920*. Rio de Janeiro, 1989, p.81-110.

sendo extremamente perigosas. Constituíam-se nas criminosas natas, nas prostitutas e nas loucas que deveriam ser afastadas do convívio social<sup>124</sup>.

Esta categorização considerada “cientificamente” fundamentada é segundo SOIHET uma visão preconceituosa, pois legitima a inferioridade feminina como uma simples questão biológica, quando na verdade ela é fruto de inúmeros condicionamentos resultantes de condições históricas, sociais e culturais. Ainda segundo a autora, esta abordagem padece do grave erro de considerar a mulher como categoria universal, com características comuns determinadas organicamente e estabelecendo como anormal qualquer comportamento destoante. Para ela, Lombroso e Ferrero não perceberam que as normas sociais variam conforme a cultura e a época e que as regras que valem para uma classe social, nem sempre são as mesmas que regem o comportamento de outra.<sup>125</sup>

No Brasil de fins do século XIX e início do século XX a medicina passou a ter uma influência marcante no meio familiar. O cientificismo-higienismo, predominante neste período, possibilitou o controle médico sobre a família, disciplinando a sociedade. O higienismo-sanitarismo criou todo um conjunto de prescrições que deveriam orientar e ordenar a vida na cidade, no trabalho, no domicílio, na família, nos corpos. Os costumes e hábitos cotidianos, os prazeres permitidos e proibidos deveriam seguir o parâmetro médico. O discurso médico insistia na necessidade de fiscalizar os lares em relação a sua higienização e cabia à mulher esta responsabilidade. Ela seria a responsável pela saúde da família, principalmente das crianças. Neste ínterim, a educação feminina torna-se fundamental para a medicina,

---

<sup>124</sup> SOIHET, op. cit.

<sup>125</sup> Ibidem.

pois, além de ser um agente familiar da higiene social ela deveria ensinar as normas médico-sanitaristas para as suas filhas<sup>126</sup>.

A imagem construída para a mulher, segundo esse discurso, destacava a sua fragilidade física, de onde emanava sua delicadeza e debilidade moral. Sua inferioridade em relação ao homem se manifestava pelo predomínio das faculdades afetivas. A fraqueza, a sensibilidade, a doçura, a castidade, o recato e a submissão eram considerados virtudes essenciais ao sexo feminino. O discurso médico representava a maternidade como uma função natural que enaltecia a mulher além de desenvolver seus sentimentos maternos tão importantes para a família e para a sociedade. Qualquer atividade feminina que não fosse a de mãe e esposa era vista como desviante.

Os médicos condenavam o trabalho externo das mulheres que era visto como um desperdício das energias femininas, nocivo à moralidade, empecilho para as funções maternas, responsáveis pela mortalidade infantil e pelas desordens sociais. O homem era o oposto da mulher. Ele deveria ser racional, autoritário, era considerado menos propenso ao amor e inclinado para o desejo puramente sexual. Ao afirmar que o homem por ser forte, agressivo e inteligente conferiu o desenvolvimento da civilização urbana, enquanto a mulher, por sua natureza passiva e fecunda, deveria perpetuar esta civilização por meio da maternidade, o discurso médico legitimava a dominação masculina sobre a mulher. Por ser considerada biologicamente predestinada, a maternidade tornava-se uma obrigação e a representação feminina concentrava-se na

---

<sup>126</sup> Cf. FREIRE COSTA, J. *Ordem Médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

valorização da sensibilidade, da devoção e da submissão, em detrimento das capacidades intelectuais<sup>127</sup>.

Respaldados nestas teorias científicas consideradas naquele momento como verdade absoluta, inquestionável, muitos políticos, juristas, intelectuais, autoridades em geral, mantiveram-se contrários a qualquer forma de emancipação feminina. Firmes em suas convicções insistiam em limitar as ações cotidianas das mulheres em defesa da integridade da família. Para tanto, utilizava-se de diversos meios como o teatro, a literatura e a imprensa. Em relação à imprensa, particularmente nos periódicos mineiros, percebemos que esta mulher “criada” pela ciência será apresentada como a imagem da mulher ideal para o bom andamento da sociedade. Por isso, as qualidades femininas deste modelo *cientificamente comprovado*, serão constantemente exaltadas em verso e prosa.

#### A mulher

A mulher é uma fada benfazeja, um anjo, uma medianeira entre Deus e a creatura para elevar a alma do homem às delícias do céu.

A mulher é um thezouro de ternura e de amor; é a flor que exala o prazer, o calix que contem a felicidade.

O sol e a mulher parecem ter dividido entre si o império do mundo. Um nos dá o dia, outra nos embelleza e nos amenisa.<sup>128</sup>

Neste exemplo, a mulher é representada como um ser muito próximo da divindade, da perfeição. Ela é bela, terna, amorosa e proporciona paz e felicidade ao homem. O que vemos predominantemente na imprensa mineira é a afirmação da beleza como o maior instrumento da mulher, pois seria através dela que seu futuro seria definido: por meio de um bom casamento que lhe traria a felicidade e uma família feliz.

<sup>127</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. Em nome do engrandecimento da nação: representação de gênero no discurso médico – São Paulo 1890-1930. *Diálogos* – Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá, Maringá. V. 7. p. 77-92, 2000. ; SOIHET, op. cit. ; SOIHET, op. cit.

Se quereis ser verdadeiramente bella, apegae-vos desesperadamente á sua mocidade e para conservar essa mocidade não te fatigaeis jamais. Repouso, muito repouso, esta é a pedra angular do monumento da belleza. Não compete a uma mulher bella trabalhar, estudar, como um beneditino, e ainda muito menos remar, jogar o “golfe” e dirigir seu automóvel.[...] Cada vez que a mulher se fatiga faz um saque no banco dos attractivos e, por isso, ela só deve fazer o exercicio estrictamente necessario para evitar a gordura e o amortecimento dos olhos.[...] Mas não esqueçais: o “repouso” – em primeiro logar! Quanto á alimentação, estudai os efeitos das diversas iguarias sobre o nosso organismo e regulai- vos segundo esse estudo. Os frutos de qualquer qualidade, principalmente pela manhã são excellentes para a tez. Dormi bem mas não em excesso e estudai-vos também sobre este ponto.[...] Finalmente, o maior amigo da belleza não é nem o ar livre, nem o exercicio, é um vidro da melhor água de rosas á qual se adicionam doze gotas de glicerina. É o que há de melhor para refrescar a pelle e, podeis ter certeza, com uma pelle fresca não há mulher feia...<sup>129</sup>

*A arte de ser bella (cartas de MM. Lina Cavaliere)* publicado no ano de 1918 no jornal *O flirt* era muito mais do que um conjunto de dicas de beleza: era um texto doutrinador que tentava mostrar as mulheres o papel que elas deveriam desempenhar na sociedade. Artigos como este endossavam o discurso científico da época que considerava a beleza como fundamental para se conseguir um bom casamento, que deveria ser o principal objetivo feminino. Além disso, acreditava-se que sua manutenção era incompatível com algumas reivindicações femininas como o estudo e o trabalho fora do lar<sup>130</sup>. Consideramos este artigo doutrinador porque havia a intenção de educá-las para serem apenas bibelôs sociais. A beleza era usada como instrumento legitimador desta categorização social que designava à mulher apenas funções domésticas e atividades não intelectualizadas. Ao assumir as funções masculinas ela não teria mais condições de repousar, ficaria com a feição abatida e feia

<sup>128</sup> (A) Pérola – Oliveira, 04/12/1895.

<sup>129</sup> (O) Flirt – Belo Horizonte, 15/04/1918.

<sup>130</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. Em nome do engrandecimento da nação: representação de gênero no discurso médico – São Paulo 1890-1930. *Diálogos* – Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá, Maringá. V. 7. p. 77-92, 2000. ; SOIHET, op. cit.

e o seu lar, conseqüentemente desestruturado. Para se manter sempre bela a mulher não deveria se cansar em hipótese alguma; a boa disposição que o repouso dava era fundamental para manter a beleza uma vez que o homem precisava encontrar em sua casa tranqüilidade e alegria refletida na esposa e nos filhos.

Em 1915 a revista Vida de Minas, publicava um artigo que era um diálogo entre mãe e filha pertencentes à alta sociedade. A filha, casada havia três meses, lamentava a mãe o fato de ser bonita demais. Ela sentia que havia muitos inconvenientes em ser bela e por isso gostaria de ser menos bonita, simpática talvez, mas feia não. Enquanto a filha argumentava com a mãe as dificuldades que ela enfrentava por causa da beleza - o marido ficava enciumado demais; os homens a olhavam de forma indiscreta, as pessoas falavam dela simplesmente por ser bonita-, a mãe por sua vez tentava mostrar a filha como seria mais difícil se ela não tivesse os atributos físicos que apresentava.

Como nada convencia a aflita moça, a mãe então lhe dava conselhos para se tornar menos bonita. Sugeriu que a filha deixasse de se vestir na moda, tornando-se deselegante; fato este totalmente descartado pela filha que considerava a elegância fundamental para manter seu marido sempre apaixonado por ela. A segunda sugestão era que se mutilasse como as japonesas faziam depois de casadas para não serem mais atraentes. A jovem senhora se desesperava porque se fizesse isto, o marido a abandonaria. Por fim a mãe revelava à filha o segredo dos homens que tinham belas esposas: aparentemente se mostravam ciumentos, cheios de cuidados, mas na verdade tinham muito orgulho por ver a sua esposa despertar a admiração de todos.

Este diálogo assinado por Carlos Góes parece-nos uma história criada para mostrar às moças da sociedade a importância que a beleza tinha nas suas vidas. Notamos no artigo que a jovem casada não tinha outras preocupações, em momento algum ela falava em querer ser vista por outros atributos, como a inteligência, por exemplo, apenas queria ficar menos bonita. A mãe acabava por convencê-la de que era importante sim ser bonita porque o marido se orgulharia por ela ser assim. A beleza foi usada durante inúmeras gerações como a mais poderosa arma das mulheres. O encanto, a graça, os belos traços femininos eram a garantia de um *futuro promissor*, bem longe dos bancos das universidades, do trabalho bem remunerado e de status e, principalmente, da vida política.

### **1.3.1 Esposa abnegada, dona-de-casa primorosa e mãe extremada: o ideal de mulher na sociedade mineira.**

Os valores morais da sociedade mineira, ou melhor, de parte dela, de fins do século XIX e início do século XX que encontramos nitidamente no discurso da imprensa, revelam-nos que o papel social a ser desempenhado pela mulher estava fundado no cotidiano familiar. Ela deveria se preparar para o casamento e após casar-se assumir a função de esposa, dona-de-casa e futuramente de mãe. Para o desempenho pleno de suas funções, a dedicação deveria ser exclusiva. A instituição familiar apresentava-se como a base da preservação dos *bons costumes*. De acordo com as teorias científicas vigentes e as normas da Igreja Católica<sup>131</sup>, a família era

---

131 Em estudo sobre o casamento e a mulher na sociedade diamantinense Dayse Lucide Santos observa que ao longo do século XIX, a Igreja preocupou-se em delimitar com mais clareza a formação moral e os papéis sociais que os cônjuges deveriam cumprir na sociedade e particularmente em relação à mulher ressaltava o seu papel de subordinação na vida conjugal. Cf: SANTOS, D.L.S. *Entre a norma e*



compreendida como o lugar da convivência conjugal a ser preservada e cabia à mulher a responsabilidade de manter a harmonia e a estabilidade do casamento e da família como um todo.

O casamento é indubitavelmente, a base fundamental da sociedade. Observai um batel conduzido por dois marinheiros. Se remam juntos, vaga suavemente por sobre as ondas encapeladas, mas se vão em desacôrdo, cada onda imprime o barquinho...<sup>132</sup>

Sob o ponto de vista da parte conservadora da imprensa, o lar era considerado o *reino da mulher*. Nele, a mulher governava soberana. Era dela, como já dissemos, toda a responsabilidade: cumpria o papel social de esposa e mãe, era responsável pela educação inicial dos filhos. Nenhuma mulher seria plenamente feliz se não honrasse seu título, diziam muitos em suas publicações. Este argumento era largamente usado por aqueles que não concebiam a inserção da mulher no espaço público. Porque ela deveria se preocupar com a política, com os negócios, porque estudar e trabalhar como os homens se ela já teria *a mais sublime das missões*, ou seja, seria a peça fundamental na formação da família, base da sociedade? Não deveria existir nada mais importante na sua vida do que o cuidado com a casa, com o marido e filhos. Para muitos se ela abandonasse suas funções, as relações sociais ruiriam já que a família era a base da sociedade e dela dependeria o futuro da humanidade.

Permitte-me acaso a minha gentil leitora que eu a aclame rainha?[...] Rainha te chamo e rainha lhe chamarei, porque em palacio sumptuoso ou modesto albergue, em altivo castello ou tugúrio humillimo a mulher é sempre a rainha de sua casa.

---

*o desejo*. Estudo das tensões na vida conjugal diamantinense no processo de mudança social (1863 a 1933) Belo Horizonte, 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais.

<sup>132</sup> (A) Pérola – Oliveira, 15/01/1896.

Dir-me-á talvez que é um reino em miniatura a que não vale a pena dar tão pomposo titulo; eu, porem,tenho como certo que a nossa casa não é somente um reino, mas o mundo inteiro para o nosso coração.

É dentro della que se vive e ama, que se espera e trabalha, é dentro della que se agrupam os nossos affectos mais, as nossas mais queridas recordações nella se educam as gerações futuras, della partem as boas ou más inspirações que movem e agitam a sociedade. Não julgem também que é pouco importante a nossa missão na terra; para a cumprirmos carecemos de ordem, economia, de atividade, de intelligencia e de um coração grande a dominar todas estas qualidades.<sup>133</sup>

Maria Amélia Vaz de Carvalho é a autora deste artigo intitulado *O Reino da Mulher*. Para confirmar a importância da mulher dentro do lar e convencer possíveis insatisfeitas com esta função, a autora dizia ser próprio da natureza humana querer ir além dos limites possíveis, mas que, no entanto mais do que desejar o que é distante, era necessário saber tirar proveito do que é acessível.

São momentos de tédio, crise de nervos talvez, porém é bom que recordemos, nessas horas más, de que na terra ninguém há completamente satisfeito com seu destino, que a natureza humana é de si irrequieta, vagamente ambiciosa, desejando sempre mais do que a realidade póde dar-lhe.

Vemos sob um encantador aspecto tudo que esta longe, e não curamos nem nos sabemos aproveitar do que temos ao alcance das mãos.<sup>134</sup>

Atrevemos neste sentido sugerir que talvez a autora tivesse a intenção de mostrar às mulheres que elas poderiam utilizar os poderes que tinham dentro de casa em beneficio próprio, mais do que encarando outros domínios que lhes eram desconhecidos. Ao finalizar o seu texto a autora deixava claro que a intenção de sua coluna neste jornal era justamente proporcionar a elas uma distração que acabasse enfim com a monotonia, sem para isso deixarem a *segurança do lar*.

Ao que tudo indica, esta coluna saía todas as semanas, com assuntos diversificados. Infelizmente só encontramos dois exemplares deste jornal. Na edição de 02 de maio de 1915, a autora mostrava as dificuldades da mulher recém casada. Acostumada aos mimos do pai e ao apoio da mãe, a jovem esposa sofria com a administração da casa e dos criados, com as possíveis reclamações do marido.

<sup>133</sup> Domingo – Belo Horizonte, 11/04/1915.

<sup>134</sup> Idem.

Segundo a autora, a mulher tornava-se mais segura com o passar do tempo, o casal entrava em sintonia maior, os desentendimentos diminuía e a paz reinaria definitivamente. Mas, ainda segundo a autora a plenitude do lar só seria conquistada mesmo com a chegada dos filhos. Por isso, ela deveria se preparar ao longo da vida para tornar-se um dia mãe.

#### Ser mãe

Julia Lopes de Almeida <sup>135</sup>

Ser mãe é renunciar a todos os prazeres mundanos, os requintes do luxo e da elegancia, é deixar de aparecer nos bailes em que a vigila(sic) se prolonga, o espirito se excita e o corpo se cança no goso das valsas; é não sahir por temer o sol, o vento, a chuva, na desgraçada dependencia do terror immenso de que a sua saude soffra e reflecta o mal na criança; é passar as noites num cuidado incessante, em somnos curtos, leves, com o pensamento sempre preso á mesma creaturinha rósea, pequena, macia, que lhe suga o sangue, que lhes magôa os braços, que a enfraquece, que a enche se sustos, de trabalhos e de provações, mas que faz abençoar a ignota Providencia de a ter feito mulher para poder ser mãe.<sup>136</sup>

Nem mesmo as feministas mais radicais de fins do século XIX questionavam a importância de tornar-se mãe na vida de uma mulher. Pelo contrário, muitas alegavam a necessidade da sua emancipação para melhor desempenhar seu papel de mãe. MASCARO<sup>137</sup>, ao analisar a *Revista Feminina* apresenta as mesmas imagens em relação à mulher que observamos na imprensa de Minas Gerais. A família

<sup>135</sup> Júlia Lopes de Almeida nasceu em 24 de setembro de 1862, no Rio de Janeiro. Incentivada inicialmente pelo pai e depois também pelo marido; o poeta português Filinto de Almeida, tornou-se uma das principais escritoras e jornalistas de sua época. Sua produção literária é extensa e variada. Dividida entre contos, crônicas, romances, teatro e manuais educativos, sua obra conta com cerca de 28 títulos publicados. Teve presença marcante também na imprensa brasileira escrevendo para diversos periódicos. Sua obra registra as impressões da autora sobre a sociedade, a vida cotidiana e principalmente sobre o universo feminino. Em obras como o *Livro das noivas* (1905); *Livro das donas e donzelas* (1906) e *Maternidade* (1924); retratava o papel da mulher na sociedade no novo contexto social que se formava no país após o fim do Império. Seus manuais eram dedicados às questões da vida doméstica, do papel fundamental da mãe na família. Além de apresentar conselhos ligados ao cotidiano doméstico e à vida conjugal. FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros. Dicionário de educadores no Brasil: da colônia aos dias atuais. Rio de Janeiro: Ed, UFRJ/ MEC/ INEP/COMPED, 2002.

<sup>136</sup> (O) Pão de Santo Antonio – Diamantina, 19/06/1915.

<sup>137</sup> MASCARO, Sonia de Amorim. *A "Revista Feminina": imagens de mulher (1914-1930)*. São Paulo, 1982. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo.

estava acima de qualquer questão para elas. Júlia Lopes, por exemplo, era adepta do feminismo moderado que aceitava as conquistas femininas desde que elas não subvertessem o verdadeiro lugar da mulher, que era o seu lar. Segundo Norma Telles, Júlia Lopes demonstrou uma atitude oposta à sua época, demonstrando estratégias para superar os estereótipos que elas vivenciavam, como a fragilidade e a doença.<sup>138</sup>

Através da imprensa, percebemos que as representações femininas variavam de acordo com o momento de sua vida. Os mais conservadores vão representá-la como observamos, com tendência a convencê-la do seu idealizado papel na sociedade. De modo geral, por meio dos artigos analisados para o desenvolvimento desta dissertação, podemos afirmar que a mulher foi representada freqüentemente como representante da beleza, da pureza, da delicadeza, da juventude. Ela simbolizava a natureza e se tornava por vezes sagrada. Não defendemos a hipótese de que a forma como era apresentada na imprensa seria o reflexo da realidade. Mas notamos talvez, nestas representações, um tipo ideal que a sociedade, por meio da imprensa, gostaria de ver e conviver.

### **1.3.2 Nem tão santa assim: a mulher que não é de papel**

A imprensa, embora seja um importante veículo para o estudo das relações cotidianas, não pode ser entendida como reflexo da vida real e sim como espaço de representação de aspectos particulares de realidade. As críticas em relação à conduta feminina nos revelam exatamente este distanciamento entre o que era considerado ideal e o que queriam e faziam as mulheres daquele tempo. Como já

---

<sup>138</sup> TELLES, Norma. Escritoras Brasileiras no século XIX. In: AUAD, Sylvia M, V. A Venturoli (org). *Mulher: cinco séculos de desenvolvimento da América*. Belo Horizonte: Federação Internacional de

afirmamos, à medida em que havia críticas, havia desvios desta conduta idealizada, e, se havia desvios era porque este ideal não era aceito integralmente e a mudança se fazia necessária.

Não é por mero acaso que a moda foi um meio que as mulheres usaram para se mostrarem mais modernas e menos presas às normas de conduta que regiam a sociedade mineira. No entanto, a roupa menos comprida, os cabelos mais curtos e a maquiagem mais marcante não significariam nada se não houvesse também uma mudança comportamental. A partir da análise dos documentos selecionados notamos que muitas estavam reformulando sua forma de pensar e de agir em público e isto trazia um grande incômodo para muitos.

A maior desgraça de um lar – é a *mãe moderna*. A maneira de pensar, de viver, oposta á Religião.[...]

Quando passa ambas, mãe e filha, na rua ou assentam no auto, no bonde, todos dizem: são irmãs ou duas intimas amiguinhas.[...] Ella, a jovem mãe, sente-se feliz em se parecer com a jovem filha. É leviana, mundana, *moderna* no sentido duvidoso da palavra.

A mãe moderna não se conforma com possuir uma filha innocente, piedosa. Atira com sua filhinha na rua, nas casas de chá, nos clubs, nos cinemas, nos teatros, nos bailes e...theatros de revistas....cinemas de filmes...americanos, salões de dança...modernas!..

Eis ahi, leitores, uma das maiores chagas – a maior chaga- da sociedade contemporânea: a *mãe moderna!*<sup>139</sup>

Para a imprensa mais conservadora não se poderia conceber a idéia desta mulher moderna. Neste artigo, por exemplo, vemos que a maior preocupação em relação à mulher e às mudanças de seu comportamento era relacionada com suas funções básicas dentro do lar. Ela era acusada de esquecer do seu papel sagrado e de se ocupar apenas com coisas mundanas. Ao se ocupar com outras questões fora do lar

---

Mulheres na Carreira Jurídica / Centro Universitário Newton Paiva, 1999, p. 325-331.

<sup>139</sup> (O) Pão de Santo Antonio – Diamantina, 06/01/1929.

colocava em risco a integridade e a estabilidade de sua família, o que significava para os mais conservadores uma ameaça para a sociedade.

Os artigos analisados deixam claro que não se admitia à mulher casada e mãe as mesmas atitudes das solteiras. A jovem moça até o casamento devia preocupa-se com modas e maquiagem, mas a partir do momento que se tornava esposa e mãe (principalmente), esta postura deveria ser abandonada, fato que não acontecia sempre. Ao se parecer com a filha a mãe macularia a sua imagem, ao desfilar pelas ruas e praças fazendo o *footing*, indo ao cinema, teatros e clubes – atividades que se tornavam cada vez mais freqüentes a partir da década de 1920, e, muitas vezes consideradas perigosas para a preservação dos costumes - mães e filhas, jovens e senhoras eram consideradas deturpadoras dos costumes morais.

- Quem vem lá?
- Minha filha.
- Não!
- Minha esposa?
- Não!
- Minha tia?
- Também não!
- Mas então quem será?
- Minha mãe!!!

O estranho caso explica-se assim: Filha, esposa, tia e mãe, todas igualmente desnudas, pintadas e de cabelo cortado!

Ó sociedade! Ó Família ! Para a tua completa derrocada, só lhes falta a *farra* conjugal, em forma de lei - o divórcio<sup>140</sup>.

Em muitos artigos percebemos uma grande inquietação frente às mudanças no comportamento feminino. Não seria exagero afirmar que este grande incômodo diante da *modernização* da mulher refletia a preocupação com as proporções que esta poderia tomar. Cada vez mais as mulheres interagiam com o espaço público: iam ao cinema, teatros, bailes, por isso, era necessário vigiar moças e senhoras para

<sup>140</sup> (O) Pão de Santo Antonio – Diamantina, 17/010/1926.

que sua moral fosse sempre preservada dado que estes espaços de sociabilidade eram considerados perigosos, pois tendiam a desvirtuar os valores, a moral e as normas sociais idealizadas, principalmente pela Igreja.

A imprensa no período analisado era essencialmente opinativa, ou seja, ela era um meio de expressão de idéias, normas e valores e por isso se constituía em um instrumento de manipulação de interesses. As representações femininas na imprensa não faziam necessariamente menção à mulher que se via, mas àquela que se queria ver. Na verdade elas foram construídas a partir do(s) imaginário(s) social (is) sustentado há séculos por meio de conceitos e valores moralizantes que construíram sociedades sexualmente hierarquizadas e relegaram à mulher uma posição inferiorizada. Por isso, a abundância de críticas ao *comportamento moderno* que muitas começavam a apresentar. Entendemos que a insatisfação revelada pela imprensa demonstrava que, mesmo sem o espírito revolucionário das norte-americanas e européias, as brasileiras souberam exprimir sua insatisfação diante da opressão social a que eram submetidas, rompendo padrões de conduta social, modificando costumes e regras sociais vigentes até então.

### **1.3.3 A relação entre a moda e o feminino na construção da imagem da mulher ideal**

O modo de vestir tem significados diferentes de acordo com a época. A vestimenta exerce não só funções utilitárias, mas também simbólicas. Representa diferenças sexuais, etárias e financeiras. Embora não seja possível afirmar exatamente a influência da moda em relação às mudanças na sociedade, é possível demonstrar a

---

importância da moda na maneira de expressão de uma época<sup>141</sup>. A moda nos ajuda a especular a conduta, o comportamento de uma sociedade qualquer.

Para LAVER<sup>142</sup>, a moda reflete a conjuntura que se vive. Os primeiros anos do século XX anunciavam um novo tempo; tempo de modernizar, de desenvolver. O avanço tecnológico transformava não só o aspecto físico das cidades; modificava também a forma de agir e pensar de seus moradores. Os conceitos, os valores, os costumes sofreram influência direta das mudanças estruturais que o século XX apresentou. Como já foi dito, a moda reflete algumas características individuais, assim como revela aspectos conjunturais de determinada sociedade. Embora seja uma preocupação particular, a escolha do traje está intimamente ligada ao contexto político, econômico e social vivido. A moda apresenta-nos as idéias, as atitudes, os costumes de uma época e de um lugar. Ao analisarmos a evolução da moda no Brasil, do século XIX para o século XX, vislumbramos exatamente esta questão.

A moda brasileira era nitidamente um eco da moda européia, sobretudo, parisiense. Mas nem só neste campo, se seguiam as tendências de Paris. Toda a movimentação em busca de modernizar as cidades, de usufruir as inovações tecnológicas, de eliminar os vestígios coloniais e ingressar de vez na modernidade, tiveram sua inspiração nas transformações ocorridas na Europa. A campanha pela emancipação feminina iniciada no século XIX e fortalecida no século XX, também teve sua inspiração nos seus equivalentes europeus e norte-americanos. Neste contexto,

---

<sup>141</sup> HOLLANDER, Anne. *O sexo e as roupas: a evolução do traje moderno*. Rio de Janeiro, Rocco, 1996, QUINTANEIRO, op. cit.

<sup>142</sup> LAVER, James. *A roupa e a moda: uma história concisa*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.



embora não seja fator determinante, podemos afirmar que a moda foi utilizada pelas mulheres para auxiliá-las, no combate à situação opressiva que se encontravam.

Segundo alguns estudiosos da história da moda<sup>143</sup>, os grupos feministas organizados nas principais cidades européias e norte-americanas, a partir da segunda metade do século XIX, foram decisivos para significativas modificações na moda feminina. As mulheres começam a assumir funções antes essencialmente masculinas, e isso vai se refletir na moda, que precisava ajustar-se às novas necessidades. As inovações tecnológicas também modificaram a estrutura das roupas. O uso do trem, do bonde e do carro exigiu novas modas, mais práticas e menos constrangedoras. Para esta nova mulher, neste novo tempo, novas roupas, mais práticas, menos luxuosas e mais realistas.

Na segunda década do século XX, um novo padrão cultural se definiria com a emergência do movimento modernista que romperia com o conservadorismo até então vigente. Iniciava-se uma busca por mais liberdade, simplicidade, despojamento e frescor. São anos de grande efervescência cultural, de greves e revoltas que marcaram a história do país. É a década da formação de grupos e federações feministas que vão reivindicar, especialmente, o direito à participação política. A moda, como já retratamos anteriormente, acompanha as mudanças nas estruturas sociais, ela refletia a sociedade, e por isso, sofreu significativas transformações nos anos 20. Segundo LAYER<sup>144</sup>, a partir de 1925 surgem as primeiras saias curtas. Em 1928 elas já estariam um pouco acima dos joelhos. As curvas são abandonadas. O penteado cacheado foi

---

<sup>143</sup> GONTIJO, Silvana. *80 anos de moda no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1987; LAYER, op. cit.

<sup>144</sup> LAYER, op. cit.

excluído a favor do corte curto e liso que evidenciava as linhas da cabeça, usadas até mesmo pelas mais velhas. Este corte, chamado de *la garçonne* geralmente era acompanhado pelo uso do chapéu *cloche*, modelo bem rente à cabeça, sem abas. Na virada para a década de trinta, as saias voltaram a ser compridas e com cintura. O chapéu *cloche* foi abandonado. E os cabelos voltaram a crescer.

A imprensa, no período analisado nesta dissertação, tinha um caráter mais opinativo. Preocupava-se em mostrar pontos de vista sobre as questões apresentadas. A relação entre a mulher e a moda representada pela imprensa, não fugia à regra. Os conselhos de moda eram um meio de reafirmar valores. Os jornais da imprensa comum reservavam para elas, os artigos com dicas de moda e beleza, os eventos sociais; e, por meio deles consolidavam a imagem feminina vista pelos olhares conservadores. A moda tinha uma função importante: ela colaborava na definição do lugar social das mulheres e fornecia subsídios para a construção da imagem feminina ideal que figuraria na imprensa mineira neste período.

Através da imprensa, a moda chegava a todos os lugares. Muitas revistas publicavam moldes de peças do traje feminino, além de artigos com dicas de beleza e elegância. Era através da imprensa também que muitos elementos da moda foram contestados e até mesmo vistos como ofensa a moral vigente na época. Fosse nos jornais da imprensa comum, fosse nos periódicos femininos, a moda sempre foi um tema presente nos jornais e revistas que circulavam não só em Minas Gerais, mas, em todo o país. Muitas publicações femininas reservavam seções que tratavam apenas

deste assunto. A Revista Feminina<sup>145</sup>, por exemplo, publicada em São Paulo, entre os anos de 1914 – 1930, mas de circulação nacional, em sua seção intitulada *A Moda*, publicava modelos de figurino, as novas tendências, divulgava casas de moda e modistas de destaque e também não deixou de relatar as discussões causadas pelas inovações da moda e dos costumes nos meios elegantes da sociedade.

Dando continuidade ao nosso objetivo, de apresentar e analisar as representações femininas na imprensa, percebe-se que, nos periódicos mineiros, a moda tem uma importância social considerável. A preocupação em se apresentar em consonância com os modismos internacionais é uma constante, ou seja, os mineiros compartilhavam dos mesmos anseios e necessidades da boa apresentação pública que os demais brasileiros, principalmente os dos grandes centros urbanos. Por isso, optamos num primeiro momento, por analisar os artigos que denominamos como tradicionais. Eram informativos, traziam as novidades da estação, relatavam curiosidades sobre adereços, sempre reafirmando a importância destes para se manter a elegância. Tinham como uma das características mais notáveis a forma quase que infantil de se direcionar às leitoras. Alguns traziam ricos detalhes sobre peças do vestuário feminino e dicas para se vestir com elegância e decoro seguindo os padrões europeus. A escolha destes artigos deveu-se ao fato de que eles confirmam a intenção de parte da imprensa em consolidar uma imagem feminina sem grandes anseios na vida social e política e muito preocupada com si própria e esta imagem vai ao encontro à representação idealizada da mulher.

---

<sup>145</sup> Sobre a Revista Feminina ver: MASCARO, Sonia de Amorim. *A "Revista Feminina": imagens de mulher (1914-1930)*. São Paulo, 1982. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo.

Num segundo momento, trataremos das críticas publicadas na imprensa mineira. São artigos que manifestavam muitas vezes, verdadeiro repúdio ao jeito de se vestir das mulheres. A mulher alvo das críticas é a chamada *mulher moderna*, que tinha cabelos curtos, usava muita maquiagem e saias quase na altura dos joelhos, dançava, fumava, dirigia, estudava, trabalhava. Este termo *mulher moderna* era constantemente utilizado pela imprensa para categorizar o estereótipo feminino que contradizia o modelo ideal, ou seja, para os críticos, a representação da mulher moderna condensava tudo que a mulher não deveria ser.

O jornal *A Violeta* de Belo Horizonte de setembro de 1900 publicava um artigo extenso que podemos considerar como um guia de moda. O trecho abaixo foi retirado da matéria intitulada *A Moda*. Este artigo era assinado por Jardineira Honorária, provavelmente um pseudônimo, já que as escritoras por mais que falassem de assuntos femininos preocupavam-se em manter o nome da família em anonimato. Nada impedia também que este artigo tivesse sido escrito por um homem. Mas, como se tratava de um assunto feminino, a receptividade do público seria melhor sendo o autor uma mulher. Neste artigo observamos vários elementos que nos permite compreender a importância que a imprensa dava à moda, na vida da mulher.

Como la DONNA- do Rigoletto- a moda deve ser << MOBILE QUAL PIUMA AL VENTO>> para agradar ás cabecinhas avidas de novidades das nossas gentis patrícias sempre promptas a estrear uma blusa feita pelo ultimo figurino ou a arregaçar os vestidos com a *donaire* da pariziense que vem pintada no derradeiro numero do PETIT ECHO. E, vamos lá, minhas senhoras, por mais graves e severas que sejamos, experimentamos sempre tal ou qual sensação de goso ao sentirmo-nos vestidas com certa elegancia e portadoras da nossa TOILLETE de uma novidade qualquer.

Ora é uma gaze crespada, que collocada sobre a nobreza ou setim, attenúa o lustro forte da seda, mas deixa na transparência dos fios, perceber-se a cor e conhecer-se delicadamente, com o requinte de bom gosto apurado, que é excellente a seda ou setim, que esta meio encoberto. Ora é uma greguinha, *hauté nouveauté*, de lantejoulas e vidrilhos, que á luz das lampadas electricas parecem myriades de pedrarias expostas e brilham quase tanto como os olhos das senhoritas formosas que passeiam ufanas pelos braços dos cavalheiros no

salão nobre do nosso Club...O que queremos é a novidade seja ella qual fôr, e por isso somos considerados eternamente creanças grandes!...<sup>146</sup>

Mais do que dica de moda, este artigo exaltava a frivolidade feminina. Ela seria ávida pelas novidades de tecidos e adereços, preocupava-se apenas com as mudanças da estação. Representava uma imagem da mulher de elite brasileira que tinha como principal objetivo cuidar da sua aparência, para se mostrar nos eventos sociais e ser admirada tanto pelas outras damas como pelos cavalheiros que freqüentavam os locais *chics* da cidade (neste caso Belo Horizonte).

Além dos informativos sobre as novas tendências da moda, encontramos artigos que traziam descrição de adereços e a sua importância na composição do traje elegante feminino, como por exemplo, os chapéus, sapatos e leques. Em relação a este último encontramos até mesmo o resumo de uma conferência literária feita pelo poeta Osório Duque Estrada sobre a sua história. Este artigo encontra-se no jornal Diário de Notícias do dia 10 de abril de 1908 da cidade de Belo Horizonte. Segundo o artigo, o poeta buscou primeiramente estudar a origem da palavra leque que, segundo ele, vem de abanosleque, de onde se suprimiu a primeira parte do vocábulo ficando apenas leque. Este adorno, conforme suas pesquisas, foi trazido do Oriente, mais provavelmente da China pelos navegadores europeus.

Falava ainda dos leques de personagens importantes na história como Maria Antonieta e Carlota Corday que ao enfrentar “a vítima de seu ódio sanguíneo levava três armas: o punhal, os seus olhos e o leque”. O poeta dedicou parte de sua conferência a falar da chamada Academia do Leque, que considerava este adereço feminino tal como uma espada para um soldado, sendo assim uma arma poderosa se

---

<sup>146</sup> (A) Violeta – Belo Horizonte, 09/09/1900.

bem usada. Esta comparação é considerada pelo artigo curiosa e humorística, chegando mesmo a provocar risos na platéia. E para finalizar o poeta enfatizava a importância do leque a serviço da coqueteria, ou seja, da arte da sedução.

O chapéu também teve grande importância no traje elegante, tanto no masculino como no feminino. Este adereço era alvo de vários artigos que além de explicar a sua importância, criticavam a sua ausência entre a gente elegante de Minas Gerais. Segundo um artigo escrito por J. Antonio no jornal *Diário de Notícias* de 05/05/1907, intitulado O CHAPEO, este fora inventado pelos padres e em princípio eram quadrados. Segue o texto respondendo a pergunta: *Porque usa a mulher o chapéu?*

Dizem alguns que é por motivos hygienicos, outros acham que o chapeo não passa de um simples atavio destinado a realçar a beleza da mulher. Adorno ou não, o facto é que o chapeo agrada a vista e da um porte elegante, distincto e deliciosamente “chic” [...] não preciso demonstrar que o chapeo eleva a belleza feminina porque há muito tempo elle está consagrado pela crítica mundana dos centros elegantes.

Ora assim sendo, era de se presumir que em Bello Horizonte, cidade “chic” e moderna também o chapeo tivesse grande numero de admiradores, tal não acontece, entretanto, - o chapeo em nossa cidade não é tratado com o menor carinho. A principio com a introdução dos bonds o chapeo fez furor, e as nossas gentis patricias não davam um só passo sem elle.<sup>147</sup>

Neste mesmo artigo, o autor notava a ausência de outros elementos femininos importantes como o véu. Embora como vimos, a preocupação em estar em consonância com as tendências da moda fosse uma constante no dia a dia das mineiras, havia também este outro lado. Era comum nos jornais que circulavam na capital mineira, artigos de visitantes ou de moradores insatisfeitos com a vida social de Belo Horizonte, considerada muito inferior à dos grandes centros do país do período.<sup>148</sup>

<sup>147</sup> Diário de Notícias – Belo Horizonte, 05/05/1907.

<sup>148</sup> Sobre a vida social da capital mineira nas primeiras décadas de Belo Horizonte, ver: SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. A capital e o sonho de uma Petit Paris: Os cafés de Belo Horizonte: 1897-1954. Belo Horizonte, 1995. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais.

Os trajes usados pelas mineiras eram também muitas vezes criticados e considerados ultrapassados.

No artigo *A Moda* do jornal *A Violeta* de Belo Horizonte de setembro de 1900, citado anteriormente, a autora apresentava trechos de uma carta de um poeta chamado Cyr. Ele lastimava o atraso da moda em Belo Horizonte em relação ao Rio de Janeiro e São Paulo. Dizia ignorar o motivo que levava as mineiras a não serem tão elegantes como as paulistas e fluminenses. Para ele a moda era um elemento civilizador (relação direta com o ser moderno).

[...] venho protestar contra o descaso que é tida a moda em Belo Horizonte. É lastimável que nossa Capital tão opulenta e garrida na arquitetura dos seus edifícios e casas tão bellamente emoldurados pela Natureza que se esmerou em conceder-lhe um céu translucido lindíssimo e os mais formosos golpes de vista na ondulação das collinas e no magestoso das montanhas não possa hombraear com o Rio e com a Paulicéa no que diz respeito á moda.

Ignoro os motivos que levam as formosas senhoritas deste abençoado pedaço de Minas, a desprezar o *chic*, a elegância, o *smartismo* em opposição as suas colegas fluminenses e paulistanas tão caprichosas em sua *toilettes* que pompeiam elegantes na rua do Ouvidor, ou na rua 15 de Novembro, por volta das 3 horas da tarde.

É imprescindível que esse elemento civilizador não continue desprezado como tem sido aqui, e a sua adopção será motivo de jubilo para o chronista que aprecia immenso a [ ] polychromica que costumam ser os *canotiers* floridos a nos lembrarem *bouquettes* ambulantes ou o tic especial que tem, que tão bem calha a senhoritas vivazes e travessas.

Este trecho do artigo revela-nos uma questão importante. Se a moda era considerada um elemento civilizador, o modo como as pessoas se apresentavam em sociedade era ponto fundamental. Belo Horizonte ainda era neste momento uma capital provinciana. Localizava-se numa região mais central, distante dos centros da moda e da modernidade no Brasil – Rio de Janeiro e São Paulo – devido, sobretudo, a precariedades dos meios de transporte. As mineiras eram vistas como atrasadas, em relação a todos os modismos sociais: trajes, músicas, eventos sociais. A vida social mineira, apesar de ter seus atrativos, era considerada por aqueles que visitavam a

capital e por muitos que nela moravam como uma cidade presa ao provincianismo, embora almejasse a modernidade. Esses fatos, porém, não nos impedem de analisar a influência que os ditames da moda, alocados nas páginas dos jornais e revistas, tiveram na vida social dos mineiros e principalmente das mulheres.

Muitos artigos criticavam a variedade e fugacidade nas tendências e novidades da moda e principalmente a adesão das moças e senhoras as estas mudanças. As casadas eram as mais criticadas, uma vez que estes comportamentos as tornavam incapazes de realizar suas funções principais de mãe e esposa.

As mulheres renovam as modas, de dia para dia, dos pés a cabeça. Assim, hoje são sapatinhos rendados, afivelados, bicos finos, côres em contraste com as meias; amanhã, as meias já têm a mesma côr dos sapatos, ora finas, transparentes, deixando transparecer o branco das peles, ou mais espessas, conforme o seu critério, quando o possuem.

Os vestidos, estes variam muito em comprimento, pois são grandezas continuas e as costureiras abusam-lhe da propriedade e zás...Diminuem-no de mais, a ponto de deixarem a descoberto do artelho às cavas do joelho e, muita vez, a côr rosea das ligas.

Por outra, como na epoca actual, descem- nos em exaggero, até tocarem os pés, mas...Terrível dilema!...Não sabendo se diminuir as mangas dos mesmos ou se lhes tirar no décote, por economia de fazenda, applicam a operação de diminuir aos dois casos e, lá está confeccionada, nos "ateliers" das modistas, uma semi-Eva para expor ao publico, ávido de novidades femininas.

Eis o espectáculo que se está a presenciar todos os dias e, não raro, de um tom selvagem, **pois as mulheres se pintam dos labios á raiz dos cabellos, poem brincos e outras quinquilharias como sejam pulseiras, collares, mas, em proporção tão exaggerada, que lembram os antigos habitantes do nosso paiz.**

O brilho das virtudes das micas modernas é apagado pelo contacto de joias e sedas que empanam, mas que deixam a descoberto o que deviam guardar para não fazer a cobiça de outrem.

E, para augmentar-lhes o faceirismo, usam, ao rigor da moda, os cabellos á 'La Garçonne' e é o que se vê e ouve por toda a parte.

A moda pegou e se alastra rapidamente.

**As moças, desapiedadamente, cortam os seus lindos cabellos, o ornamento de suas cabecinhas ocas, muita vez prejudicando a si próprias, pois os poetas não mais encontrarão lindas tranças para a ellas se apegarem, produzindo poesias admiraveis,** sentimentos que se evolvem da alma sentimental dos vates (sic), como efluvios de suave odôr e que tanto sensibilizam o espirito feminino.

Mas não somente as moças, as senhoras tambem já o fazem, não se lembrando que são mães e que deviam dar exemplos ás filhas, e, entretanto, sob a falsa capa da hygiene, despojam-se dos cabellos, para se tornarem faceiras, acompanhando as modas.

**Todavia, estará longe o dia em que, com o passar dos tempos, esta moda ha de mudar e veremos muitas arrependidas, praguejando e maldizendo a**



**moda que as despojou da sua belleza natural, dando-lhes uma simplesmente aparente e ridicula que, se pensassem bem, detestariam. Quem não póde com o tempo não inventa moda.<sup>149</sup> (grifos nossos).**

O extenso artigo citado nas linhas acima foi enviado por *Um diamantinense* que residia em Belo Horizonte. Optamos por transcrevê-lo integralmente uma vez que ele apresenta todos os aspectos abordados em todos os artigos que faziam este tipo de críticas, quais sejam: a renovação constante da moda, o comprimento das saias e vestidos, as mudanças nos cortes de cabelo e no uso da maquiagem entre moças e senhoras. O uso de maquiagem em tons mais fortes, de adereços, jóias, tinturas no cabelo, geravam polêmica. O autor chegou a comparar algumas mulheres aos povos nativos das terras brasileiras devido ao que ele considerava excesso na composição do traje feminino. A indignação de quem escreve este artigo é notória e representa o espírito daqueles que não aceitam passivamente estas inovações na apresentação feminina. Outros chegavam por vezes a insinuar que, se as moças de família não se controlassem, ou melhor, fossem controladas em seu exagero, não tardariam a ser confundidas com dançarinas e cortesãs.

As meninas da terra cada vez vão se tornando mais perigosa: para os outros e para si mesmas. Veem se ahi pelas nossas ruas decótes cada vez mais avantajados, e nos bondes, e nos 'footings' em suma, em toda parte por onde se anda, ahi está á mostra, aos olhos de quem queira ou não queira ver, os trajes menos decentes, numa exposição impiedosa e ambulante de braços e pernas...<sup>150</sup>

Os cabelos longos simbolizavam a maior beleza a feminina. Eram ao mesmo tempo referência de pureza e um meio de sedução: a inspiração dos poetas. Os cabelos cortados “à la garçonne” (curtos, acima dos ombros), viravam moda rapidamente por todo canto. Algumas usavam do argumento da higiene para manter suas madeixas bem curtas, o que era intensamente criticado e visto muitas vezes como

uma mera desculpa. A mulher ao cortar cabelos e ao usar roupas retas que omitiam as suas curvas, perdia muito da sua feminilidade, ficava menos sensual à medida em que se masculinizava, segundo os críticos.

Cortei...e agora? Tenho pena; mas, que fazer? È a moda e não é de tua conta!...

Ora muito bem!Si a moda, com o seu despotismo, mandar um absurdo, impuzer mais ainda que a seminudez, que já impõe, que manche o pudor, que periclite a honra de uma donzella?!Seguil-a-ão ainda cegamente?

Muitas moças, em nossos dias, e até algumas mais *vitalinas*, não usam mais aquelles cabellos que lhes davam tanta graça, e que, outr'ora, eram objecto de rimas poéticas e inspiravam os bardos e trovadores das noites enluaradas.

Hoje, desgraçadamente, ellas vão cortando os cabellos á *balacian*, esta peste da moda que se introduziu no Rio e que já campêa até pelos sertões.

E, contudo, acham isto o mais fino e *chic* ornamento da sociedade!<sup>151</sup> (**grifos nossos**).

A imagem da mulher moderna era veiculada pela imprensa como a representante dos novos tempos e freqüentemente a associava à figura da feminista, o que deve ser visto com algumas ressalvas. O fato de cortar os cabelos, dirigir ou dançar charleston, por exemplo, não fazia da mulher uma militante da igualdade de direitos, ao mesmo tempo, aquela que se considerava feminista, não era necessariamente uma adepta das novidades da moda. Talvez o que aproximasse uma representação da outra seria o fato de que ambas fossem vistas pelos seus críticos como deturpadoras das normas e costumes, responsáveis pela degradação da família e da sociedade. Observamos pela imprensa que a moda refletia as transformações que a sociedade e em especial as mulheres apresentavam nas primeiras décadas do século XX, e, por isso fornecia elementos para a reafirmação de valores, crenças e costumes que caracterizavam a representação idealizada da mulher, defendida arduamente pelos

---

<sup>149</sup> (O) Pão de Santo Antonio – Diamantina, 06/07/1924.

<sup>150</sup> União dos Moços – Belo Horizonte, 04/11/1927.

<sup>151</sup> (O) Pão de Santo Antonio – Diamantina, 01/06/1924.

mais conservadores. No entanto, numa conjuntura em que as mulheres reivindicavam a sua liberdade e a sua emancipação, a moda poderia ser um dos possíveis caminhos utilizados por elas para demonstrar seu desejo de romper com a ordem estabelecida.

## CAPÍTULO III: O MOVIMENTO FEMINISTA E O SUFRÁGIO UNIVERSAL.

### 1.1 O FEMINISMO E O MOVIMENTO SUFRAGISTA NO BRASIL

As manifestações feministas por parte das brasileiras deram-se de forma esparsa. Durante o século XIX, várias mulheres, em diferentes regiões do país, mostraram-se insatisfeitas com a sua situação na sociedade brasileira e buscaram principalmente por meio da imprensa reivindicar seus direitos. Já na primeira metade do século XIX, temos o exemplo de Nísia Floresta<sup>152</sup> que, de forma isolada, procurou combater as limitações a que as mulheres eram submetidas no Brasil. Nísia era abolicionista, republicana e feminista, o que para sua época era uma exceção. Morou por vários anos na Europa o que lhe permitiu conhecer vários intelectuais como, por exemplo, Auguste Comte, de quem se tornou grande admiradora. Como escritora realizou uma tradução livre de *Vindication of the Rights of Women* de Mary Wollstonecraft sob o título *Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens* além de publicar outras obras. Sua maior contribuição talvez tenha sido como professora e defensora da educação feminina. Nísia denunciava a ignorância em que se mantinham as meninas e protestava contra a sua condição de dependência em relação aos homens. Era uma educadora combativa: fundou e dirigiu colégios femininos e por meio deles punha em prática suas idéias em defesa da emancipação feminina.

Nas últimas décadas do século XIX, como vimos, algumas mulheres criaram jornais, publicaram artigos e livros sob a temática da emancipação feminina. Num primeiro momento, elas procuravam levar para a imprensa a necessidade de tornar a mulher brasileira intelectualmente capacitada. Para isso defenderam

sistematicamente um maior nível de educação e instrução para as mesmas, pois segundo estas pioneiras feministas, a mulher era um ser inútil na sociedade, um objeto de decoração apenas, se não tivesse independência intelectual. Esta visão contribuiu para levar às páginas da imprensa brasileira uma representação feminina que ia além da figura da mãe e esposa> a mulher foi vista na imprensa feminista como ser integrante e participativo da sociedade que poderia contribuir com a mesma de várias maneiras, como, por exemplo, trabalhando em diversas profissões, até mesmo naquelas até então consideradas inapropriadas para o sexo feminino como o exercício da medicina, do direito e da engenharia.

Independente da classe social a que pertenciam, quanto mais as mulheres se afastavam dos espaços domésticos, mais oposição masculina elas encontravam. A partir do momento que elas rompiam como os paradigmas conservadores, sofriam uma forte rejeição por grande parte dos homens. Para muitos era inadmissível mulher graduada em Medicina ou Direito. Aliás, aquelas que se tornavam advogadas enfrentavam muitas dificuldades para exercer a profissão, principalmente porque era por meio da carreira jurídica que os homens entravam na política, outro meio proibido a elas. Já sediado na cidade do Rio de Janeiro, o jornal *O Sexo Feminino* de 16 de junho de 1889 noticiava: “O Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros vai discutir se ‘a mulher graduada em direito póde exercer a advocacia e a magistratura’. [...] Parece que a recente formatura em direito de duas senhoras na faculdade do Recife tem tirado o sono dos advogados”.

O sufrágio feminino não foi alvo de reivindicação das primeiras feministas brasileiras. Grande parte da imprensa feminista da época mostrou-se muitas

---

<sup>152</sup> Cf. DUARTE, Constância Lima. *Nísia Floresta: Vida e Obra*. Natal: UFRN. Ed. Universitária, 1995.

vezes, contrária ao voto feminino. *O Sexo Feminino*, por exemplo, embora não tenha advogado de início o direito ao voto pelas mulheres, mostrava simpatia pela proposta e expressou esperança por sua obtenção no Brasil. Este periódico vanguardista em suas proposições via poucos benefícios no voto feminino, dado que naquele momento eram poucos os homens que votavam no país. Contudo, mesmo não sendo um objetivo imediato, Francisca Senhorinha via o sufrágio feminino como uma extensão lógica dos direitos da mulher.

Para HAHNER<sup>153</sup>, a agitação republicana e a sua conseqüente proclamação deram argumentos a mais em favor do sufrágio e fortaleceu ainda mais o seu desejo por direitos políticos. Ainda segundo a autora, “com a extensão do voto, em teoria, a todos os homens alfabetizados, a questão do sufrágio pôde tornar-se um tópico mais vital para as feministas cultas que experimentavam um sentimento de frustração e privação política<sup>154</sup>”. Este novo desejo pode ser evidenciado, por exemplo, por Francisca Senhorinha que muda o título de seu jornal de *O Sexo Feminino* para *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* mostrando sua determinação em ampliar a emancipação feminina. A ênfase na defesa da instrução plena para que ela desempenhasse melhor sua função de mãe e esposa na sociedade dava lugar ao discurso que reivindicava a total liberdade e igualdade de direitos, incluindo aí o direito ao voto.

[...] desejamos que a mulher tenha plena consciencia do que cale e do póde valer pela sua plástica, tanto como pela sua beleza moral e esplendor de seu gênio. Desejamos que os Senhores do sexo forte saiba que se nos podem mandar, em suas leis, subir ao Cadafalso, mesmo pelas idéas políticas que tivemos, como já o fizeram as desditosas Rolan, Charlote Corday e tantas

<sup>153</sup> HAHNER, June E. *A MULHER BRASILEIRA - e suas lutas sociais e políticas: 1850 –1937*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

<sup>154</sup> *Ibidem*, p.80.

outras, também nos devem a justiça de igualdade de direitos, tocante ao direito de votar e o de sermos votadas<sup>155</sup>.

Na Assembléia Constituinte, reunida em 1891, para elaborar uma constituição republicana para o Brasil, o sufrágio feminino foi debatido e contou com o apoio de homens como Nilo Peçanha, Epitácio Pessoa e Hermes da Fonseca, mas, mesmo assim não foi aprovado<sup>156</sup>. A Constituição de 1891 estabelecia como cidadãos brasileiros aqueles nascidos no Brasil e, eleitores, os cidadãos brasileiros maiores de 21 anos. De acordo com o artigo 70 da referida Constituição não eram considerados eleitores os mendigos, analfabetos, as praças de pré, com exceção dos alunos das escolas militares de ensino superior; religiosos sujeitos a voto de obediência, regras, ou estatuto que importasse a renúncia da liberdade individual<sup>157</sup>.

Ou seja, as mulheres não foram explicitamente incluídas nem impedidas de participar do processo eleitoral. A omissão do termo *mulher* no texto constitucional pode ser justificada em consonância com o pensamento da época que não a considerava um ser naturalmente dotado de direitos. A ausência de uma proibição explícita às mulheres de serem eleitoras levaram muitas a requerem o alistamento durante todo o período em que a Constituição esteve em vigor.

Os opositores do sufrágio feminino “viam a vocação de cada mulher como que determinada não por suas capacidades, exigências ou desejos individuais, mas pelo seu sexo<sup>158</sup>”. Esta idéia baseava-se nas imagens femininas idealizadas que a associavam aos ideais de pureza, docilidade, fragilidade e domesticidade defendidas

---

<sup>155</sup> (O) *Quinze de Novembro do Sexo Feminino*. 06/04/1890. Apud HAHNER, op. cit.

<sup>156</sup> PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

principalmente pelos positivistas. Para eles a natureza feminina determinava-lhe o exercício de atividades relacionadas ao lar, pois ela era a base da família que por sua vez seria o alicerce moral da sociedade. Embora a reivindicação pelo sufrágio feminino tivesse sido negada pela Assembléia Constituinte, a discussão ganhou força nas discussões feministas e se tornou a principal bandeira dos movimentos de mulheres no século XX.

Algumas dessas manifestações deram-se de forma organizada por meio de movimentos e grupos, outras, surgiram de vozes solitárias que se rebelavam contra as condições em que viviam na época. Porém, o feminismo defendido por elas era de certa forma, bem aceito socialmente, pois não reivindicavam mudanças nas relações familiares. Para elas, nem o título universitário, nem o voto impediria uma mulher de realizar suas tarefas domésticas. As reivindicações do movimento sufragista neste período não expressavam desejos de uma reestruturação radical do sistema político da nação, nem mesmo da sociedade. Não questionavam a definição que estabelecia o lar e a família como esfera onde concentravam os interesses da mulher, apenas redefiniram o significado de lar para incluir novas áreas de interesse, ou seja, o lar deixava de ser apenas a moradia da família e abrangia todas as dependências nas quais assuntos referentes a elas estivessem em questão<sup>159</sup>.

As líderes feministas eram em sua maioria profissionais com formação superior, pertenciam a classes sociais mais elevadas e, a exemplo das européias e norte-americanas, não queriam ficar à parte do processo histórico. Embora no caso

---

<sup>157</sup> Cf: ALVES, Branca Moreira. *Ideologia & Feminismo. A luta da Mulher pelo Voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980; HAHNER, op. cit.; SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classe mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1979; PINTO, op. cit.

<sup>158</sup> HAHNER, op. cit. ,p. 83.

<sup>159</sup> Ibidem.



brasileiro, este processo tenha se desenvolvido sem a radicalização dos movimentos internacionais – fato este que era exaltado pelas brasileiras continuamente – as brasileiras também desafiaram a estrutura social vigente e contaram para isso com a ajuda de homens pertencentes aos meios políticos e intelectuais. Entretanto, a campanha pelo sufrágio feminino no Brasil não esteve ligada a nenhum partido político ou a outro movimento social. Além do apoio interno, o movimento feminista deste período - principalmente sua vertente sufragista - estabeleceu laços com organizações como a norte-americana NAWSA (*National American Woman's Suffrage Association*) e suas líderes que além de fornecer técnicas de organização seriam fontes adicionais de apoio e legitimação das causas defendidas<sup>160</sup>.

Quanto mais o século XX avançava, cada vez mais mulheres da elite e da classe média lutavam por direitos compatíveis com os dos homens. E foi durante a década de 1920 que o movimento alcançou seu ápice. A consolidação de um movimento feminista organizado e mais ativo nos anos 20 se deu em decorrência desse emaranhado de ações realizadas por algumas mulheres ao longo das décadas anteriores. Mas, a conjuntura política, econômica e social deste período também contribuem para a solidificação do movimento.

A década de 1920 foi um período conturbado, que anunciava as transformações que viriam a se firmar no início da década de 30. Num período em que a crise na estrutura política, em que as mudanças econômicas e sociais que vinham se

---

<sup>160</sup> Sobre o movimento sufragista americano ver: ALVES, Branca Moreira. *Ideologia & Feminismo. A luta da Mulher pelo Voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980. Sobre a relação do movimento sufragista brasileiro e o americano ver também: ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulheres e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Fund. Ed. UNESP, 1998; HAHNER, June E. *A MULHER BRASILEIRA - e suas lutas sociais e políticas: 1850 –1937*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

processando há algumas décadas, já traziam conseqüências que afetavam diretamente as esferas do poder, a insatisfação fazia-se presente em diferentes setores sociais. A classe operária se organizava, os intelectuais rompiam com o pensamento tradicional, as classes médias buscavam uma forma de ter representado seus interesses<sup>161</sup>.

Mesmo com causas diversas a defender, era comum entre as classes insatisfeitas, o descontentamento com a prática política desenvolvida no país naquele momento. O domínio político das oligarquias rurais - garantido pelo método de troca de favores e pelo clientelismo, principalmente durante o processo eleitoral - levava os setores aliados da participação política a reivindicarem a moralização eleitoral do país e a formação de um governo que fosse realmente representativo. Foi dentro deste clima de tensão que o movimento sufragista brasileiro começava a se organizar e a agir na sociedade<sup>162</sup>.

Uma das primeiras formas de movimento organizado de mulheres no Brasil em torno da discussão pela emancipação política foi o Partido Republicano Feminino. A professora Leolinda de Figueiredo Daltró<sup>163</sup>, após requerer seu alistamento eleitoral e receber um parecer negativo, fundou, juntamente com a poetisa Gilka Machado<sup>164</sup>, o Partido Republicano Feminino com o objetivo de ressuscitar no

---

<sup>161</sup> ALVES, op. cit.

<sup>162</sup> Ibidem.

<sup>163</sup> Leolinda de Figueiredo Daltró, nascida em 1860 na Bahia, foi um dos principais expoentes do feminismo no Brasil, mas, também se destacou por seu papel político em prol dos índios do Brasil. Defendia a incorporação dos índios brasileiros a sociedade por meio da educação, respeitando suas especificidades culturais e religiosas. Percorreu pelo interior do país para por em prática suas idéias e sofreu forte perseguição por parte da Igreja e de latifundiários. A partir de 1910 dedicou-se intensamente a causa feminista, com prioridade para a conquista do sufrágio, mas não foi integrante da Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF). Faleceu em 1935 num desastre de automóvel. SCHUMAHER, Schuma & Brasil, Érico Vital. (org.) *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000, pp.318-319.

<sup>164</sup> Gilka da Costa de Melo Machado nasceu em 1893 no Rio de Janeiro. Foi pioneira na utilização do erotismo na poesia feminina brasileira. Publicou vários livros e participou ativamente do movimento

Congresso Nacional o debate sobre o voto feminino no Brasil, esquecido deste 1891. PINTO<sup>165</sup> chama-nos atenção para a singularidade deste feito: um grupo de mulheres (não detentoras de direitos políticos) forma um partido (que visa propor a sociedade um programa para chegar ao governo por meio de eleições), com o objetivo de serem representantes dos interesses femininos na esfera pública, num momento em que isto não lhes era possível. O Partido Republicano Feminino pode ser considerado prenunciador do movimento das mulheres brasileiras pelo sufrágio. Fazia parte de sua estratégia comparecer a todos os eventos que pudessem ser repercutidos na imprensa. Em 1917 o PRF promoveu uma marcha pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro com a participação de cerca de 90 mulheres. As manifestações organizadas pelo partido contribuíram de forma decisiva para o reaquecimento dos debates em torno da questão feminina tanto na imprensa como no Congresso<sup>166</sup>.

Quando aludimos ao movimento feminista brasileiro das primeiras décadas do século XX, estamos nos referindo ao movimento sufragista, pois embora fosse necessário – e as militantes tinham consciência disto - modificar a sua situação em diversas questões, o direito ao exercício da cidadania por meio do voto tornou-se prioridade. Um dos nomes de maior expressividade no movimento sufragista brasileiro foi o de Bertha Lutz<sup>167</sup>. Sua campanha teve início logo após seu retorno da Europa em

---

sufragista brasileiro. Em 1979 recebeu o Prêmio Machado de Assis, concedido pela Academia Brasileira de Letras. Faleceu no Rio de Janeiro no ano seguinte. SCHUMAHER & BRASIL, op. cit, pp.249-250.

<sup>165</sup> PINTO, op. cit.

<sup>166</sup> ALVES, op. cit. ; PINTO, op. cit.

<sup>167</sup> Bertha Maria Julia Lutz nasceu em São Paulo em 1894. Filha de Adolfo Lutz - um dos mais importantes cientistas brasileiros de seu tempo, estudou em Paris, onde entrou em contato com as *sufragistas* e formou-se em Biologia na Sorbonne. Ao retornar ao Brasil, passou a exercer o cargo de bióloga por concurso público no Museu Nacional e tornou-se uma militante pelos direitos das mulheres. Pertencia, como grande parte de suas parceiras, ao mesmo tempo, da elite econômica e cultural do Brasil, o que possibilitou sua trajetória. Foi fundadora da Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), uma das mais significativas organizações feministas da época. Representou o Brasil em diversos eventos internacionais feministas e se tornou membro de várias entidades internacionais. Foi deputada

1918 quando, indignada com uma matéria de um jornalista que desdenhava a propagação das idéias feministas no Brasil, publicou na *Revista da Semana* um artigo que defendia e conclamava as mulheres a unirem-se em defesa de seus interesses. No ano seguinte, juntamente com um grupo de colaboradoras, criou a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher posteriormente chamada de Liga pelo Progresso Feminino<sup>168</sup>.

Em 1922, o movimento brasileiro entrou em contato com o internacional na Primeira Conferência Pan-Americana de Mulheres, realizada em Baltimore. Neste encontro, Bertha Lutz estabeleceu uma estreita ligação com o movimento feminista norte-americano do qual utilizou as técnicas de organização e a forma de mobilização. O movimento sufragista brasileiro, liderado por Bertha Lutz, seguiu os passos da NAWSA (*National American Woman's Suffrage Association*) de posição tradicional, desvinculado das *suffragettes* européias, consideradas de má reputação por sua postura radical.

Ainda em 1922 foi fundada a Federação Brasileira das Ligas para o Progresso Feminino, logo denominada Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino (FBPF), filiada à Aliança Internacional Pelo Voto Feminino. A FBPF foi concebida seguindo os mesmos princípios da NAWSA: era composta por mulheres de famílias importantes e de posição social de indiscutível respeitabilidade; suas reivindicações se consolidavam pelos instrumentos políticos legais; não havia protestos de confrontação

---

federal em 1936, depois de sofrer algumas derrotas no cenário político. Como cientista, trabalhou 46 anos como pesquisadora e docente no Museu Nacional e teve contribuição significativa na pesquisa de espécies anfíbias brasileiras. Faleceu em 1976, no Rio de Janeiro. SCHUMAHER & BRASIL, op. cit, pp. 106-112.

<sup>168</sup> ALVES, op. cit.; PINTO, op. cit.

violenta e a imprensa era utilizada como meio de persuasão pacífica da opinião pública.

Seus principais objetivos segundo seu Estatuto eram:

Art. 2 – A FBPF destina-se a coordenar e orientar os esforços da mulher no sentido de elevar-lhe o nível da cultura e torna-lhe mais eficiente a atividade social, quer na vida doméstica, quer na vida pública, intelectual e política.

Art. 3 - ...1. Promover a educação da mulher e elevar o nível de instrução feminina.

2. Proteger as mães e a infância.

3. Obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino.

4. Auxiliar as boas iniciativas da mulher e orienta-la na escolha de uma profissão.

5. Estimular o espírito da sociabilidade e de cooperação entre as mulheres e interessa-las pelas questões sociais e de alcance público.

6. Assegurar à mulher os direitos políticos que a nossa Constituição lhe confere e prepara-la para o exercício inteligente desses direitos.

7. Estreitar os laços de amizade com os demais países americanos, a fim de garantir a manutenção da Paz e da Justiça no Hemisfério Ocidental.<sup>169</sup>

Bertha Lutz e suas aliadas defendiam uma forma de feminismo que oscilava entre o pioneirismo e o conservadorismo: embora reconhecesse a importância e reivindicasse uma maior participação na sociedade, sustentava as responsabilidades domésticas como missão maior da mulher. Observando as finalidades da FBPF percebemos um caráter fortemente voltado para algumas características vistas como tipicamente femininas como o altruísmo e a caridade<sup>170</sup>. Os problemas da mulher pobre eram vistos de uma forma assistencialista - as mais afortunadas que não tinham necessidade de trabalhar deveriam ocupar seu tempo em defesa das mães e crianças desamparadas<sup>171</sup>.

Muitas ligas foram criadas em diversas regiões do país. Minas Gerais foi o segundo estado a criar a sua. A maioria das que mais se destacaram na federação e

<sup>169</sup> Cf. *A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino*. Publicação n. 12. Organizada por Bertha Lutz, Carmem de Carvalho e Ormind Bastos. Rio de Janeiro: Oficinas Graphics do “Jornal do Brasil”. 1930. Ver também: ALVES, op. cit. p. 111-112.

<sup>170</sup> Cf. *A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino*. Publicação n. 12. Organizada por Bertha Lutz, Carmem de Carvalho e Ormind Bastos. Rio de Janeiro: Oficinas Graphics do “Jornal do Brasil”. 1930.

<sup>171</sup> *Ibidem*.

representaram seus estados nos congressos tinha pais intelectuais, militares, políticos ou profissionais liberais: advogados, médicos e engenheiros e foram destacadas profissionais. Havia um grande número de professoras, advogadas e jornalistas, além de uma médica (Francisca Frois, a primeira médica do Brasil), uma engenheira (Carmem Portinho) e até a primeira aviadora do país, Anésia Pinheiro Machado<sup>172</sup>.

Todas as ações empreendidas pela FBPF e suas afiliadas eram voltadas para atividades que pudessem ganhar espaço na imprensa e ocasionar o debate público. Logo após a fundação da FBPF foi organizada a Conferência pelo Progresso Feminino, primeira conferência brasileira de mulheres com repercussão na imprensa. Seus objetivos segundo anunciados no Jornal do Comércio de 18/11/1922 eram referentes ao debate sobre a instrução, condições de trabalho e carreira aberta às mulheres, seu papel no lar e na sociedade, dentre outros<sup>173</sup>.

A federação contava com apoio de alguns políticos entre deputados e senadores. Muitos deles participavam dos congressos e conferências organizados pelas feministas em âmbito nacional e estadual. Entre eles, destacamos a figura de Juvenal Lamartine do estado do Rio Grande do Norte. Grande aliado de Bertha Lutz deu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça em 1927 ao projeto que legalizava o voto feminino. Porém, o projeto não foi aprovado. Em sua plataforma de governo para a candidatura à presidência de seu estado, garantia a concessão de direitos políticos às mulheres de seu estado. Sua campanha contou com o apoio incondicional da FBPF. Após sua eleição foi sancionada a nova lei eleitoral que dava

---

<sup>172</sup> HAHNER, op. cit; PINTO, op. cit.

<sup>173</sup> Cf. ALVES, Branca Moreira. Ideologia & Feminismo. A luta da Mulher pelo Voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980. p.114.

direito de voto as mulheres no Rio Grande do Norte ainda no mandato de seu antecessor.

A primeira eleitora do Brasil foi Celina Guimarães Viana, uma professora de Mossoró em 25 de novembro de 1927. Durante a gestão de Lamartine, várias foram eleitas para as câmaras municipais e Alzira Soriano de Souza elegeu-se prefeita da cidade de Laje com 60% dos votos válidos. O fato recebeu destaque também na imprensa dos EUA, sendo anunciado no jornal *The New York Times*<sup>174</sup>. Muitas mulheres, em vários estados brasileiros, entusiasmadas com os acontecimentos no Rio Grande do Norte, tentaram e muitas vezes conseguiram se alistar em seus estados. Contudo, em âmbito federal, continuaram impedidas de exercer seus direitos políticos. Durante a agitação política em decorrência da Revolução de 30, a FBPF se manteve afastada dos conflitos políticos, mas sofreu uma ruptura. Nathércia da Silveira, advogada e membro da federação, rompia com a mesma e fundava a Aliança Nacional das Mulheres (ANM) cujos objetivos enfatizam mais a questão do trabalho e das trabalhadoras:

- 1 – Trabalhar pela elevação intelectual e independência econômica e segurança moral da mulher;
- 2 – Zelar-lhes pelos interesses coletivos:  
Amparando-a no trabalho, em todos os ramos de atividade;  
Pleiteando seus direitos e aspirações legítimas;  
Prestando-lhe assistência moral, médica e judiciária;  
Manifestando e defendendo, oportunamente, idéias e medidas, referentes a cada ramo de trabalho e que visem dar à mulher maior segurança econômica e independência moral;  
Encaminhamento para o trabalho mulheres que dele careçam;
- 3 – Pleitear medidas tendentes a beneficiar as mães e a infância;
- 4 – assegurar à mulher o uso e o gozo dos direitos civis e políticos que lhe são inerentes;
- 5 – Trabalhar pela estabilidade da família, por uma comunhão maior de

<sup>174</sup> PINTO, op. cit.; SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classe mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1979. Ver também: ZIRBEL, ILZE. (sd). *AS MULHERES DO BRASIL: tabela ilustrada de suas conquistas(1827-1970)*. Disponível em [http:// geocities. yahoo.com.br/izirbel/tabelamulheres.html](http://geocities.yahoo.com.br/izirbel/tabelamulheres.html). Acesso em: 19 ago. 2005.

estímulos e aspirações<sup>175</sup>.

Nela, assim como na FBPF, zelar pela estabilidade familiar, pelas mães e pela infância era fundamental. Uma das maiores diferenças entre as duas associações era que a ANM propunha analisar a condição da brasileira voltada para as suas particularidades nacionais e não em comparação com movimentos estrangeiros como fazia a FBPF. Contudo, embora a ANM, tivesse uma repercussão maior entre as operárias, não havia lugar para elas nos postos de comando, geralmente ocupados por advogadas, engenheiras, médicas, ou seja, mulheres de posição social elevada como na FBPF. A ANM encerrou suas atividades no ano de 1937, quando Getúlio Vargas implantou o Estado Novo e as organizações desta categoria foram obrigadas a fechar.

Devemos nos ater ao fato de que, embora tenha sido uma das manifestações de mulheres que se mostrou mais organizada no período e que talvez tivesse um maior destaque na imprensa, o movimento sufragista não foi o único meio de resistência feminina. Desde o início do século XIX, como afirmou Eni de Mesquita Samara ao analisar a sociedade paulistana, quando o casamento era praticamente a única opção de vida para as mulheres, elas moveram mais ações de divórcio e anulação de casamento do que o sexo oposto<sup>176</sup>. Muitas substituíram maridos falecidos ou ausentes no comando de fazendas, negócios e da casa, enfrentando todo tipo de pressão, revoltando-se contra o pagamento de impostos e o aumento de preços dos

---

<sup>175</sup> Cf. ALVES, op. cit. p. 122.

<sup>176</sup> SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família*. São Paulo: Marco Zero/Secretaria de Estado da Cultura, 1990. Para análise semelhante para Minas – Diamantina – conferir o trabalho de SANTOS, D.L.S. *Entre a norma e o desejo*. Estudo das tensões na vida conjugal diamantinense no processo de mudança social (1863 a 1933) Belo Horizonte, (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais.



alimentos, etc<sup>177</sup>. Margareth Rago chama a atenção para o fato de que há formas de expressões da luta de resistência feminina fora do campo da política institucional, principalmente no que diz respeito ao campo da moral, no qual a opressão sobre a mulher é maior. Para ela, “a não-amamentação, a prática do aborto, a contestação do papel da esposa - mãe - dona de casa podem ser pensadas como sinais de outro tipo de resistência social das mulheres<sup>178</sup>”.

As diversas possibilidades de manifestação feminina nos permitem pensar numa pluralidade de feminismos, uma vez que elas vão se apresentar de forma diferenciada, de acordo com a condição sócio-cultural das envolvidas. Margareth Rago analisando o universo fabril destaca que, embora o discurso operário masculino insistisse em definir a mulher trabalhadora como frágil e de vocação natural para a maternidade, e com isto dificultasse a participação feminina nas entidades de classe e nos sindicatos forçando muitas vezes seu retorno ao ambiente doméstico, a presença das operárias nas mobilizações políticas do período era significativa: participavam de greves, manifestações públicas, enfrentavam patrões e a própria polícia<sup>179</sup>.

Obrigadas a conviver e trabalhar num ambiente dominado pelos homens e condicionadas a uma posição de inferioridade e submissão, a mulher pobre entendia a emancipação feminina inteiramente relacionada ao ambiente de trabalho no qual certamente passava a maior parte do dia. Para ela, a luta pela independência política, o direito devoto e de participação no processo eleitoral não era uma prioridade. A verdadeira emancipação feminina seria aquela que abrangesse a vida da mulher em

---

<sup>177</sup> Cf. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

<sup>178</sup> RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar – a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. São Paulo: Paz e Terra, 1987, p. 74.

sua totalidade, desde as relações familiares até as condições de trabalho. Como veremos adiante, a mineira Maria Lacerda de Moura será uma das principais defensoras deste feminismo mais abrangente e revolucionário.

Branca Moreira Alves em estudo sobre o movimento sufragista brasileiro<sup>180</sup> faz uma análise sobre as atitudes do movimento em relação à mulher trabalhadora. Segundo a autora, o movimento sufragista era composto exclusivamente por mulheres da classe média e da elite porque para estas o voto possibilitaria desfrutar melhor os benefícios advindos se sua posição social, uma vez que elas acreditavam que o sufrágio lhes abriria as portas do poder político. Já para a mulher trabalhadora o voto não teria o mesmo significado, pois dada a realidade do processo eleitoral da República Velha, nem mesmo os homens de sua classe tinham algum poder político.<sup>181</sup>

Para ALVES, o movimento sufragista não esqueceu a mulher trabalhadora em suas declarações, manifestos e congressos. Suas reivindicações iam de acordo às manifestadas pelas trabalhadoras: menos horas de trabalho, creches, igualdade salarial, dentre outras. Apesar disso, não havia interação entre as organizações trabalhistas e o movimento sufragista. Ainda segundo a autora, durante as décadas de 1920 e 1930 – período de grande mobilização operária – a FBPF buscou incentivar a organização de mulheres em diversos setores, mas, mesmo assim elas não participaram do movimento sufragista. Tanto a FBPF quanto a ANM entendiam a participação destas mulheres de forma paternalista e assistencialista: a relação entre elas estabelecia-se como patroa e empregada. Para a autora, a dificuldade em se unir

---

<sup>179</sup> Ibidem. Ver também: PENA, Maria Valeria. *Mulheres e trabalhadoras. Presença feminina na Constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

<sup>180</sup> ALVES; op. cit, p.155-164.

<sup>181</sup> Cf. TERAROLLI, Rodolpho. *Eleições e fraudes eleitorais na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1982 (Tudo é História, 56).

mulheres de diferentes níveis sociais em um mesmo movimento ia de encontro com o comportamento excludente próprio da elite brasileira que se autodenominava intelectualmente superior e que por isso via-se no direito de tomar decisões em nome dos mais despreparados.

SOIHET, no entanto, confronta essa afirmação<sup>182</sup>. Para ela, não é verídico afirmar que para o movimento liderado por Bertha Lutz, dada a sua natureza burguesa, bastavam conquistas no plano jurídico – político, o que o distanciaria das mulheres trabalhadoras. Segundo a autora, Bertha Lutz teria atuado em várias causas e seria injusto considerar sua atuação apenas em relação ao sufrágio. A conquista do voto mereceu prioridade, porque considerava que o acesso aos direitos políticos eram essenciais à obtenção de garantias com base na lei. O trabalho feminino, inclusive aquele das mulheres pobres era uma grande preocupação desta feminista que sugeriu desde o início de sua militância a criação de associações de classe para as categorias profissionais.

SOIHET não concorda com ALVES, quando esta afirma que o movimento sufragista foi uma luta inglória que se limitou à dinâmica do sistema capitalista. Para ela esta posição despreza as lutas empreendidas por várias gerações de mulheres que já se preocupavam com esta questão. Destaca a atuação de Bertha Lutz num momento em que a inserção da mulher no espaço público era visto de forma preconceituosa nas páginas de jornal e as assembléias no Congresso. Adentrar na esfera pública era um desejo antigo e significava uma conquista, pois lhes permitia

---

<sup>182</sup> SOIHET, Rachel. *VIOLÊNCIA SIMBÓLICA: Saberes masculinos e representações femininas*. In: Revista Estudos Feministas. Vol 5 n. 1/97: IFCS/UFRJ, 1997.

assumir sua plena condição humana através da ação política, da qual foram violentamente excluídas.<sup>183</sup>

A discriminação social determinada pelo poder econômico foi um grande empecilho para a organização de um movimento unificado. Por mais que as sufragistas reivindicassem direitos pelas trabalhadoras, o abismo social entre elas, ditado pelas convenções sociais e pelo diferente padrão de vida, jamais permitiria que o movimento sufragista fosse além do seu caráter reformista e superficial. Mais uma vez reforçamos a idéia de que os meios de resistência feminina iam ao encontro com a necessidade cotidiana do grupo ao qual as mulheres pertenciam. E estas realidades tão diversificadas geraram definições diversas para o que chamamos de feminismo. Optamos neste trabalho por fazer uma análise do que era divulgado pela imprensa, e como não tivemos acesso suficiente a periódicos voltados para a mulher das classes populares, nosso estudo voltou-se mais especificamente para as elites. Por isso, o conceito de feminismo predominante em nosso estudo, incide-se aos interesses, objetivos e reivindicações das mulheres desta classe social que entendiam o movimento feminista enquanto um meio de alcançar suas metas mais imediatas.

## 1.2 A EMERGÊNCIA DAS IDÉIAS SUFRAGISTAS NA IMPRENSA MINEIRA

Em Minas Gerais, muitas mulheres mostraram-se interessadas não só em participar das associações e ligas fundadas no estado como também de maneira isolada mostraram seu interesse em participar da vida pública, alistando-se para votar, ainda quando o voto não era extensivo às mulheres. Nas fontes avaliadas em nossa pesquisa, encontramos muitos artigos alusivos às questões referentes ao movimento

---

<sup>183</sup> ALVES, op. cit. 181; SOIHET, op. cit. p. 25

feminista. Em sua maioria mencionam as discussões sufragistas, mas alguns também trazem críticas às escritoras e seus livros, sobre assuntos como o casamento, o divórcio e a maternidade - sempre na ótica feminista. Nunca é demais ressaltar que a visão que temos do modo e quem a sociedade mineira via o feminismo e o movimento sufragista neste trabalho baseia-se no que a imprensa apresentava em forma de artigo no período tratado.

Como explicitamos anteriormente, a emancipação feminina já era discutida pelos jornais mineiros deste o século XIX. Muitas mulheres já neste momento usaram da imprensa para criticar as condições nas quais estavam submetidas e a necessidade de modificá-las. Embora o discurso naquela ocasião estivesse voltado essencialmente para questões ligadas à educação feminina, podemos afirmar que as bases para o movimento sufragista se criaram neste contexto. Além disso, percebemos que o discurso em prol da educação das mulheres não ficou restrito ao século XIX, pelo contrário, ele ainda seria um tema apresentado nos periódicos mineiros por muitos anos e uma das principais bandeiras das associações feministas que surgiriam na década de vinte e trinta.

Agora que da velha Europa nos chegam os primeiros ecos da campanha feminista, parece-me não ser demais que da culta Diamantina também se levante uma voz de protesto, contra o preconceito tolo de que à mulher não se deva dar uma educação perfeitamente idêntica a do homem, negando-lhe quase em absoluto, capacidade para desempenhar as funções atualmente reservadas unicamente aos indivíduos do sexo forte<sup>184</sup>.

Assim como os temas educacionais, as transformações da conduta social foram analisadas neste trabalho no contexto da emancipação e também interagiram com as idéias sufragistas em Minas. Ou seja, o movimento sufragista

encontrou aqui um terreno fértil para a propagação de seus ideais, mas nem por isso deixou de ter opositores.

A imprensa mineira representou a feminista sob pontos de vista opostos. Alguns criaram uma imagem depreciativa desta mulher, pois entendiam que as idéias feministas contribuíam para a desvalorização dos costumes e para a desmoralização da sociedade. Outros buscaram legitimar a importância da mulher na sociedade e a necessidade de sua emancipação para o bem comum; dentre estes uns mantiveram uma postura conservadora buscando relacionar a imagem da mulher emancipada com a de uma pessoa melhor preparada para suas funções primordiais de esposa e mãe; os demais – uma pequena parcela – buscaram representar a feminista como uma mulher livre das amarras sociais que a tornava subjugada ao homem em todos os aspectos da vida política, econômica e social.

A adesão de Minas Gerais ao movimento liderado por Bertha Lutz foi imediata. Logo após a criação da Federação Brasileira para o Progresso Feminino em 1922, foi fundada a Liga Paulista pelo Progresso Feminino, chamada posteriormente Conselho Paulista de Senhoras e em seguida a Liga Mineira pelo Progresso Feminino composta por mulheres da alta sociedade como todas as demais ligas<sup>185</sup>.

### **1.2.1 O jornal *Voz Feminina* e as primeiras manifestações sufragistas**

O jornal *Voz Feminina* foi fundado em 21 de abril de 1900 na cidade de Diamantina por três moças de família tradicional da região: Clélia, Zélia e Nícia Corrêa Rabello, duas irmãs e uma prima que cuidavam elas mesmas da redação, diagramação

---

<sup>184</sup> (O) Norte – Diamantina, 30/01/1909.

<sup>185</sup> HAHNER, op. cit.

e impressão do jornal. Era uma publicação quinzenal, com quatro páginas por edição, vendida apenas por meio de assinaturas. Seu subtítulo “Órgão dos direitos da mulher. Litterario e noticioso” deixava explícito o seu objetivo: reivindicar os direitos da mulher. Embora seu público principal fosse as mulheres, o jornal não se limitou a elas, pois entre seus leitores havia também homens. Os assuntos apresentados não eram exclusivamente femininos. Discutia-se em suas páginas assuntos ligados à política internacional (Guerra dos Boers), problemas nacionais (como os longos períodos de seca e suas conseqüências). Publicavam contos, poemas, notícias sociais, receitas e artigos direcionados à questão feminista. Este jornal entendia por emancipação feminina a necessidade de se conceder a igualdade de direitos entre mulheres e homens principalmente no que dizia respeito à educação e ao sufrágio. Conscientes que vivenciavam um momento de grandes transformações políticas, econômicas e sociais e atentas às conquistas femininas em outros países entendiam que a consolidação de uma sociedade moderna e democrática de fato, só seria possível se as mulheres fossem emancipadas.

Estamos em uma d’essas epochas de transição em que as idéias tendem-se a renovar. Constitui hoje uma questão séria no mundo social – a mulher. Questiona-se, pensa-se, medita-se se ella deve ser emancipada, se deve ter os mesmos direitos que os homens. Lucta do sim e do não! Lutemos pelo primeiro<sup>186</sup>.

Esta publicação embora editada quase três décadas após o lançamento de *O Sexo Feminino*, apresentava características bem semelhantes ao mesmo. Ambos reivindicavam por direitos, mas sem no entanto propor uma mudança mais ampla na condição feminina. Defendia os deveres domésticos como primordiais na vida da

mulher embora considerasse que a sua independência fosse necessária. A representação feminina construída pelo periódico de Diamantina mesclava a imagem da esposa, mãe, dona de casa e trabalhadora numa só; esta seria a mulher considerada emancipada.

A mulher precisa educar-se, precisa instruir-se para fazer a felicidade do lar e principalmente para ganhar a vida independente de como o homem ganha. Não é isto menosprezar a sua missão no lar e a felicidade doméstica, que só ela é capaz de fazer [...] Se víssemos nesta independência qualquer abalo para a ordem doméstica [...] Abandonaríamos desde já nossas opiniões [...] <sup>187</sup>.

A principal reivindicação desse periódico era o sufrágio feminino. Suas redatoras defendiam a igualdade de direitos entre os sexos, por não considerar a mulher inferior ao homem. No artigo intitulado *Pela mulher* na primeira página da edição de 16 de abril de 1901, Clélia iniciava o artigo em defesa do voto feminino citando Castro Alves:

....Ainda mais, porque sois filhas d'esta terra da América-pátria das utopias, região creada para a realização de todos os sonhos de liberdade, de toda extinção de preconceitos, de toda conquista moral. A terra que realizou a emancipação dos homens há de realizar a emancipação da mulher. A terra que fez o suffragio universal, não tem o direito de recusar o voto da metade da América. E este voto é o vosso. <sup>188</sup>

E argumentando em favor do sufrágio feminino, continuava:

E porque havia de ter este direito? Não somos também como é o homem, parte componete da sociedade? Não estamos sob o jugo da lei, e não temos intelligencia lúcida, vontade livre? Para que um governo seja democrático, é necessário que todos que estejam sob seu domínio possam também agir sobre elle. Ou então tudo é absolutismo. Para ter liberdade de um povo é evidentemente necessario que seja o seu governo creado pelo suffragio e vontade de todo elle. Mas se apenas uma metade pode agir livremente, a outra agirá automaticamente; só a primeira é livre, a segunda escrava. São dois povos em um mesmo paiz: um livre e independente que conforme sua vontade

<sup>186</sup> (O) Município – Diamantina, 08/05/1900 citando o editorial do primeiro número do Jornal Voz Feminina.

<sup>187</sup> Voz Feminina, 20/03/1901. Apud ALVES, Branca Moreira. Ideologia & Feminismo. A luta da Mulher pelo Voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 93

<sup>188</sup> Voz Feminina – Diamantina, 16/04/1901.



reina sobre o segundo. Os homens são os soberanos; a mulher continua a ser subdita. Não queiramos entretanto antecipar os factos : preparemos-lhes o caminho e deixemos que *le monde marche*. C. <sup>189</sup>

O jornal *Voz Feminina* surgiu num momento em que o Brasil enfrentava uma situação política instável: a embrionária República brasileira se organizava e, conceitos fundamentais para a consolidação da nova ordem como o de liberdade e de democracia eram entendidos de forma parcial pelas leis brasileiras, uma vez que elas excluía grupos sociais destituídos de poder político e econômico como homens pobres e mulheres de modo geral. As feministas de Diamantina como vimos no excerto acima, procuravam chamar a atenção de seus leitores para esta situação excludente vividas pelas mulheres e para a necessidade de se corrigir esta condição para que a democracia se legitimasse de fato.

A imprensa era realmente a principal arma das feministas do período. Jornais como o *Voz Feminina* foram utilizados como meio de se conscientizar as mulheres da necessidade de questionar sua condição social assim como possibilitaram àquelas que se sentiam inferiorizadas socialmente mostrar a sua insatisfação e reivindicar mudanças. Em relação aos documentos aqui analisados, percebemos que algumas mulheres em Minas Gerais, não só tinham consciência de sua situação de inferioridade como também deram voz para a sua insatisfação usando direta ou indiretamente da imprensa para atingir seus fins.

Quando nesse dia ousamos iniciar a defesa de nossos justos direitos, já tínhamos bastante convicção de nossas idéias para não trememos das mil dificuldades com que sabíamos havíamos de lutar, defendendo-as pela imprensa [...] queremos agora tanto como sempre, defender, pelo único meio que nos é permitido, a grande causa do feminismo. A lembrança de que erguemos um protesto contra o erro social que nos torna inferiores aos homens, exalta-nos algum tanto. Não esperamos vencer, mas desejamos lutar, e como o

---

<sup>189</sup> Ibidem.

grande mártir exclamar: Libertas quae sera tamen.<sup>190</sup>

Muitas foram além das páginas dos jornais para reivindicar seus direitos políticos. Utilizando a brecha proporcionada pela Constituição Brasileira de 1891 que não elucidava com clareza o impedimento feminino no processo eleitoral, algumas mineiras alistaram-se como eleitoras, mas seus requerimentos foram indeferidos. Apesar de serem impedidas de votar, elas movimentavam a opinião pública:

As senhoras de Araguay requereram ao Juiz de Direito a inclusão de seus nomes na lista dos eleitores, obtendo porem, despacho contrario. Não é a primeira tentativa do sexo fraco para tomar parte dos negocios publicos. Entretanto todas tem sido baldadas, pois o bom senso mesmo repelle que a mulher, que tem na familia e no lar a sublime missão de educar a creança, amoldando-lhe o caracter, desvie-se das suas naturais funcções para imiscuir-se no vasto lodaçal da política corrupta e torpe. É no lar ao lado do esposo e dos filhos, consolando-os na hora de desalento e amparando-os na desgraça que está a sua verdadeira santa missão, mais nobre e mais digna, mais bella e sublime do que a dos homens degladiando-se no terreno estéril da politicagem, tendo por armas a calumnia e a intriga.<sup>191</sup>

Artigos como este, que tinham argumentos desfavoráveis à atitude destas mulheres, baseavam-se nos conceitos e normas clássicas da sociedade que rechaçavam alterações nos paradigmas tão fortemente arraigados nas estruturas sociais. Além disso, garantir direitos iguais aos dos homens, representava para muitos torná-la quase uma inimiga do homem, e a rivalidade só traria malefícios para a relação entre os sexos, pois segundo estes a mulher deixaria de ser verdadeiramente feminina.

Ao reforçar a imagem sacralizada e altruísta da mulher, os opositores ao sufrágio feminino insistiam na sua incompatibilidade com o ambiente corrupto e imoral da política e enalteciam as suas funções sociais aclamadas como *verdadeiramente naturais* que se estabeleciam no espaço doméstico. Aliás, as condições em que se

---

<sup>190</sup> Voz Feminina, 21/04/1902. Apud ALVES, Branca Moreira. Ideologia & Feminismo. A luta da Mulher pelo Voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 93

realizavam as eleições no Brasil era um argumento muito forte na resistência ao sufrágio feminino. Num ambiente político controlado pelas oligarquias rurais no qual o voto era garantido por meio de políticas clientelistas, a disputa era intensa e as fraudes constantes. As querelas partidárias e regionais muitas vezes eram resolvidas por meio de agressões morais e físicas e por isso, a mulher, considerada frágil, intelectual e fisicamente inferior, não teria na política clima favorável à sua condição.

A oposição ao sufrágio feminino esteve presente não só em Minas Gerais, mas em todos os estados onde a discussão ocorreu. Em todos os cantos do Brasil em que havia uma sufragista, havia também um opositor à sua causa utilizando sempre desses mesmos argumentos que fundamentavam a mística feminina<sup>192</sup>. As qualidades tidas como essencialmente femininas, os dotes naturais que faziam da mulher segundo seus defensores, um ser especial, estavam sempre vinculados à idéia da subserviência, da abnegação. Sair deste contexto não seria benéfico nem para a mulher, nem para a sociedade que se desequilibraria. Para os contrários ao voto feminino, as sufragistas não passavam de pessoas frustradas, ambiciosas que queriam desestruturar as famílias e a sociedade.

Em Minas Novas, neste estado, tres senhoras alistaram-se eleitoras. Essas damas, feministas, jacobinas, consta, tratam de organizar a – malta flor da gente, – que prestará relevantes serviços em épocas eleitoraes.<sup>193</sup>

O alistamento destas três mulheres de Minas Novas rendeu diversos artigos na imprensa mineira. O jornal *Diário de Notícias* publicou o editorial em

---

<sup>191</sup> Itambé – Diamantina, 14/02/1904.

<sup>192</sup> Para mais informações sobre o debate sobre o sufrágio feminino na imprensa brasileira e a mística feminina cf. ALVES, Branca Moreira. *Ideologia & Feminismo. A luta da Mulher pelo Voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.

28/04/1907 no jornal *O Mineiro* de Minas Novas, demonstrando indignação pela exclusão das mesmas do alistamento eleitoral.

Appareceram afinal os accordãos da Junta de recursos, excluindo do alistamento as trez jovens professoras allistadas pela Commissão desta cidade. Esperávamos ser desenvolvidos fundamentos acesas decisões, mas da capital os dissoadirão disso, porque na Junta só havia um homem, não passando os outros dois de pobres juizes de paz da roça, mudados das aldeias para a nova cidade, figurando mesmo entre elles um excellente pasteleiro, bravo official de sempre festejada guarda nacional.[...]. Em vez de jurisperitos, pasteleiros! [...].Questões desta ordem, que occupam os intellectuais do mundo inteiro não podem morrer suffocadas n'uma sala escura onde eventualmente thronejarão dois incompetentes, isto é, um juiz de paz da roça e um – pasteleiro .<sup>194</sup>

Uma semana depois desta edição, o mesmo jornal voltava ao assunto ao divulgar uma nota dada pelo *Correio da Manhã* da cidade do Rio de Janeiro sobre mulheres que se destacavam na política em outros países.

Já existem na Noruega mulheres conselheiros municipaes; na Nova Zelândia, eleitoras, [...], mas é a Finlândia o primeiro paiz que tem a fortuna de ver figurar no seu Congresso as primeiras mulheres deputados[...] Ora ahi está porque Minas Novas que quer marelhar na vanguarda dos povos cultos ficou tão zangada com mas exclusões das mulheres de alistamento alli...<sup>195</sup>

A comparação com as conquistas das estrangeiras era uma constante no discurso daqueles que defendiam a emancipação feminina. Era um estímulo para as brasileiras que, como as mineiras de Minas Novas, não se intimidavam diante das condenações e exigiram o exercício daquilo que consideram ser seu direito; neste caso o voto. Como vimos nos exemplos citados, a brecha na Constituição de 1891 permitiu que muitas mulheres se alistassem para votar, mas isso não foi suficiente para que elas participassem das eleições de fato. No entanto, a atitude tomada por elas além de

---

<sup>193</sup> (O) Alfinete – Belo Horizonte, 17/04/1907.

<sup>194</sup> (O) Diário de Noticias – Belo Horizonte. 23/05/1907.

<sup>195</sup> (O) Diário de Noticias – Belo Horizonte, 30/05/1907.

possibilitar que o sufrágio feminino tornasse assunto presente na imprensa mineira incitou o debate entre os favoráveis e os contrários à causa.

Artigos que apoiavam o sufrágio feminino foram encontrados em menor número do que aqueles que eram contrários. Contudo, mesmo não sendo uma constante na imprensa, estes artigos permitiram-nos perceber que o objetivo de ser eleitora nem sempre era condenado. Embora fossem vistas como deturpadora da ordem para alguns, para outros elas representavam a modernidade, o desenvolvimento e anunciavam novos tempos.

### **1.2.2 A mulher mineira em relação ao movimento sufragista**

A adesão das mulheres à campanha em defesa da sua emancipação não se deu de forma coesa. Vimos que o número das que reivindicaram abertamente os seus direitos não era elevado. Seja por meio da imprensa ou atuando nas associações, a mulher que se dispusesse a defender a emancipação feminina – neste momento especificamente o direito de votar e ser votada – deveria ter em mente que ficaria exposta a todo tipo de crítica, que muitas vezes poderia levá-la à segregação social.

Em nossa pesquisa não temos a pretensão de analisar o alcance das idéias feministas, mas dadas às circunstâncias sociais que as mulheres, principalmente as de elite, estavam subordinadas, não temos receio de afirmar que muitas embora apoiassem as reivindicações e quisessem fazer parte do movimento, foram impedidas por sua família de fazê-lo ou simplesmente optaram pelo silêncio resguardando assim sua imagem perante a sociedade. E não podemos ignorar o fato de que muitas não

apoiavam de forma alguma mudanças na condição social, econômica e política da mulher, ou concordavam parcialmente com uma questão ou outra.

[...] não penso que seja licito á mulher pretender emular com o homem em todos os misteres e profissões, nem ter o uso dos mesmos direitos. Sim, estou em que aos nossos destinos repugnam alguns, tendo a natureza nos feito incompatíveis com elles[...]

É incontestavel que não temos resistencia physica para o serviço militar, que nossa sensibilidade moral é incompativel com a rigida inflexibilidade da magistratura, e que nossa sensibilidade physica o é tambem com o exercicio da medicina e da cirurgia. Em muitas profissoes, entretanto, podemos concorrer com os homens, levando-lhes até vantagem.[...] para ensinar principalmente na primeira infancia, a mulher deve ser preferida, assim como fica-lhe muito bem o exercicio da arte pharmaceutica, e como esta muitas outras profissões.. [...].<sup>196</sup>

.....

Baralhar e confundir as funções seria perturbar a ordem da natureza [...] não creio, na mulher advogada, deputada ou juiza de direito, e rio-me, se figuro um tribunal do jury composto de mulheres.[...] A mulher tem uma grande e sublime missão a cumprir na familia e na sociedade, sem invadir a esfera de ação onde se agita o homem...<sup>197</sup>

Ser rotulada de feminista neste momento poderia soar até mesmo como uma ofensa, por isso, muitas colaboradoras de periódicos evitavam a todo custo serem comparadas com aquelas que se designavam como tal. Ser considerada uma sufragista também não era uma boa opção, principalmente antes de Bertha Lutz proferir suas idéias a respeito do movimento sufragista. Até então, a imagem da sufragista identificava-se com as *suffragetes* européias que eram vistas como masculinizadas, que não respeitavam as instituições familiares. A autora dos artigos citados acima, ao defender a importância da instrução feminina e um melhor tratamento pelos homens e por temer o mal visto rótulo, enfatizava:

Não creia, sr. Milton, que eu seja uma dessas sufragistas que a policia da Inglaterra vive a reprimir[...] estou convencida de que as lutas sociaes com todas as suas misérias nos devem ser extranhas, que nossa frágil reputação

<sup>196</sup> (A) Vida de Minas – Belo Horizonte, 10/11/1915.

<sup>197</sup> Idem, 12/12/1915.

teria tudo a perder nas intrigas desonestas da política, e que a missão de paz e de amor que devemos cumprir estaria comprometida, se entrássemos nas dissensões partidárias.<sup>198</sup>

Percebemos mais uma vez que o meio político, visto como um ambiente de corrupção e intrigas era um forte argumento contra o voto feminino. Esta incompatibilidade entre a mulher e a política era sustentada nesses artigos pela representação da mulher enquanto um ser *naturalmente fragilizado* e por isso sem aptidões necessárias para ser equiparada ao homem. Chama-nos a atenção sobre esta questão o fato de que o argumento que os contrários à emancipação e principalmente ao sufrágio feminino utilizavam em seu favor é o mesmo que os seus adversários. Tanto simpatizantes quanto oponentes ao voto feminino valiam-se dos mesmos preceitos, dos mesmos valores para defender seu ponto de vista.

Daí o caráter reformista do movimento. Numa sociedade que se orgulhava de seu tradicionalismo, como era o caso da mineira, dificilmente manifestações que se desprendessem das normas e regras ditadas pelo conservadorismo cristão teriam tanto espaço na imprensa como as reivindicações feministas tiveram. O artigo citado abaixo demonstra claramente as contradições de idéias e desejos entre as feministas do período.

A preocupação máxima dos dois sexos hoje em dia é este grave problema que ainda não se acha bem resolvido, por soffrer o combate de tantas opiniões contrarias [...]. Alguns protestam, porque temem encontrar nella (a mulher) uma competidora [...] outros negam a superioridade do sexo "frágil", chegando mesmo a escarnece-la, sem que estes brados impeçam a altiva phalange feminista, de seguir, invicta, o caminho da sua libertação, reclamando apenas – *justiça*, isto é, *egualdade de direitos*, demonstrando do que *ella* pode ser *differente* do homem, pela sua constituição physica somente, porem não *superior* ou *inferior* ao sexo que se intitula forte [...]. Mas esta liberdade não é como parece a primeira vista, incompatível com as obrigações do lar.[...] o principal é saber dividir as horas, attendendo ao emprego e as necessidades dos seus, sem sacrificar seu lugar de mãe, de preceptora dos seus filhos e de

<sup>198</sup> (A) Vida de Minas – Belo Horizonte, 30/11/1915.

companheira do seu esposo [...]. A civilização beneficiando ambas as partes, só poderá lucrar com tal reforma, pois que equalando os direitos equilibra o espírito subversivo da mulher [...]. Eu sou feminista, mas não pratico o feminismo. Sou de opinião, porém, que a mulher é colaboradora do homem e que pode ocupar, se o quer e precisa, com a mesma vantagem, lugares só acessíveis até então a elle [...]. A alma da mulher é livre e a sua inteligência idêntica a do homem [...].Tendo os mesmos direitos saberá melhor cumprir seu dever, compreendendo mais seu sexo e amando sem restrições o homem, pelo amor tão somente! (*grifos do original*)<sup>199</sup>

A feminista e sufragista, conforme percebemos pela imprensa, era aquela que não queria ser tratada como inferior ao homem porque se considerava igual a ele. Entretanto, a igualdade defendida restringia-se aos campos da educação, do trabalho e da política. As feministas mantiveram o discurso que ressaltava as qualidades específicas da mulher e o papel que lhe era primordial na sociedade: ser uma boa esposa e mãe. Elas não queriam romper com a divisão hierárquica e dominante entre os sexos e aceitavam a divisão sexual da sociedade sem criticar a condição de inferioridade que esta divisão gerava.

A representação da feminista manteve-se sempre aliada ao conceito do *bom feminismo*, que remodelava algumas estruturas sociais sem, no entanto, transformá-las de forma radical. O *bom feminismo* foi defendido pelas sufragistas mineiras e tornou-se bem aceito nas páginas da imprensa. Isso fica claro na cobertura realizada durante o I Congresso Feminista Mineiro. Consideradas representantes do *mau feminismo*, mulheres que como Maria Lacerda de Moura tiveram uma proposta transformadora para a condição feminina e propuseram um rompimento com normas e valores morais vistos até então como inquestionáveis, defenderam a emancipação da mulher em moldes bem diferentes das feministas sufragistas e talvez por isso, tiveram

---

<sup>199</sup> Estado de Minas – Belo Horizonte, 22/04/1928.



pouco espaço na imprensa mineira para defender suas convicções, como veremos em seguida.

#### 1.2.2.1 Elvira Komel e o I Congresso Feminista Mineiro

Nascida na cidade de Barão de Cocais em 24 de junho de 1906, Ernestina Carneiro Santiago, mais conhecida por Elvira Komel, em poucos anos destacou-se por sua liderança frente às mineiras. Depois de se habilitar em direito na cidade do Rio de Janeiro, abriu uma banca de advocacia – o que era um ato de grande ousadia para a época – e foi a primeira mulher a exercer a profissão no Fórum de Belo Horizonte. Entusiasmada com o sucesso das sufragistas no Rio Grande do Norte, a jovem mineira requereu, em 1928, ao juiz de Direito de Belo Horizonte, Gentil de Moura Rangel, sua inclusão na lista dos eleitores do estado. O juiz deu despacho favorável ao seu pedido e ela se tornou a primeira eleitora de Minas Gerais. Em 1932, aos 26 anos, quando despontava como uma liderança feminina no cenário político mineiro e preparava-se para disputar uma vaga no Senado, Elvira adoeceu e veio a falecer no mesmo ano<sup>200</sup>.

Durante a Revolução de outubro de 1930, Elvira publicou nos jornais de Belo Horizonte, um manifesto dirigido às mineiras, convocando-as a apoiar o movimento revolucionário e comunicando a criação do Batalhão Feminino João Pessoa, com base de apoio na capital mineira. Rapidamente similares se formaram em outras cidades, em menos de 30 dias, já havia cerca de oito mil mulheres alistadas em todo o

---

<sup>200</sup> SCHUMAHER, Schuma & Brasil, Érico Vital. (org.) *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000, pp.196-197.

estado. O Batalhão Feminino João Pessoa era subordinado ao Comando Geral Revolucionário de Minas e qualquer uma poderia participar sem restrição.

#### Batalhão Feminino João Pessoa

Mulheres mineiras, alistae-vos na phalange dos intrépidos revolucionários brasileiros! Patricias, o Brasil carece do vosso auxilio! A sua principal finalidade é prestar ao movimento revolucionário todo e qualquer serviço concernente às condições phisicas e aptidões intellectuais femininas.<sup>201</sup>

Foram publicadas pequenas notas sobre o trabalho realizado pelo batalhão que consistia principalmente na confecção de fardas e no cuidado com os feridos. Muitas vezes estas notas vinham acompanhadas de fotografias dos galpões onde as fardas eram confeccionadas. O tom do texto remete-nos a uma sensação de entusiasmo e de patriotismo que parece ter contagiado a todas que participaram do batalhão. Se atentarmos para o fato de que mesmo as mulheres com profissão reconhecida não tinham seu trabalho valorizado, é justificável que trabalhar em prol da revolução fê-las sentir-se úteis e necessárias para o andamento da revolução e conseqüentemente deu-lhes maior visibilidade social.

Não foi por mero acaso que com a vitória da revolução, o batalhão foi transformado em uma associação feminina e Elvira Komel foi eleita sua presidente. Já que para apoiar a revolução – que interessava a todos – foi possível juntar oito mil mulheres que trabalharam unidas por todo estado, não seria impossível uni-las em defesa dos seus direitos especificamente. E foi justamente isto que aconteceu. O primeiro objetivo da associação foi estabelecer uma campanha pela ampliação dos direitos políticos, principalmente o direito de votar e ser votada. Para tanto, foi organizado em 1931, o I Congresso Feminista Mineiro organizado por Nathércia Silveira

e Elvira Komel. Segundo a mesma, o congresso realizar-se-ia em junho por causa das férias escolares e tinha como objetivos:

Reunir a mulher mineira a fim de discutir e examinar, de conformidade com o meio e as possibilidades mineiras e brasileiras, os problemas de interesse da mulher, e ao mesmo tempo, traçar um plano de ação eficiente das nossas coestaduanas no cenário nacional [...]. Trataremos de importantíssimos problemas: educação, instrução, proteção às mães e a infância, equiparação da mulher ao homem perante as leis civis, commerciaes, penaes, etc. proteção á mulher operária, direitos políticos femininos, campanhas nacionaes que a mulher deve patrocinar, combate á tuberculose, á lepra, ao alcoolismo, etc., cooperação da mulher na pacificação universal, etc., etc. [...]. Além da representação que teremos dos municípios de Minas, tomarão parte do Congresso a Aliança Nacional de Mulheres, com sede no Rio, cuja presidente é Nathércia Silveira. Teremos representantes do Rio Grande do Sul, de Goyaz e de outros Estados solidários com a mulher mineira [...]. Aqui se reunirão todas as representantes da mulher brasileira revolucionaria, ou melhor, de todas aquellas que, ao movimento revolucionário de Outubro deram o seu apoio moral e material.<sup>202</sup>

Por meio desta entrevista de Elvira Komel percebemos que os objetivos do Congresso eram muito próximos aos já defendidos pela FBPF e pela Aliança Nacional de Mulheres. Elvira destacava a importância de se estabelecer um plano de ação voltado para as especificidades regionais e nacionais, diferente de Bertha Lutz, que se baseava e orientava-se no movimento norte-americano e defendia um estreitamento das relações internacionais. A relação muito próxima desse Congresso e os acontecimentos da Revolução de 1930, talvez justifiquem seu caráter patriótico. Não podemos nos esquecer também que a vitória de Getúlio Vargas aqueceu os ânimos das feministas brasileiras, já que Getúlio havia estabelecido uma reforma no sistema eleitoral brasileiro e o voto feminino seria uma das questões discutidas.

Muitas entrevistas de participantes do Congresso foram publicadas na imprensa mineira. O jornal *Estado de Minas* publicou algumas bem interessantes como

---

<sup>201</sup> Estado de Minas – Belo Horizonte, 09/10/1930.

<sup>202</sup> Estado de Minas – Belo Horizonte, 09/06/1931.

a da estudante de Direito Clarisse Alvarenga. Segundo a mesma “com a realização do Congresso, ficará provado que o feminismo em Minas não é uma utopia, como pensam muitos, mas sim uma potente realidade <sup>203</sup>”. Seu depoimento confirma-nos que havia certa resistência ao movimento feminista em Minas Gerais e a realização do Congresso não deve ter agradado a todos. É uma pena, porém, que a estudante não esclareça a sua concepção de feminismo como fez uma outra entrevistada, Maria Praxedes Torres. Esta, por sua vez, era diretora de um grupo escolar, presidente da Associação Feminina de Belo Horizonte e uma das primeiras eleitoras de Minas Gerais e se considerava:

Adepta fervorosa do feminismo, não do feminismo que tende a elevar a mulher a plano superior ao do sexo forte, offerecendo competições desleaes ao elemento masculino, na conquista de posições de destaque. Sou adepta do feminismo moderado, cooperador, sensato, do feminismo christão que, pela fé, não desintegra a mulher do lar<sup>204</sup>.

Ou seja, defendia aquele que era considerado o *bom feminismo*, que encontrava apoio na sociedade. É certo que houve entre as congressistas, mulheres de opiniões menos tradicionais, mas infelizmente elas não foram entrevistadas. Embora não fosse o único tema do Congresso, o voto feminino era o assunto mais defendido pelas entrevistas. Para a escritora gaúcha Anna Cezar “nenhum paiz é grande em civilização sem a contribuição moral, social e política da mulher<sup>205</sup>”. Maria Praxedes não só defendeu como justificou a importância do voto feminino para a sociedade.

Mães, esposa, irmã ou filha, a mulher concorre com o seu trabalho, com a sua intelligencia, com seus exemplos, conselhos e virtudes para manter o equilíbrio social [...]. Si a mulher tem perante a sociedade a mesma responsabilidade que os homem[...] porque não deve ter a mulher os mesmos direitos conferidos ao homem?[...] A mulher pode ser eleitora sem deixar de ser mãe dedicada e esposa amantíssima. Assim como, sem se descuidar dos afazeres domésticos a mulher encontra tempo para tratar de modas, passeios, diversões, não lhe

---

<sup>203</sup> Idem, 20/06/1931.

<sup>204</sup> Idem, 12/06/1931.

<sup>205</sup> Idem 21/06/1931.

sobrara porventura alguns momentos para pensar no bem estar da collectividade e exercer seus deveres de cidadã? Ao envez de enfraquecer a família, o voto feminino vem fortalecê-la ainda mais, adquirindo-lhe maior prestígio perante a sociedade. A victoria da nossa causa depende da arregimentação do elemento feminino, dos esforços da mulher [...]. É justo pois, que todas as patriotas apóiem e collaborem no Congresso Feminista Mineiro, cujo elevado programa *synthetiza todas as justas aspirações da mulher brasileira.*<sup>206</sup> (*grifos nossos*).

O Congresso Feminino Mineiro foi amplamente divulgado pela imprensa do estado, principalmente nos jornais *Diário da Tarde* e *Estado de Minas*. A programação do evento era publicada diariamente e os acontecimentos de cada dia eram relatados com muitos detalhes. O Congresso teve início no dia 21 de junho de 1931 e foi encerrado no dia 28 do mesmo mês. A iniciativa de Elvira Komel foi amplamente elogiada e ao que tudo indica o Congresso foi um grande sucesso.

Está reunido desde ante-ontem nesta capital o I Congresso Feminino Mineiro. Organizado pela dra. E. Komel, cujo nome se projecta para além das fronteiras deste Estado como o de uma ardorosa e infatigável propugnadora dos ideaes de emancipação política e econômica das nossas patricias, o certamen de Belo Horizonte tem a expressão de um amplo movimento orientando no sentido de suggerir e encaminhar a solução de diversos problemas de ordem social e moral que interessam mais de perto a mulher brasileira. Essa alta e oportuna finalidade explica o grande interesse que o I Congresso Feminino Mineiro conseguiu suscitar não só em nosso Estado, mas em todo o Brasil, nelle se fazendo representar instituições políticas e culturaes de marcado relevo, de vários pontos do paiz<sup>207</sup>.

No discurso de abertura, Elvira Komel enfatizava, além dos objetivos do Congresso, a importância da mulher na tarefa de reconstrução que se processava no país naquele momento, a necessidade da colaboração dos responsáveis pelos destinos políticos do país, nas causas da mulher e fazia uma importante ressalva: “o feminismo defendido pelo Congresso não é uma derivante do ‘suffragismo’ odioso e agressivo que visa antes de tudo combater o homem”. As feministas que apoiavam Komel

<sup>206</sup> Idem, 12/06/1931.

<sup>207</sup> Estado de Minas – Belo Horizonte, 23/06/1931.

focalizaram sua ação transformadora apenas num ponto, mantendo os demais em conformidade com o que já era estabelecido sem se darem conta que os fatos eram intimamente relacionados e não deveriam ser tratados de forma isolada.

A cada dia do Congresso os temas eram apresentados e debatidos. Ao final da discussão deveria constar em ata o que havia sido concluído sobre a questão. Pelo que consta na imprensa, não havia muitos discursos com opiniões opostas. Geralmente as conclusões se formavam tranqüilamente. Contudo, algumas sessões foram bem acaloradas, como por exemplo, o dia em que uma congressista atacou a Igreja, acusando-a de fazer da mulher uma eterna escrava do homem por meio do casamento. Seu discurso em favor do divórcio gerou muita polêmica e não foi aclamado pelo Congresso. Entre as principais questões propostas, ficou estabelecido que a cultura cívica e doméstica era importante na educação feminina e que ela não deveria competir profissionalmente com o homem em todos os campos, principalmente nos que exigiam força física. Concluiu-se que a mulher poderia intervir na política por muitos meios e exercer ação moralizadora neste meio e que competia a ela o exercício do direito ao voto em condições de igualdade com os homens.

A realização do I Congresso Feminino Mineiro e a atuação de Elvira Komel enquanto líder feminista têm um significado relevante quando pensamos no movimento sufragista em Minas Gerais e principalmente nas feministas. O evento movimentou a capital mineira e se tornou o acontecimento de destaque da imprensa durante todo o mês de junho. Este fato por si só demonstra-nos a importância que a campanha sufragista tinha no Estado e o interesse das mineiras com o tema – já que esta seria a sua pauta primordial. A relação entre imprensa e o movimento muito bem explorado pelas sufragistas em todo país, permitiu que o Congresso contasse com a

adesão de várias cidades do interior de Minas e de outros estados, assim como possibilitou que as idéias defendidas por Elvira e suas colaboradoras fossem divulgadas e atingissem um número considerável de mulheres.

Ao divulgar o Congresso, a imprensa mineira veiculava representações da feminista mineira refletidas em seus artigos e entrevistas das mesmas. Por meio destes textos notamos que a feminista mineira – pelo menos a oficial, ou seja, a que participava das associações, das campanhas e eventos – era uma mulher que se balizava entre opiniões transformadoras e decisões tradicionalistas, em consonância com o que acontecia no restante do país. Não obstante prevalecesse o discurso atrelado ao chamado *bom feminismo*, dissidentes deste conceito tiveram suas idéias e representações expostas na imprensa. Entretanto, esta ala considerada a mais radical do movimento, foi a que sofreu a maior oposição e talvez por isso, embora tivesse espaço para divulgar suas proposições, as mesmas não receberam tanto destaque.

#### 1.2.2.2 O feminismo de Maria Lacerda de Moura<sup>208</sup>

Maria Lacerda de Moura nasceu em 1887 em Manhuaçu, interior de Minas Gerais. Mudou-se com a família para Barbacena em 1891; cidade na qual viveu até os 34 anos de idade quando foi morar em São Paulo. Em 1937 voltou a morar em Barbacena, mas por não ser bem aceita na cidade, foi para o Rio de Janeiro onde viveu até o seu falecimento em 1945. Era professora, jornalista e escritora. Escrevia artigos e crônicas para jornais de todo o país, realizava conferências, publicou muitos livros. Como professora, ainda em Barbacena, participou de campanhas nacionais de

---

<sup>208</sup> Para informações detalhadas sobre a vida e obra desta feminista; Cf. LEITE, Miriam Moreira. *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Ática, 1984.

alfabetização e reformas educacionais. Não foi responsável pela criação de nenhum jornal, nem foi redatora, mas publicou artigos na imprensa em geral, principalmente na imprensa operária. Publicou mais de dez obras dentre as quais; *Em torno da educação (1918)*; *A mulher é uma degenerada?(1924)*; *Religião do amor e da beleza (1926)*; *Amai e...não vos multipliqueis (1932)*, além de algumas traduções<sup>209</sup>.

Em 1927, o jornal *Diário da Manhã* publicou uma resenha do livro *Religião do amor e da beleza*. O estado precário de conservação do documento não nos permitiu uma leitura integral. Nele, o autor, cujo nome não pudemos identificar, tece comentários sobre a obra e a sua autora:

Há a considerar na vibrante escriptora patrícia duas feições primordeaes do seu espírito: a feição doutrinaria e a feição esthetica. Na primeira reflecte-se a celebração vibrante da polemista ardorosa e exaltada, defensora de ideas libertarias em prol do feminismo, capaz das mais imprevistas affirmações no domínio da moderna psychologia. Na segunda exprime-se uma sensibilíssima organização de artista, vibrátil e commovida, apta a nos communicar, na magia musical dos períodos, no rendilhado de phrase macia e ondulante, o fio da Belleza esparsa que anda no fundo dos seres e das coisas [...]. Para ser sincero, devo confessar que fala melhor á minha sensibilidade, a artista [...]. No presente livro *Religião do Amor e da Belleza* que ella própria chamou o seu livro do coração, a talentosa escriptora desenvolve, com o artista e pensadora, temas e theses interessantes de feminismo, onde seu espírito renovador de poetisa –propheta lampeja em paginas de arrebatada eloquência.[...]. Caracterizam a obra da nobre escriptora patrícia a sua independência moral, a sua cultura seria e meditada e o fulgor literário do seu estylo<sup>210</sup>.

Desde o ano de 1918 Maria Lacerda já manifestava sua preocupação com a condição feminina e os meios de modificá-la. Tinha grande simpatia das associações feministas e chegou a participar de algumas. Juntamente com Bertha Lutz, criou a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher<sup>211</sup>. Fundou em 1921 a Federação Internacional Feminina da qual foi presidente até 1923 e que tinha como

<sup>209</sup> LEITE, op. cit.

<sup>210</sup> Diário da Manhã – Belo Horizonte, 30/11/1927.



finalidade ‘tornar a mulher brasileira um elemento activo da formação nacional’. No seu estatuto havia uma cláusula inovadora: ‘trabalhar pela criação de uma cadeira de História da Mulher, sua evolução e sua missão social, em todas as escolas femininas’.<sup>212</sup> Seus primeiros livros; *Em torno da educação* (1918) e *Renovação* (1919) fazem referências positivas a Bertha Lutz e à criação da FBPF. Defendeu o movimento sufragista até 1921 quando se desvinculou do movimento por considerá-lo superficial e restritivo. Considerava o voto um processo inadequado de luta pelo poder, que iria beneficiar um número pouco expressivo de mulheres.

Segundo LEITE<sup>213</sup>, a linha de feminismo de Maria Lacerda era a da luta contra a tirania clerical e fascista que combatia o autoritarismo na família, na sociedade, na educação e na organização política. Defendia em suas obras o direito à cidadania e à educação. Denunciava a legitimação da inferioridade feminina na sociedade, e a limitação da vida da mulher ao papel de mãe. Era defensora do amor e do casamento por livre escolha; criticava as formas de trabalho doméstico e repercussões do trabalho assalariado feminino. Acusava o clero católico por atuar diretamente sobre as famílias, principalmente junto às mulheres e de propagar a sua condição de submissão.

[...] a mãe [...] é o typo de horizonte cerceado por uma quase ausência de individualidade, é o typo que a natureza espalha por toda parte em defesa das leis de multiplicação da espécie e cuja intelligencia se embotta para enriquecer os órgãos de reprodução. [...] a esposa [...] é a amante, que colloca o marido, um único homem acima de todos os homens e até acima de todos os filhos. É a mulher que se faz submissa conscientemente, que nasceu para adorar, que se escraviza por amor e vive da vida do seu companheiro a quem ama religiosamente, a quem admira a ponto de abdicar do seu raciocínio, por quem se sacrifica e por quem é capaz de sacrificar todos os filhos desse grande

---

<sup>211</sup> HAHNER, June E. A MULHER BRASILEIRA - e suas lutas sociais e políticas: 1850 –1937. São Paulo: Brasiliense, 1980.

<sup>212</sup> LEITE, op. cit, p 82.

<sup>213</sup> LEITE, op. cit. Ver também: RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar – a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

amor<sup>214</sup>.

Maria Lacerda de Moura, segundo ela mesma afirmava, era uma pensadora individualista; não pertencia a partidos políticos, grupos literários, e sua passagem por associações feministas foi muito rápida. Em relação ao movimento feminista, dizia ser representante apenas de si mesma. Fazia questão de dizer que não era representante da mulher brasileira quando proferia suas palestras. Para ela a legítima representante era Bertha Lutz e outras líderes sufragistas da alta sociedade. Estas eram consideradas por ela embaixatrizes da graça e da beleza, do voto e da caridade, da poesia e dos salões elegantes <sup>215</sup>.

Ainda que se considerasse uma militante individualista, suas proposições acerca da emancipação feminina eram compartilhadas por muitas, principalmente pelas anarquistas. No Congresso realizado em Minas, no qual estavam reunidas mulheres que defendiam o feminismo criticado por Maria Lacerda, uma participante atribuiu a situação de opressão ao domínio da Igreja Católica por meio do casamento, que segundo a mesma escravizava a mulher. Sua concepção de feminismo abrangia as questões das mulheres que não eram parte das elites e tinha uma relação direta com as ideologias que defendia como o anarquismo. Maria Lacerda criticava arduamente aquelas que consideravam como sua maior missão na vida a caridade, faziam altas doações em dinheiro para a Igreja e ao mesmo tempo explorando suas criadas. Dizia-se contra o feminismo de votos e o de caridade.

A palavra 'feminismo' de significação e lastima, deturpada, corrompida, mal

---

<sup>214</sup> MOURA ML. *Religião do amor e da beleza*. São Paulo: Typ. Condor, 1926, p.32. Apud LEITE, Miriam Moreira. *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Ática, 1984.p.110

<sup>215</sup> LEITE, op. cit.; RAGO, op. cit.

interpretada, já não diz das reivindicações femininas [...]. Em qualquer gazeta, a cada passo, vemos a expressão 'vitoriosa do feminismo' referente as vezes a uma simples questão de modas. Ocupar uma posição de destaque em qualquer repartição publica, cortar os cabellos 'a la garçonne', viajar só, estudar em academias, publicar um livro de versos tudo isso constitue as victorias do feminismo, victorias que nada significavam perante o problema da emancipação integral da mulher. A verdadeira emancipação é posta de lado. [...]. É uma tática bem manejada. Enquanto as mulheres se contentam com essas 'victorias', a sua verdadeira emancipação é posta de lado ou nem chega a ser descoberta pelos taes reivindicadores de direitos adquiridos. E essas reivindicações não podem se limitar a acção caridosa ou ao simples direito de voto que não vem de modo algum solucionar a questão da felicidade humana e se restringirá a um número limitadíssimo de mulheres.<sup>216</sup>

O que Maria Lacerda de Moura defendia para as mulheres renega tudo aquilo que vimos nos capítulos anteriores. Todas as mudanças de conduta social e de costumes, que foram aclamadas ou criticadas pela imprensa e consideradas como conseqüência dos novos tempos modernos, eram para Maria Lacerda questões pouco significativas para a emancipação feminina. Seu feminismo rompia com as classes sociais e ia ao encontro daquilo que ela considerava como essencial para a emancipação plena da mulher, qual seja, a liberdade moral, intelectual, sexual.

Dentro da actual organização social só é possível a independência da mulher quando ella é de uma tempera de ferro e corta relações com o passado e faz a sua vida como a quer, mas sempre, a todo transe, na attitude aggressiva de defesa.

Tudo conspira contra essa independência. A maternidade (isto é, a legal), cantada em prosa e verso e sandices e conselhos accacianos e hypocritas muito calculada e muito commoda, dentro deste regimen, é a maior peia à independência feminina, um das armas dos homens- os fortes- que abusam das suas prerrogativas physiologicas para escravizarem o sexo fraco. Casada, solteira ou viúva a mulher é escrava do salário, do pae, do marido, patrão, director espirital ou sociedade<sup>217</sup>.

O feminismo defendido por ela era justamente aquele que as mulheres analisadas neste trabalho faziam questão de se distanciar. O feminismo considerado

<sup>216</sup> Estado de Minas – Belo Horizonte, 23/03/1928.

<sup>217</sup> MOURA ML. *Religião do amor e da belleza*. São Paulo: Typ. Condor, 1926, p.98. Apud: LEITE, Miriam Moreira. *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Ática, 1984.p.101.

revolucionário, que ia contra as leis de Deus, que visava à destruição da família e dos bons costumes, chamado de *mau feminismo*, era uma abominação para as sufragistas brasileiras. Como vimos, elas contaram com o apoio de parcela da sociedade justamente por sempre deixar claro seu distanciamento deste tipo de feminismo. Optamos - mesmo que de forma sucinta – por apresentar o *feminismo anti-sufragista* de Maria Lacerda porque ela representava uma face feminista que era considerada como imoral, uma vez que rompia com todas normas sociais morais e religiosas tão reverenciadas pelas mulheres fossem feministas ou não. Por atacar diretamente a Igreja Católica e o Estado, suas idéias por muitas décadas ficaram silenciadas e só vieram a ser resgatadas na segunda onda do feminismo no Brasil já nas décadas de 1970 e 1980.

### **1.2.3 A conquista do voto feminino no Brasil e as repercussões na imprensa mineira.**

Ainda que houvesse reivindicações pelo direito de voto pelas mulheres desde os últimos anos do Império, a ação em conjunto em busca desde fim concentrou-se na década de 20. Para atingir seus objetivos, as sufragistas tiveram como estratégia influenciar os líderes políticos do país e a opinião pública, principalmente por meio das relações pessoais dentro dos círculos do governo e da imprensa. Nesta última, concediam entrevistas, publicavam artigos e divulgavam suas atividades numa tentativa de convencer mulheres e homens a defenderem o sufrágio feminino.

Em todas as ocasiões em que um projeto<sup>218</sup> de lei que legitimava o voto feminino era discutido nas sessões do Congresso ou do Senado, as sufragistas faziam-se presentes nas assembléias numa tentativa de pressionar a sua aprovação. Embora não houvesse adesão desses projetos, eles seriam importantes para validar o debate realizado pelas feministas e talvez tenha sido esta uma colaboração fundamental para que o voto se tornasse a principal meta do movimento feminista. Deve-se também considerar o fato que durante a década de 1920, aumentavam-se os protestos e o descontentamento político contra o domínio das oligarquias e a pressão por uma reforma eleitoral já era presente entre aqueles que se mostravam insatisfeitos com o rumo político do país. A reivindicação das sufragistas encontrou nesta conjuntura condições favoráveis para intensificar ainda mais sua campanha. O ambiente de descontentamento político, econômico e social que dominava o Brasil na década de 20, gerou um considerável número de revoltas e rebeliões nos meios urbanos e rurais; entre militares, operários e intelectuais. Tudo isto culminou em mudanças no cenário político brasileiro em decorrência da chamada revolução de 1930 da qual emergia como o mais novo líder Getúlio Vargas que assumiria nesse momento, a presidência da República.

No governo provisório de Getúlio Vargas, foi nomeada uma comissão que contou com a participação de Bertha Lutz, para realizar uma reforma no sistema eleitoral brasileiro principal reivindicação dos que apoiaram Vargas e a Aliança Liberal. Em 1931 o novo e provisório código eleitoral concedia o voto às mulheres solteiras,

---

<sup>218</sup> Dentre os principais podemos citar os projetos do deputado Mauricio de Lacerda em 1917, do senador Justo Chermont de 1919 e o de Nogueira Penido e Bittencourt Filho em 1921. Todos propunham o voto para mulheres com algumas restrições quanto à escolaridade ou a idade, por exemplo.

viúvas com renda própria e as casadas com a permissão dos maridos. Tanto a FBPF, quanto a ANM e outros grupos feministas pressionaram em defesa do sufrágio sem restrições, o que foi acatado pelo governo. Em 1932, o novo código eleitoral foi promulgado e foi dado o direito de voto às mulheres sob as mesmas condições que aos homens (Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932). A Assembléia Nacional Constituinte convocada para elaborar uma nova Constituição para o país contou com a participação de Bertha Lutz, que foi indicada pelo próprio Vargas. As feministas apresentaram um documento chamado de *Os 13 princípios* que enfatizava questões diretamente ligadas ao cotidiano das mulheres – como maternidade e proteção à infância, assim como condenaram as diferenças salariais motivadas por sexo, nacionalidade e estado civil, previram a instituição da licença-maternidade remunerada, além de pleitearem o acesso irrestrito a cargos públicos, sem distinção de estado civil

219 .

Algumas das reivindicações foram asseguradas pela Assembléia Constituinte, dentre elas o princípio de igualdade entre os sexos, a regulamentação do trabalho e o direito ao voto feminino, equiparação salarial entre homens e mulheres e a proibição do trabalho noturno e a licença-maternidade. Nas eleições de 1934 muitas mulheres concorreram às eleições e foram eleitas<sup>220</sup>.

<sup>219</sup> Cf. ALVES, Branca Moreira. *Ideologia & Feminismo. A luta da Mulher pelo Voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980; HAHNER, June E. *A MULHER BRASILEIRA - e suas lutas sociais e políticas: 1850 –1937*. São Paulo: Brasiliense, 1980; PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003; SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classe mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1979.

<sup>220</sup> Carlota Pereira de Queirós se elegeu Deputada Federal em São Paulo e Bertha Lutz entra como primeira suplente à deputada no Rio de Janeiro juntamente com elas elegeram-se ainda: Lili Lages (Alagoas); Maria Luiza Bittencourt (Bahia); Alayde Borba (SP); Quintina Diniz de Oliveira (Sergipe); Maria Miranda Jordão (Amazonas); Antonieta de Barros (1ª deputada negra do país e 1ª deputada catarinense); Maria do Céu Antonieta Fernandes (Rio Grande do Norte); Maria Thereza Nogueira de Azevedo (SP); Maria Theresa Silveira de Barros Camargo (SP) e Rosa Castro (MG). ZIRBEL, ILZE. (sd). *AS MULHERES*

A imprensa foi sem sombra de dúvida a grande aliada do movimento sufragista no Brasil, mesmo sendo também por meio dela que tenham surgido as mais duras críticas. No que concerne a Minas Gerais, vimos que houve espaço tanto para as sufragistas adeptas do *bom feminismo* aceito pela sociedade, como para as propostas feministas de Maria Lacerda de Moura que geralmente se contrapunham às sufragistas. Durante o I Congresso Feminista Mineiro, a cobertura da imprensa se deu de forma ampla e com riqueza de detalhes, o que proporcionou uma boa divulgação do movimento no Estado.

Não obstante, em ocasião da reforma eleitoral estabelecida pelo governo provisório de Getúlio Vargas, não encontramos nos documentos analisados, nenhuma referência à extensão dos votos às mulheres. A imprensa mineira acompanhava passo a passo o andamento da reforma e publicava artigos e entrevistas de líderes políticos que davam sua opinião sobre as principais questões da reforma, principalmente em relação ao voto secreto. Quando a mesma foi instituída, todos os jornais de grande circulação no Estado divulgaram as principais mudanças que teriam sido aprovadas, mas em nenhum momento a questão do voto feminino foi apresentada, mesmo sendo esta uma das modificações ocorridas.

Mesmo com o sufrágio feminino garantido por lei, alguns ainda usaram da imprensa para repudiar a participação feminina na política. Como a reforma precisava ser confirmada no texto da Constituição que ainda estava por ser promulgada, acreditavam que o voto feminino talvez não fosse realmente validado. O trecho citado abaixo mostra-nos a indignação de uma normalista com a conquista do

sufrágio feminino. Como ela, muitas mulheres se revelaram contrárias e temerosas com as mudanças que a participação feminina poderia causar na família e na sociedade.

Segundo penso, a mulher brevemente ocupará todos os encargos políticos...Mas porque? Porque ela, com as suas teimosias, está aos poucos alcançando grande influência na vida política do país, já tendo conseguido até o direito de votar...Imaginem...Mas alcançará ela manter esse ideal? É verdade que não poderíamos enumerar aqui as patrícias que se tem distinguido em todos os empregos e carreiras que até pouco tempo eram privilegio exclusivo dos homens, mão ao lado dessas, quantas “Maria, vai com as outras”! [...]. Mas como atesta a sua mesma compleição física, a mulher não foi feita para semelhantes cousas. Sua missão é outra mais sublime. Querem cousa mais bela que uma mulher que cuida somente da formação de seu lar, educando seus filhos e infundindo-lhes n’alma o amor de Deus, da Pátria e da Família? Não seria este o seu modo, indireto, mas muito mais eficaz de escolher um chefe digno para sua nação, ando a este não um voto, mas tantos fossem os seus filhos educados com tais princípios? [...]. Que triste situação para o homem! Si eu estivesse em seu lugar, suicidar-me-ia, ou então, iria ser “dona-de-casa” em lugar da mulher e lhe cederia todos os cargos políticos que por ventura possuísse, ao menos até ver si esse fogo de palha acabava. Mas si eu fosse a mulher, desistiria deste ideal que alcançou [...].

Layela Aguiar<sup>221</sup>

No entanto, uma vez conquistado o voto, o movimento feminista perdeu consideravelmente suas energias e o voto que deveria ser visto como um instrumento para diversas conquistas, tornou-se um fim. Segundo ALVES<sup>222</sup>, as líderes feministas tinham consciência que a conquista do voto deveria ter sido apenas um instrumento para novas conquistas, mas o que se deu na realidade foi um grande desinteresse pela continuação da luta. A Liga Eleitoral Independente – órgão ligado á FBPF e criado pelas sufragistas com o objetivo de politizar a mulher - durou poucos anos após a conquista do voto. Os cursos foram ministrados em vários estados, inclusive em Minas Gerais, mas não foram suficientes para mobilizá-las a participarem ativamente da vida pública do país.

---

<sup>221</sup> Faísca – Belo Horizonte, 09/1932.

<sup>222</sup> ALVES, op. cit.



Embora o movimento sufragista seja de grande relevância para discutirmos o movimento feminista e a emancipação feminina no século XX, cabe-nos salientar que a campanha sufragista não alcançou dimensões necessárias para conscientizar um grande número de mulheres e suscitar uma reformulação de poder entre os sexos. Podemos atribuir este fato às próprias características, muitas vezes ambíguas, do movimento. Esta ambigüidade se apresenta na mescla entre idéias de vanguarda e posições conservadoras presentes nos discursos proferidos pelas suas líderes.

Em toda a trajetória do movimento sufragista o conceito de feminismo manteve-se atrelado à idéia de que uma maior participação da mulher na sociedade não significaria um rompimento com a família, com as funções de esposa e mãe; ou seja, o movimento feminista brasileiro neste momento não vislumbrou uma mudança social efetiva em relação à situação de opressão e submissão. Temas referentes ao casamento, divórcio, sexualidade quando discutidos mantiveram-se sob a ótica do conservadorismo cristão. A completa emancipação da mulher como defendia Maria Lacerda de Moura não foi concretizada, já que escapou ao movimento feminista daquele período, a percepção de vários fatores intrínsecos nas relações entre os gêneros que limitavam a conquista da liberação feminina.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propusemos-nos neste trabalho a compreender as diferentes formas de representação dada à mulher nas páginas de revistas e jornais de Minas Gerais num contexto de profundas transformações políticas, econômicas e sociais. Entendemos que a imprensa é uma fonte muito rica para o entendimento das relações sociais e da mentalidade de uma época, uma vez que ela apresenta um espaço de representação de aspectos particulares de realidade. No contexto aqui analisado a imprensa por meio de representações femininas apresentadas como adequadas ou não para o convívio social refletia as normas e valores morais e sociais dominantes na vida cotidiana das elites mineiras, especial das mulheres.

Apreender as representações da mulher mineira na imprensa significa compreender as relações de gênero que se faziam presentes na sociedade e a sua importância no convívio social dos membros da elite. No contexto analisado neste trabalho, as relações de gênero associavam-se diretamente à relação de dominação do homem sobre a mulher. Amparado nas teorias científicas e sociológicas que buscavam legitimar a condição de inferioridade feminina, atribuiu-se a ela determinadas características consideradas como naturalmente intrínsecas a sua condição física e mental, determinando a sua condição social. Ou seja, a mulher era considerada biologicamente inferior ao homem e esta condição natural de inferioridade era automaticamente repassada ao contexto social.

Eram vistas como qualidades intrínsecas à mulher: a fraqueza, a sensibilidade, a doçura, a indulgência, o recato, a submissão. Esta imagem destacava a sua fragilidade física da qual derivavam a sua delicadeza e debilidade moral. A

natureza inferior da mulher justificava-se pelo predomínio das faculdades afetivas o que a impedia de realizar atividades intelectuais. Por ser considerada intelectualmente incapaz, foi negado ao sexo feminino o acesso à instrução. Para as meninas bastava o conhecimento das atividades domésticas, uma vez que o espaço do lar era o único ambiente permitido a elas. As escolas eram lugar reservado apenas aos homens, pois a eles era dada a responsabilidade de conduzir e desenvolver a sociedade. As poucas mulheres que tiveram acesso à educação pertenciam à elite e só o fizeram de forma limitada, em ambientes religiosos ou dentro de suas próprias casas.

Somente em finais do século XIX no Brasil, as atenções voltaram-se para a necessidade de se instruir as mulheres. Apoiado nas proposições positivistas e em autores como Tito Lívio de Castro<sup>223</sup>, os argumentos em favor da necessidade de instruir as mulheres ganharam espaço entre os intelectuais, no governo e na imprensa. Em relação à última, destacamos a importância do jornal *O Sexo Feminino*, publicação feminista, editado por uma professora que defendeu abertamente a necessidade de se instruir a mulher. Neste periódico, a inferioridade atribuída à mulher era considerada consequência de seu estado de ignorância por não ter acesso à instrução como os homens. Ela era representada como um ser dotado de habilidades intelectuais iguais às do homem e com condições de desempenhar diversas funções além das realizadas no espaço doméstico. Os papéis de esposa e mãe mantiveram-se como primordiais, mas não poderiam ser vistos como empecilhos para a emancipação intelectual e sim como incentivadores, pois a mulher era responsável por educar os filhos. A designação de primeira educadora das crianças na esfera do lar incentivou os defensores da emancipação intelectual da mulher a defenderem que ela freqüentasse as Escolas

Normais e se tornasse professora. Fato este que proporcionou uma conquista para as mulheres, pois o ofício de professor nas séries iniciais de aprendizado ficou aos poucos unicamente a cargo delas. Com isto, elas conquistaram um meio de trabalho e de maior acesso ao espaço público o que foi fundamental para uma maior conscientização das mulheres quanto à sua condição social e à necessidade de reestruturá-la.

Nos primeiros anos do século XX, a mulher ganha cada vez mais espaço na esfera pública. O aumento do nível de instrução do sexo feminino, associado às modificações em áreas diversas de toda sociedade, decorrentes da onda de modernização que ocorria nas principais cidades brasileiras, afetou diretamente os costumes, o cotidiano, o comportamento das mulheres. A constante presença das mulheres no espaço público provocou mudanças no seu modo de agir de pensar. Nas primeiras décadas do século XX, influenciadas pelas tendências internacionais, as mulheres transformaram sua forma de se vestir e de se comportar em público. Diminuíram o comprimento das saias e vestidos, as longas madeixas foram substituídas pelos cortes *à la garçonne*. Frequentavam clubes de dança, teatro e cinema, adquiriam diplomas universitários e trabalhavam. Tudo isso gerou um descontentamento entre os setores mais conservadores da sociedade que utilizaram a imprensa para mostrar a sua indignação.

Defensores do discurso predominante que exaltava como verdadeiras qualidades femininas àquelas vinculadas ao recolhimento e à fragilidade, viram estas mudanças como uma ameaça para as estruturas familiares e sociais e levaram para as páginas dos jornais e revistas o que seria a mulher ideal para a sociedade mineira. Ela deveria ser bela, amável, recatada; precisava ser habilidosa com as práticas

---

<sup>223</sup> Cf. LIVIO DE CASTRO, Tito. A mulher e a sociogenia. Rio de Janeiro: ed. Francisco Alves, s/d.

domésticas e educada o necessário para ser uma boa esposa e criar bem os filhos e não demonstrar interesses por assuntos políticos. Porém, as constantes críticas ao afastamento das mulheres deste tipo ideal, revelaram-nos que algumas não mais aceitavam esta imagem e reivindicavam por mudanças. As representações da mulher na imprensa geralmente não faziam referência à mulher que se via, mas àquela que se queria ver.

As críticas relacionadas com o novo modo de agir e de pensar das mulheres aumentavam ainda mais quando as idéias feministas e sufragistas se espalharam entre as mulheres de elite e atingiram a imprensa. A organização das mulheres em torno do movimento sufragista foi considerada pelos mais conservadores como uma depravação dos costumes e da sociedade. Na tentativa de impedir os avanços das propostas sufragistas, muitos procuraram associar a imagem da mulher feminista a estereótipos masculinos. A mulher era acusada de renegar a sua feminilidade, sua função de esposa e de mãe ao requerer direitos concedidos apenas aos homens, como por exemplo, o exercício de profissões de maior *status* como o direito e a medicina e o direito ao voto. Mas, mesmo diante de forte oposição, as brasileiras, em particular as mineiras, organizaram-se em torno do movimento sufragista e reivindicaram por direitos até então negados a elas.

Antes mesmo de Bertha Lutz propor a realização de uma campanha organizada, muitas mulheres mineiras lutaram sozinhas pelo voto, mas nada conseguiram. Cada vez mais conscientes da sua importância na sociedade, algumas mulheres fundaram jornais para neles reivindicar a emancipação do sexo feminino. O jornal *Voz Feminina* nos primeiros anos do século XX era uma publicação que se dedicava a esse propósito e apesar da pequena duração, tornou-se uma evidência do

desejo das mineiras de participar mais ativamente da esfera pública. A publicação e a circulação de periódicos feministas por todo o estado permitiu que as reivindicações femininas ganhassem o apoio de mulheres em diversas cidades do Estado e se fortalecessem ao longo dos anos.

Destacamos a atuação de Elvira Komel enquanto líder do movimento sufragista mineiro e a realização do I Congresso Feminista Mineiro que, devido à ampla cobertura da imprensa, permitiu-nos analisar como a mulher feminista foi representada pelos periódicos mineiros. A feminista mineira era uma mulher que defendia os valores familiares acima de qualquer questão; considerava o casamento e a maternidade como essenciais e reivindicava por direitos que não interferissem nesta condição. As mesmas questões que os opositores do sufrágio feminino utilizavam para impedir o seu estabelecimento eram vistas por estas feministas como incentivo. Para elas, quando mais a mulher fosse instruída e ativa na vida pública do país, mais ela poderia contribuir para a estruturação da família e da sociedade.

A mineira Maria Lacerda de Moura que teve uma breve passagem pelo movimento sufragista, era uma exceção neste quadro. Para ela, para ser emancipada por completo a mulher deveria se libertar das amarras morais, intelectuais e sexuais impostas pela Igreja, pelo Estado e pela sociedade. E isto significava uma mudança ampla nas estruturas sociais que vigoravam havia séculos e que nem mesmo as outras feministas admitiam modificar. Por isso, suas propostas foram consideradas radicais e inadequadas e não receberam tanto destaque na imprensa.

Numa sociedade que se orgulhava de ser chamada de tradicionalista e conservadora, algumas mulheres sentiram a necessidade de romper com certos valores e normas que as impediam de participar da vida pública, e mesmo sem propor uma

revolução das práticas e costumes, reivindicaram para si uma participação mais atuante na sociedade. As conquistas femininas nesse primeiro momento foram fundamentais para a ampliação dos horizontes femininos. A partir do momento em que as mulheres conquistam o direito à instrução em todos os níveis, de exercer diversas profissões até então vedadas e o direito à participação política pelo voto, por exemplo, elas aumentaram sua atuação na esfera pública ganhando maior visibilidade perante a opinião pública.

Esta primeira onda feminista no Brasil não rompeu com as representações e práticas que legitimavam a divisão social entre os gêneros, uma vez que não questionou as conseqüências de se impor à mulher a responsabilidade total pelas atribuições domésticas e maternais. A maior participação na esfera pública não provocou numa reformulação no domínio das obrigações familiares. Grande parte das mulheres continuou a ter sua vida limitada ao espaço doméstico, longe das instituições escolares e das bancadas políticas. O ambiente doméstico continuou como o mais conveniente à mulher o que gerou segundo SOIHET, “uma mulher dividida, culpada, quando obrigada a trabalhar fora do lar, considerando sua atividade profissional como algo secundário em relação à atividade principal de esposa e mãe, dando lugar à discriminação salarial, profissional e sindical<sup>224</sup>”. Somente a partir da década de 1960 é que estas questões seriam retomadas e uma nova onda feminista invadiria o país, reivindicando o fim desses paradigmas sobre a inferioridade feminina.

---

224 SOIHET, Rachel. VIOLÊNCIA SIMBÓLICA: Saberes masculinos e representações femininas. In: Revista Estudos Feministas. Vol 5 n. 1/97: IFCS/UFRJ, 1997.p.26

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Neuma. (org.) *Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas mulheres da Colônia: condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822*. Rio de Janeiro; José Olympio; Brasília: EDUNUB, 1993.

ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulheres e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Fund. Ed. UNESP, 1998.

ALVES, Branca Moreira Leite e PITANGUY, JACQUELINE. *O que é feminismo*. São Paulo: Abril Cultural, Coleção Primeiros Passos, 1985.

ALVES, Branca Moreira. *Ideologia & Feminismo. A luta da Mulher pelo Voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.

AMORIM, Marina Alves. "Combates pela História": a "guerra dos sexos" na historiografia. In: *Cadernos Pagu*, no 20. IFCH/Unicamp, 2003.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

AUAD, Daniela. *Feminismo: que história é essa?* Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

AUAD, Sylvia M. Von Atzingen Venturoli. *Mulher – Cinco séculos de desenvolvimento na América - capítulo Brasil*. BH: Federação Internacional de Mulheres da Carreira Jurídica, CREZ/MG, Centro universitário Newton Paiva, IA/MG, 1999.

AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, Editora Unesp, 2001.

BENHABID, Seyla e CORNELL, Drucilla. *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BITONI, Dulcília Schroeder. *Imprensa Feminina*. São Paulo: Ática, 1990.

\_\_\_\_\_. *Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira*. Edições Loyola: São Paulo, 1981.

---



- BRUSCHINI, Cristina. *Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1994.
- BRUSCHINI, Maria Cristina e PINTO, Célia Regina (orgs.). *Tempos e lugares de gênero*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Editora 34,2001.
- BRUSCHINI, Maria Cristina e ROSEMBERG, Fúlvia. (Org.) *Vivência, História, Sexualidade e imagens femininas*. Vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- BRUSCHINI, Maria Cristina e UMBEHAUM, Sandra. (orgs.). *Gênero democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Editora 34,2002.
- BURKE, Peter. *A escrita da história. Novas perspectivas*. SP: Ed. UNESP, 1992.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Ed. Contexto/ EDUSP, 1994.
- CARDOSO, Ciro Flamarion & MALERBA, Jurandir. (ORGS.). *Representações: Contribuição par um debate transdisciplinar*.Campinas, SP: Papyrus, 2000.
- CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia*. RJ: Campus, 1997.
- CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). In: *Cadernos Pagu*, 4. IFCH/Unicamp, 1995.
- CORREA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um estudo pessoal. In: *Cadernos Pagu*, 16. IFCH/Unicamp, 2001.
- COSTA, Albertina de Oliveira. O campo de estudos da mulher no Brasil-período de formação. In: BINGEMER, Maria Clara L. & BRANDÃO, Margarida Luiza Ribeiro (orgs). *Mulher e relações de gênero*.SP: Edições Loyola, 1994.
- COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina.(orgs.). *Uma questão de gênero*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.
- DE LUCA, Leonora. O “feminismo possível” de Julia Lopes de Almeida (1862-1934). In: *Cadernos Pagu*, 12. IFCH/Unicamp, 1999.
- DEL PRIORE, Mary (org). *História das mulheres no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina.(orgs.). *Uma questão de gênero*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

DUARTE, Constância Lima. "Nos Primórdios do Feminismo Brasileiro: *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*". In: *A Mulher na Literatura*. Vol.III. Org. Nádia Batella Gotlib. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1990.

\_\_\_\_\_. Nísia Floresta Brasileira Augusta: pioneira das letras e do feminismo brasileiro. In: AUAD, Sylvia M. Von Atzingen Venturoli. *Mulher – Cinco séculos de desenvolvimento na América - capítulo Brasil*. BH: Federação Internacional de Mulheres da Carreira Jurídica, CREZ/MG, Centro universitário Newton Paiva, IA/MG, 1999.

\_\_\_\_\_. Josefina Álvares de Azevedo: a militância de uma jornalista e escritora. In: AUAD, Sylvia M. Von Atzingen Venturoli. *Mulher – Cinco séculos de desenvolvimento na América - capítulo Brasil*. BH: Federação Internacional de Mulheres da Carreira Jurídica, CREZ/MG, Centro universitário Newton Paiva, IA/MG, 1999.

\_\_\_\_\_. A mulher e o jornalismo: contribuição para uma história da imprensa femista. In: AUAD, Sylvia M. Von Atzingen Venturoli. *Mulher -Cinco séculos de desenvolvimento na América - capítulo Brasil*. BH: Federação Internacional de Mulheres da Carreira Jurídica, CREZ/MG, Centro universitário Newton Paiva, IA/MG, 1999.

\_\_\_\_\_. *Nísia Floresta: Vida e Obra*. Natal: UFRN. Ed. Universitária, 1995.

DUBY& PERROT (ORG). *História das mulheres no ocidente*. Porto: Afrontamento, 1995.

DURÃES, Sarah Jane Alves. Meninos e meninas nas escolas públicas mineiras no último quartel do século XIX: considerações em torno de uma construção espacial das diferenças de gênero. IN: LOPES, Ana Amélia Borges de Magalhães(org.) *História da educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FUMEC/FCH, 2002.

FALCON, Francisco. *História Cultural. Uma nova visão sobre a sociedade e a cultura*. RJ: Ed. Campus, 2002.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: *500 anos de educação no Brasil*. LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de VEIGA, Cynthia Greive (org.). Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive; LOPES, Eliane Marta Teixeira (org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros. *Dicionário de educadores no Brasil: da colônia aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Ed, UFRJ/ MEC/ INEP/COMPED, 2002.

FOLLIS, Fransergio. *Modernização urbana na Belle Époque paulista*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

FRIEIRO, E. Notas sobre a imprensa em Minas. *Revista da UFMG*, Belo Horizonte, n. 12, p.64-83, jan. 1962.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*, Zahar: Rio de Janeiro, 1978.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. *História da educação*. São Paulo: Cortez, 1994.

GOFF, Jacques Le e NORA, Pierre. *História: novas abordagens*. Francisco Alves: Rio de Janeiro, 1995.

GOMBRICH, E. H. *Para uma história cultural*. Trad. Maria Carvalho. Lisboa: Gradiva, 1994.

GONTIJO, Silvana. *80 anos de moda no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1987.

GOODWIN Jr. James W. Jornal como fontes documentais para a história econômica regional. In: *Cronos Revista de História*. Faculdade de Ciências Humanas de Pedro Leopoldo, nº 3. Pedro Leopoldo/MG, 2001.

HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HAHNER, June E. *A MULHER BRASILEIRA - e suas lutas sociais e políticas: 1850 – 1937*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: PioneiraThomson Learning, 2003.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro; Rocco, 1992.

\_\_\_\_\_. Os estudos sobre mulher e literatura no Brasil: uma primeira avaliação. In: COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina.(orgs.). *Uma questão de gênero*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

HOLLANDER, Anne. *O sexo e as roupas: a evolução do traje moderno*. Rio de Janeiro, Rocco, 1996.

HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. Trad. Jefferson Luís Camargo. SP: Martins Fontes, 1995.

KOFES, Suely. Categoria analítica e empírica: gênero e mulher: disjunções, conjunções e mediações. In: *Cadernos Pagu*, no 01. IFCH/Unicamp, 1993.

LAVER, James. *A roupa e a moda: uma história concisa*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

LEITE, Miriam Moreira. *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Ática, 1984.

LINHARES, Joaquim Nabuco. *Itinerário da imprensa de Belo Horizonte: 1895-1954*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

LOPES, Ana Amélia Borges de Magalhães(org.) *História da educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FUMEC/FCH, 2002.

LOPES, Eliane M. Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia G.; (orgs). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. IN: DEL PRIORE, Mary (org). *História das mulheres no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1997.

MACHADO, Lia Zanotta. Introdução. In: COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina.(orgs.). *Uma questão de gênero*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

\_\_\_\_\_. Feminismo, academia e interdisciplinaridade. COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina.(orgs.). *Uma questão de gênero*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

MASCARO, Sonia de Amorim. *A "Revista Feminina": imagens de mulher (1914-1930)*. São Paulo, 1982. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo.

MATTOS, Sonia Missagia. Repensando o gênero. In: AUAD, Sylvia M. Von Atzingen Venturoli. *Mulher – Cinco séculos de desenvolvimento na América - capítulo Brasil*. BH: Federação Internacional de Mulheres da Carreira Jurídica, CREZ/MG, Centro universitário Newton Paiva, IA/MG, 1999.

MICHEL, Andrée. *O feminismo: uma abordagem histórica*. Rio de Janeiro: Zahar,1982.

MORÃES, Márcia. *Ser humana: quando a mulher está em discussão*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. Construindo diferenças: a escolarização de meninos e meninas nas minas oitocentistas (1834-1889).IN: LOPES, Ana Amélia Borges de Magalhães(org.) *História da educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FUMEC/FCH, 2002.

MUZART, Zahidé Lupinaci (org.). *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia*. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC,1999.

NASCIMENTO, C. V. Do mestre à professora: saberes e práticas docentes em seu processo de profissionalização – 1872/1906.IN: II Congresso de Pesquisa e Ensino em

História da Educação em Minas Gerais, 2004. Uberlândia. Anais do II Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em MG. Uberlândia/ MG. 2003.

PATERMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PERROT, Michele. *Mulheres públicas*. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1988.

\_\_\_\_\_. *Os excluídos da história: operários mulheres e prisioneiros*. RJ: Paz e Terra, 2001.

PIMENTEL, Silvia. *Evolução dos direitos da mulher – norma, fato, valor*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1978.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

PISCITELLI, Adriana. Ambivalência sobre os conceitos de sexo e gênero na produção de algumas teóricas feministas. In: AGUIAR, Neuma. (org.) *Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

QUINTANEIRO, T. *Retratos de mulher: o cotidiano feminino no Brasil sob o olhar dos viajantes do século XIX*. Petrópolis: Vozes, 1996.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar – a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth. *Reminiscências, releituras, reconceituações*. In: Revista Estudos Feministas, no 00. IFCS/UFRJ, 1992.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classe mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1979.

SALGADO, Plínio. *A mulher no século XX*. Rio de Janeiro: Clássica Brasileira, 1949.

SALES, Zeli Efigênia Santos de. Intelectuais e educação no século XIX. IN: LOPES, Ana Amélia Borges de Magalhães(org.) *História da educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FUMEC/FCH, 2002.

SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

SANTOS, D.L.S. *Entre a norma e o desejo*. Estudo das tensões na vida conjugal diamantinense no processo de mudança social (1863 a 1933) Belo Horizonte, (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais.

SANTOS, Jailson Alves dos. *A trajetória da educação profissional*. IN: LOPES, Eliane M. Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia G;. (orgs). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SCHUMACHER, Schuma e Brasil, Érico Vital. (org.) *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 16(2): 5-22, jul/dez,1990.

\_\_\_\_\_. História das mulheres. In: BURKE, Peter. *A escrita da história. Novas perspectivas*. Trad. de Magda Lopes. SP: Ed.UNESP, 1992.

SEVCENKO, Nicolau (Org). *História da vida privada no Brasil República - da Belle Époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. V. 3.

SHARPE, Peggy. Maternidade: uma visão política de Julia Lopes de Almeida. In: AUAD, Sylvia M. Von Atzingen Venturoli. *Mulher – Cinco séculos de desenvolvimento na América - capítulo Brasil*. BH: Federação Internacional de Mulheres da Carreira Jurídica, CREZ/MG, Centro universitário Newton Paiva, IA/MG, 1999.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. *A capital e o sonho de uma petit Paris: Os cafés de Belo Horizonte: 1897-1954*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1995. (Dissertação de mestrado)

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOIHET, Rachel. Formas de violência, relações de gênero e feminismo. *Gênero Revista Transdisciplinar de Estudos de Gênero*. Nuteg, Niterói - EDUFF, v.2, p. 7-25, 2002.

\_\_\_\_\_. *VIOLÊNCIA SIMBÓLICA: Saberes masculinos e representações femininas*. In: Revista Estudos Feministas. Vol 5 n. 1/97: IFCS/UFRJ, 1997.

\_\_\_\_\_. História, mulheres, gênero: contribuições para um debate. In: AGUIAR, Neuma. (org.) *Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

\_\_\_\_\_. *Condição feminina e formas de violência - mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920*. Rio de Janeiro, 1989.

SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade. In: COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina.(orgs.). *Uma questão de gênero*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

SOUZA, Gilda de Mello e. *O espírito das roupas: a moda no século dezenove*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. *Crise familiar e contexto social*. Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

SUÁREZ, Mireya. A problematização das diferenças de gênero e a antropologia. In: AGUIAR, Neuma. (org.) *Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

TAVARES, José Nilo. Imprensa na década de 1920: Sociedade, Política e Ideologia. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, n.54, p.133-166, jan.1982.

TELLES, Norma. Escritoras brasileiras no século XIX. In: AUAD, Sylvia M. Von Atzingen Venturoli. *Mulher – Cinco séculos de desenvolvimento na América - capítulo Brasil*. BH: Federação Internacional de Mulheres da Carreira Jurídica, CREZ/MG, Centro universitário Newton Paiva, IA/MG, 1999.

VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VILELA, Heloisa de O. S. *O mestre-escola e a professora*. IN: LOPES, Eliane M. Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de ; VEIGA, Cynthia G;. (orgs). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

ZIRBEL, ILZE. (sd). *AS MULHERES DO BRASIL: tabela ilustrada de suas conquistas (1827-1970)*. Disponível em <http://geocities.yahoo.com.br/zirbel/tabelamulheres.html>. Acesso em: 19 ago. 2005.

# APÊNDICE



## APÊNDICE A – QUADRO 1: RELAÇÃO DE PERIÓDICOS CONSULTADOS

TÍTULO/DATA/	TIRAGEM	NÚMEROS ENCONTRADOS	NÚMEROS USADOS
ALFINETE, O –1907.	N/C	01	01
ARREPIADO, O –1921.	2.000	01	01
AURORA, –1897.	300	01	01
BULGARINHA, A –1931.	N/C	01	01
CAPITAL, A –1913.	N/C	04	02
CONFEDERAL, O –1907.	N/C	02	01
DIÁRIO DA MANHÃ, – 1927.	50.000	03	02
DIÁRIO DE NOTÍCIAS, O – 1907.	N/C	20	13
DIÁRIO DE NOTÍCIAS, O –1908.	N/C	25	13
DOMINGO, – 1915.	N/C	07	02
ESTADO DE MINAS, –1928.	N/C	#	15
FAÍSCA, –1932.	N/C	01	01
FLIRT, O – 1918.	N/C	01	01

FOOTING, O –1921.	N/C	01	01
GAZETA, A –1905.	N/C	08	01
ITAMBÉ, O –1904.	N/C	*	01
JORNAL DO POVO, –1924.	N/C	01	01
LABOR, O – 1905.	350	01	01
LEQUE, O –1897.	N/C	01	01
LIBERDADE, –1931.	N/C	04	01
LIBERDADE, –1932.	N/C	03	01
LIBERDADE, –1933.	N/C	04	03
NORTE, O –1906.	N/C	*	05
OPERÁRIO, O – 1928.	N/C	09	01
PÃO DE SANTO ANTONIO – 1911.	N/C	*	02
PÃO DE SANTO ANTONIO – 1915.	N/C	*	01
PÃO DE SANTO ANTONIO – 1920.	N/C	*	01
PÃO DE SANTO ANTONIO – 1924.	N/C	*	05
PÃO DE SANTO ANTONIO –		*	02

1926.	N/C		
PÃO DE SANTO ANTONIO – 1929.	N/C	*	01
PAPAGAIO, O – 1928.	N/C	02	01
PROVINCIA, A – 1907.	1.000	03	01
PÉROLA, A –1896.		02	01
SEXO FEMININO, O – 1873.	800	16	14
SEXO FEMININO, O – 1874.	800	36	25
TENENTES DO DIABO – 1924.	N/C	02	01
UNIÃO DOS MOÇOS –1927.	N/C	04	01
VIDA DE MINAS – 1915.	N/C	14	10
VIOLETA, – 1909.	300	01	01
VIOLETA, A –1900.	100	02	01
VOZ FEMININA, –1901.	N/C	01	01

(#) O arquivo do jornal Estado de Minas tem todos os exemplares deste jornal desde a sua fundação em 1928.

(\*) Os jornais da cidade de Diamantina utilizados foram cedidos a mim por meio de Deyse Lucide Silva Santos.